

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

GUSTAVO ADOLFO ROCHA GRANADO

Uma discussão da Dimensão Econômica da Soberania.

RIO DE JANEIRO
2015

GUSTAVO ADOLFO ROCHA GRANADO

Uma discussão da Dimensão Econômica da Soberania.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

Orientador: Profº Ronaldo Fiani

RIO DE JANEIRO
2015

G748 Granado, Gustavo Adolfo Rocha.
Uma discussão da dimensão econômica da soberania / Gustavo Adolfo Rocha Granado.
-- 2015.
133 f. ; 31 cm.

Orientador: Ronaldo Fiani.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia,
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2015.

Referências: f. 129-133.

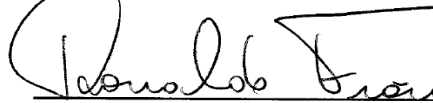
1. Soberania. 2. Economia. 3. Moeda. 4. Relações internacionais. 5. Pensamento crítico.
I. Fiani, Ronaldo, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia.
III. Título.

GUSTAVO ADOLFO ROCHA GRANADO

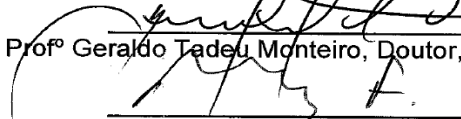
Uma discussão da Dimensão Econômica da Soberania.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

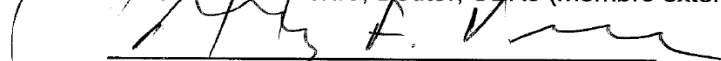
Aprovada em / /2015



Profº Ronaldo Fiani, Doutor, Instituto de Economia – UFRJ (Orientador)



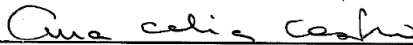
Profº Geraldo Tadeu Monteiro, Doutor, UFRJ (membro externo)



Profº Charles Pessanha, Doutor, Instituto de Economia – UFRJ (membro interno)



Profº Leonardo Valente, Doutor, UFRJ (membro externo)



Profª Ana Célia Castro, Doutora, Instituto de Economia – UFRJ (membro interno)

Para Davi de Oliveira Jesus e LÍvia Maria Alves Gonçalves

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir concluir mais esta etapa em minha vida.

A todos que, de alguma forma, colaboraram para que esse trabalho fosse concluído, em especial, minha esposa, Mary Stella Carvalho Fernandes.

GRANADO, Gustavo Adolfo Rocha Uma discussão da Dimensão Econômica da Soberania. Rio de Janeiro 2015. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RESUMO

Ainda que o conceito de soberania política seja muito discutido, o conceito de soberania que incorpore a sua dimensão econômica carece de uma análise aprofundada, muito pelo fato de a economia ser uma das dimensões fundamentais da política internacional. Compreender a soberania como um problema político-econômico e, desta forma, buscar possibilidades teóricas para a construção de um conceito da dimensão econômica da soberania nacional é fundamental para começar a entender o funcionamento da ordem mundial. Para tanto, a tese está estruturada de forma a se iniciar com uma análise de elementos de soberania econômica no debate sobre soberania política, para então prosseguir com uma análise do sistema-mundo, na qual se abordará questões relevantes, tais como a vulnerabilidade econômica. Com esses elementos, será então possível discutir as reais possibilidades para a construção de um conceito teórico de soberania que incorpore a sua dimensão econômica.

Palavras Chave: 1. Soberania. 2. Economia. 3. Ordem mundial. 4. Relações Internacionais. 5. Política Internacional.

GRANADO, Gustavo Adolfo Rocha. Uma discussão da Dimensão Econômica da Soberania. Rio de Janeiro 2014. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ABSTRACT

The influence of issues inherent in international political economy is growing and today's international economic relations are questioning the traditional notion of national borders and bringing to reflect a new way of understanding the world order. This world order must be systematized in order to determine each national state their role within a system that promotes international economic development. All these factors directly affected the conception of sovereignty. However, even if the political sovereignty is excessively discussed, and even understood, economic dimension of sovereignty requires a more thorough analysis, because much of the economy is a factor not only able to influence in international politics as emerges as most important element in relations international . Understanding sovereignty as a political-economic problem, and not merely political, is fundamental to understand the functioning of the global order and thus seek theoretical possibilities for the construction of a concept of the dimension economic of sovereignty.

Keywords: 1. Sovereignty. 2. Economy. 3. World Order. 4. International Relations. 5. International Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1	
As bases para a discussão da dimensão econômica da soberania a partir do pensamento realista.	13
Capítulo 2	
O sistema-mundo e as relações entre a soberania e a economia internacional	45
Capítulo 3	
Vulnerabilidade externa e a dimensão econômica da soberania	71
Capítulo 4	
Possibilidades da dimensão econômica da soberania.	98
CONCLUSÃO	124

INTRODUÇÃO

É sabido que a literatura, tanto política quanto jurídica, já apresentaram diversos estudos sobre a questão da soberania, contudo, especificamente no que tange ao conceito da dimensão econômica da soberania, há um hiato na literatura acadêmica.

Desta feita, a presente tese busca compreender quais as possibilidades e dificuldades em construir um conceito de soberania que incorpore a sua dimensão econômica e a existência de ligações entre as dimensões econômica e política da soberania.

Para então obter um conceito mais preciso com relação ao aspecto econômico da soberania, a pesquisa busca compreender e responder duas perguntas: Existem ligações entre as dimensões política e econômica da soberania? Quais são as possibilidades e as conseqüentes dificuldades de se elaborar um conceito de soberania que incorpore a sua dimensão econômica?

Contudo, é inegável o componente político existente na compreensão da soberania, seja em qual natureza for, soberania jurídica, cultural, territorial, em todas elas, portanto, inclusive na dimensão econômica, há um forte componente político sem o qual não se pode compreender de forma mais precisa o exercício da soberania de um Estado.

Exatamente pela existência deste componente político que a presente tese inicia sua argumentação apresentando uma digressão acerca da soberania, inicialmente vista unicamente como um problema político, passando por uma transição até se compreender a soberania como um problema político e econômico. Já neste último e mais recente momento da abordagem política da soberania, é possível identificar que a natureza econômica exerce uma influência muito consistente na abordagem política da soberania, fazendo com que seja então necessário buscar uma compreensão das possibilidades para a construção de um conceito da dimensão econômica da soberania.

Tal compreensão começa a ser feita a partir do segundo capítulo da tese, no qual se apresenta uma análise da abordagem do pensamento crítico,

com a ordem mundial estruturada pelo sistema-mundo e suas implicações junto à economia internacional.

De acordo com a abordagem do pensamento crítico, há de se considerar os modelos teóricos na construção do conceito de soberania que incorpore o seu aspecto econômico. Em oposição ao modelo teórico tradicional, o modelo teórico crítico oferece mais opções de análise para a dimensão econômica. Ainda na abordagem crítica, as relações internacionais, dentre elas as relações econômicas internacionais, são desenvolvidas a partir de uma relação estabelecida em um contexto de centro-periferia, na qual os Estados do centro seriam aqueles com maior poder dentro do sistema e os Estados periféricos aqueles que ficam à margem do sistema.

Outra questão importante a este respeito está no fato de que ao lado da noção de sistema-mundo também há a noção de economia-mundo, que não se confunde com a noção de economia internacional. Com efeito, a economia-mundo seria uma economia dotada de uma unicidade que se desenvolve em escala global.

É fato que as noções de sistema-mundo e economia-mundo são fundamentais para as possibilidades de construção de um conceito de soberania que apresente a sua dimensão econômica. Exatamente por isso deve-se analisar as relações e implicações da economia global junto à ordem mundial vigente e suas respectivas características.

Com esse quadro então definido a tese passa então ao seu terceiro capítulo, voltado para o estudo da relação entre a vulnerabilidade externa e a economia internacional.

Neste capítulo abordar-se-á uma análise inerente à moeda, expressão da economia, e a sua capacidade de referência internacional. Com a evolução da ordem mundial e intensidade das transações econômicas internacionais em um cenário condizente com uma grande diversidade de moedas diferentes, surgiu a necessidade de uma moeda que fizesse o papel de referência internacional, segundo a qual as relações econômicas internacionais, assim como as reservas cambiais dos Estados pudessem ser expressadas e estabelecer um parâmetro comum de entre elas. A existência de uma moeda

internacional, a forma com que ela assume esse papel são dados importantes para compreender a dimensão econômica da soberania.

Ao lado da moeda de referência internacional surge outro fator importante para compreender a dimensão econômica da soberania. Trata-se da análise da vulnerabilidade externa. Com efeito, a vulnerabilidade externa de um Estado mostra o quão sensível esse Estado é com relação às pressões externas, sobretudo no aspecto econômico. Por outro lado, o estudo da capacidade de resistência do Estado frente a esses fatores externos com a adoção de políticas anti-estrangulamento demonstra a posição daquele Estado dentro da economia-mundo. Essa exposição aos fatores de desestabilização da economia que advém do cenário internacional bem como a sua capacidade de opor resistência a esses fatores constituem importantes elementos que podem ser utilizados na construção do conceito da dimensão econômica da soberania.

Por fim, no quarto e derradeiro capítulo a tese apresenta as possibilidades concretas para a construção do conceito de soberania que incorpore a sua dimensão econômica. Ao longo de toda a análise desenvolvida nos capítulos anteriores, será possível identificar elementos que são importantes na construção do conceito de soberania com um aspecto econômico, reservando-se este último capítulo para uma análise detalhada de cada um destes elementos e de que forma estes elementos podem contribuir para compreender a soberania econômica.

A conclusão da tese buscará então apresentar as dificuldades e possibilidades para a construção do conceito de soberania que incorpore a sua dimensão econômica bem como apresentar a existências de ligações entre os aspectos econômicos e políticos da compreensão da soberania.

Com efeito, a construção de um conceito é um processo longo e coletivo e os elementos identificados ao longo da tese não são exaustivos, mas o início deste processo para a construção do conceito da natureza econômica da soberania.

CAPÍTULO 1

AS BASES PARA A DISCUSSÃO DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA SOBERANIA A PARTIR DO PENSAMENTO REALISTA.

1. Introdução

As relações internacionais nas últimas décadas sofreram intenso desenvolvimento, provocando uma aproximação cada vez maior entre os Estados. As características dessa transnacionalização das relações internacionais, além da questão da superação das fronteiras nacionais, é a celeridade com que esse fenômeno ocorre, usando as mais modernas formas de tecnologia da informação. Uma ideia, um bem ou mesmo um serviço pode, despendendo um lapso temporal cada vez menor, atingir o outro lado do globo terrestre, influenciando o próprio comportamento da sociedade internacional. A própria opinião pública passa a dar atenção a temas que até então eram restritos aos Estados, cobrando ações com relação ao meio ambiente, recursos naturais, o respeito aos direitos humanos, entre uma série de outros temas, de tal forma que essa expressão da opinião pública internacional começa a crescer e ganhar relevância nessa ordem mundial.

Hirst e Thompson (2002) analisam essa tendência de internacionalização dos mercados e apontam seis motivos para o fortalecimento dessa tendência, concentrando sua análise a partir da década de 1970. É nesse período que ocorre o colapso do sistema de Bretton Woods, juntamente com a crise provocada pela Organização dos Países Produtores de Petróleo – OPEP, enfraquecendo os regimes políticos até então vigentes. Nesse quadro, tanto a indústria como as instituições financeiras começaram a buscar novos investimentos nos Estados em desenvolvimento, ampliando assim a sua rede de relacionamentos comerciais.

O dilema da soberania surge neste contexto como importante questão a ser enfrentada em todas as suas acepções, pois mesmo em se tratando de soberania em seus aspectos político e econômico, o contexto atual enfrenta dificuldades teóricas para explicar as compreensões clássicas da soberania.

Para iniciar este estudo, faz-se necessário analisar o aspecto político da soberania para então passar a analisar o seu aspecto não apenas econômico, mas sim político-econômico. Com efeito, a política e a economia são dois lados da mesma moeda, sendo que o lado político é exaustivamente analisado, sem que o mesmo ocorra com o lado econômico. Portanto, para compreender quais as possibilidades e os limites para se construir um conceito teórico para a soberania com seu aspecto econômico, é importante conhecer as características inerentes ao lado político da soberania, tais como suas funções, formas de exercício e capacidade de influência. Com esses conhecimentos, poderemos então começar a desenvolver uma análise específica sobre o aspecto econômico da soberania.

O objetivo deste capítulo é apresentar a passagem da concepção puramente política da soberania para uma sugestão apresentada, porém não desenvolvida por Carr (1981), de uma concepção econômica. Para que essa compreensão esteja então bem definida, a análise deste capítulo será feita em duas seções. A primeira tratará da soberania vista sob um aspecto unicamente político, que ignora o aspecto econômico na compreensão da soberania. Já a segunda seção trata da soberania sob uma perspectiva política e econômica, analisando a soberania sob essas duas dimensões.

1.1. A Soberania vista como um problema político

Nesta seção inicial será abordada a soberania sob o seu aspecto meramente político, segundo a qual o exercício do poder soberano de um estado está ligado ao fator da legitimidade de sua autoridade em seu território, sem influências externas.

1.1.1 Hedley Bull e a Sociedade Anárquica

A questão da soberania é tema abordado em diversas passagens na obra do pensador britânico Hedley Bull, que destaca bastante o assunto em seu aspecto político. Com efeito, no que tange especificamente a soberania, Bull afirma (2006, p. 13):

A soberania dos Estados, interna e externa, existe tanto no nível normativo como no factual. Os Estados não só afirmam a sua soberania interna e externa como na prática exercem efetivamente, em graus variados, essa supremacia interna e independência externa.

Portanto, quando Bull se refere ao fato de que, na prática, os Estados exercem em graus variados a independência externa, muito embora ele esteja se referindo a natureza política da soberania, é possível extrair este elemento, graus variados de independência externa, para construir um futuro conceito teórico de soberania e sua dimensão econômica, pois se a economia de um Estado é dependente do contexto econômico internacional em maior ou menor grau, a sua dimensão econômica poderia ser mais forte ou mais fraca, conforme este se coloque dentro do sistema internacional. Bull segue afirmando (2006, p. 236)

Como os Estados são bastante desiguais em poder, só alguns problemas internacionais são resolvidos. As demandas de certos Estados (os fracos) podem ser na prática ignoradas, enquanto as de outros (os fortes) são admitidas como as únicas relevantes na pauta do que precisa ser resolvido.

Aqui se pode identificar outro elemento que pode ser utilizado para a construção de um conceito de soberania que incorpore a sua dimensão econômica. A desigualdade de poder político pode ser compreendida de forma que os Estado com poder político determinem a pauta das relações internacionais. O Fato que torna esta passagem de relevante interesse é a questão da soberania ser exercida “em graus variados”, ou seja, muito embora todos Estados sejam igualmente soberanos, nem sempre exercem suas

respectivas soberanias da mesma forma, havendo espaço para o exercício da soberania de forma diferenciada, de acordo com os recursos de cada Estado.

Em sendo uma análise bastante conceitual, Hedley Bull apresenta uma preocupação intensa com a formulação de conceitos, analisando elementos e características necessários à compreensão de cada ideia. Um primeiro conceito interessante que Bull apresenta é a ideia de ordem internacional (2006, p. 13), segundo a qual se trata de um padrão de atividades com o qual os Estados sustentam os objetivos elementares da sociedade internacional. Um destes objetivos é a preservação da própria ordem internacional, cuja ideia de manutenção da ordem está em consonância com outro pensamento realista, trazido por Morgenthau (2003, p. 87), que apresenta a ideia de política do *status quo*, segundo a qual a política internacional teria como um de seus principais objetivos a manutenção do sistema internacional tal qual ele é, de modo que os atores que detenham maior poder político, assim permaneçam, não havendo surpresas no comportamento dos atores políticos internacionais, cada um preservando sua soberania, o que, com efeito, é o outro objetivo elementar da ordem internacional (BULL, 2002, p. 23).

Muito embora Bull não trate explicitamente da soberania sob o seu aspecto econômico, em razão de ver a soberania com um aspecto unicamente político, é possível especular acerca da possibilidade de transportar esta ideia de soberania política como um fenômeno relativo para o aspecto econômico da soberania, sendo esta então exercida em graus variados. O poder econômico de cada Estado, diante de suas relações econômicas internacionais, faz com que estes usem seus recursos econômicos como fonte de poder para buscar impor a satisfação de suas necessidades, o que gera um conflito potencial em tais relações, já que cada Estado busca exercer sua dimensão econômica da soberania de acordo com seus interesses. Desta forma, como cada estado possuem diferentes níveis de recursos econômicos e, portanto, diferentes níveis de poder, a sua soberania é exercida de acordo com o grau de poder que seus recursos econômicos lhe proporciona.

Com efeito, as matérias de interesse nacional são o grande objetivo do Estado, e para que este possa de fato implementá-las, é preciso que administre seus recursos políticos neste sentido e, um destes recursos políticos, é sua economia nacional. Portanto, a política econômica do Estado é um recurso

político com o qual se busca alcançar seus interesses nacionais. Sobre a promoção dos interesses nacionais, Bull (2006, p. 80) apresenta da seguinte forma:

No entanto, a concepção de interesse nacional, ou interesse do Estado, tem um certo sentido na situação em que os objetivos nacionais ou do Estado são definidos e aceitos, e o problema em discussão é saber com que meios esses objetivos podem ser promovidos.

Portanto, a partir da concepção que Bull nos proporciona e construindo um raciocínio sob o aspecto político, pode se inferir que as relações de soberania, na promoção dos interesses nacionais, também podem envolver relações econômicas. Dois elementos podem então ser integrados a um conceito de soberania em sua dimensão econômica, o primeiro é o fato de que a soberania é sempre relativa e de que os Estados mais poderosos determinam a pauta internacional. O segundo, a noção de que a dimensão econômica, assim como a política, seria relativa poderia ser fundamentada nas diferenças no desenvolvimento e organização das suas empresas nacionais e das relações comerciais e financeiras entre eles.

1.1.2 Morgenthau e a soberania política

Morgenthau (2003) apresenta de forma sistemática como ocorrem as relações de poder entre os Estados. Nessas relações, o poder nacional pode sofrer três tipos de limitações: o equilíbrio do poder, a moralidade e opinião pública mundial e o Direito Internacional.

Morgenthau (2003, p. 567) afirma que a ideia moderna de soberania foi formulada pela primeira vez na segunda metade do séc. XVI e aplicada ao novo fenômeno do Estado territorial (acordos de Westphalia). Essa ideia relacionava-se com o poder de legislar e fazer cumprir suas leis dentro de certo território. No fim da Guerra dos Trinta Anos, a ideia de soberania significou uma importante vitória dos príncipes sobre os papas. Os papas não detinham mais a autoridade universal.

A soberania é incompatível com um sistema de direito internacional forte e eficiente, sendo ela plenamente conciliável com um sistema internacional fraco e ineficaz. O direito internacional (Morgenthau, 2003, p. 523) é fraco e ineficaz por duas razões: suas normas somente são compulsórias para quem nelas tenham consentido e quando são consentidas mostram-se vagas e ambíguas e sofrem uma série de reservas e condicionamentos. Cada Estado¹ individual vem a ser a mais alta autoridade legisladora, no que diz respeito às normas obrigatórias do direito internacional. Ele não reconhece qualquer autoridade legisladora superior a ele, pois não há Estado nem grupos de Estados que possam legislar por ele. Isto é, de fato, uma tendência de afirmação de seu poder por parte dos Estados, o que na prática, pode não ocorrer, situação em que a soberania, na visão proposta por Morgenthau, restaria atingida.

Assim, a soberania como implementação de medidas legais coercitivas reflete-se de duas formas. A primeira é que somente a nação, como agente implementador do direito, é quem tem o poder em última e definitiva decisão para aplicar uma medida coercitiva. A segunda é que as normas de direito internacional não são coercitivas, mas meros mecanismos de pressão como embargos, bloqueios, protestos diplomáticos (Morgenthau, 2003, p. 571). Aqui é possível transportar esses elementos do aspecto político para o aspecto econômico da soberania. Com efeito a forma de impor uma agenda econômica sobre um Estado seria coagi-lo a adotar leis internas que favorecessem esta agenda. O grau de autonomia econômica de um Estado poderia ser definido pelos graus de liberdade que ele possui para estabelecer sua legislação econômica.

Morgenthau (2003, p. 572) apresenta três sinônimos para soberania: independência, igualdade e unanimidade. Muito embora Morgenthau coloque como sinônimos, melhor seria utilizá-los como formas de expressão da soberania. A independência representa a exclusão de todas as demais autoridades em detrimento de uma única autoridade.

¹ Muito embora Morgenthau utilize a expressão "Nação", por uma questão de uniformidade com os demais autores, adotou-se a expressão "Estado" para análise de todos os autores aqui abordados.

Se todas as nações detêm autoridade suprema em seus territórios, nenhuma delas está subordinada a qualquer outra no exercício de sua autoridade. São soberanas e expressam suas soberanias por meio de sua independência. O direito internacional é um ramo do direito que opera mediante coordenação e não por subordinação. As nações que aderem ao direito internacional estão a ele subordinada, mas jamais estão subordinadas umas às outras. O Art. 2 da Carta das Nações Unidas reconhece o princípio da igualdade soberana dos Estados e, como será abordado mais adiante, implica uma limitação internacional à ingerência externa. Por fim, segundo Morgenthau, a unanimidade permite ao Estado resolver questões conflitivas por si próprio, sem se deixar influenciar por outros interesses, já que a decisão deve ser unânime, é preciso que Estados busquem um consenso na resolução de seus conflitos.

Após apresentar as formas de expressão da soberania, Morgenthau (2003, p. 575) argumenta sobre o que não deve ser considerado como soberania. Com efeito, soberania não significa liberdade para impor proibições de condutas. Não é a existência de restrições legais, em maior ou menor escala, que afeta a soberania, mas sua qualidade. É preciso verificar se a nação continua como autoridade suprema legisladora e aplicadora de leis. Ainda que haja restrições legais, caso a nação permaneça como autoridade suprema, legislando e impondo suas leis, essa nação é soberana.

Soberania não deve significar liberdade de regulação pelo direito internacional (Morgenthau, 2003, p. 575). Existem questões reguladas pelo direito internacional que interferem na jurisdição doméstica da nação, como a questão das regras advindas da Organização Mundial do Comércio ou de condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional, por exemplo. Nem por isso a soberania está afetada, pois a nação permanece como autoridade suprema. Trata-se, portanto, de uma mera restrição legal imposta pelo Direito Internacional, que, no entanto, não tem o condão de desfazer a nação como autoridade suprema em legislar a aplicar suas leis.

Sendo a soberania a autoridade suprema de uma nação para aprovar leis e fazê-las cumprir, dentro de um território, a perda da soberania ocorre quando uma nação é colocada sob a autoridade de outra nação, retirando-lhe o exercício da elaboração e cumprimento das leis. Disso, Morguenthau (2003, p.

580) tira quatro conclusões. A localização da soberania depende: (a) em que aspectos o governo de um Estado é controlado legalmente por outro governo?; (b) que governo exerce de fato as funções governamentais dentro do território?; (c) a localização da soberania constitui matéria tanto de julgamento político quanto de interpretação legal; (d) a localização da soberania pode ser suspensa temporariamente se a distribuição real do poder permanecer indefinida.

No que tange ao controle legal de um Estado por outro governo, a questão da soberania em Morgenthau (2003) reside no fato de que a soberania, para existir realmente, é necessário que um governo seja capaz de propor leis e fazê-las cumprir em um determinado território. Neste sentido, quando outro Estado é capaz de controlar legalmente um Estado, isto significa que este último, tem, no mínimo, sua capacidade limitada de propor leis e exigir seu respectivo cumprimento, pois neste caso este poder está mais afeto ao Estado controlador, caso em que a localização da soberania residiria neste.

Para determinar que governo efetivamente exerce as funções governamentais em um território e assim localizar a soberania do Estado, não basta apenas determinar a quem pertence determinado território, mas quem, de fato, exerce as funções governamentais naquele território. Em tom exemplificativo, Morgenthau (2003, p. 578) analisa o caso da base militar em Guantanamo, que, a princípio, fica em território cubano, porém, Cuba não tem a capacidade de exercer suas funções governamentais naquele ponto de seu território, que é controlado por outro Estado, que exerce suas funções governamentais à revelia de Cuba. Nesse caso em especial, a localização da soberania não está em Cuba, mas no Estado que efetivamente exerce as funções governamentais naquele território, os Estados Unidos.

Contudo, seguindo ainda o raciocínio desenvolvido por Morgenthau (2003), a soberania depende de um julgamento político e de interpretação legal. Quer isto significar que, não basta apenas possuir a capacidade de propor leis e fazê-las cumprir em seu território, é preciso a capacidade de interpretar as leis para dar o correto sentido e estabelecer uma segurança política e também jurídica ao ordenamento social.

Por fim, Morgenthau (2003) traz a possibilidade de suspensão da soberania, o que corrobora todas as conclusões anteriores. Com efeito, quando um determinado Estado não tem a capacidade de propor leis nem de fazê-las cumprir em seu território, ou em parte dele, ainda que tal situação possa perdurar por um longo tempo, a sua soberania naquele ponto em especial está suspensa, até que o próprio Estado retome a sua capacidade de exercer suas funções soberanas.

Tecendo algumas argumentações sobre a questão da divisibilidade da soberania, Morgenthau entende que se a soberania significa a autoridade suprema, duas ou mais entidades não podem ser soberanas ao mesmo tempo em um mesmo território, pois quem detém o poder supremo é necessariamente superior a todos os demais.

Com efeito, a existência de um Estado soberano causa um choque com os outros Estados soberanos, provocando assim um Estado de natureza internacional. Para evitar os conflitos entre os Estados soberanos, o principal obstáculo contra todas as tentativas de restringir a disputa pelo poder no cenário internacional é a soberania. Neste sentido Morgenthau (2003, p.589) afirma:

Se fosse possível ceder parte da soberania em troca da paz, ou compartilhar a soberania com uma organização internacional, seria então possível existir paz e soberania ao mesmo tempo. Entretanto, para que isso seja realmente possível, é preciso desconstruir o conceito de soberania clássica, e reconstruir o conceito de soberania mais plausível diante das relações internacionais.

Como visto, ao propor uma definição de soberania como sendo a autoridade com a capacidade para criar leis e as fazer serem devidamente cumpridas e obedecidas, Morgenthau concebe a soberania com um aspecto puramente político, calcado nas relações de poder existentes dentro do território do Estado, bem como dos Estados entre si. Isso fica ainda mais claro quando Morgenthau propõe que a localização da soberania é uma matéria, não apenas de interpretação legal, mas também de julgamento político. A abordagem econômica da soberania inexistente nas considerações de Morgenthau, ao menos de modo explícito. Seria possível argumentar que no ponto em o autor afirma que a soberania pertence aquele que de fato exerce as

funções governamentais dentro de um determinado território, uma destas funções poderia ser a função econômica, contudo, é forçoso observar que a análise não adentra este mérito. Entretanto, tal raciocínio pode ser estendido para o campo econômico já que a economia também é regulada por leis e assim iniciar uma análise para a concepção de um conceito econômico para a soberania.

Entretanto, outros autores entendem a soberania como um problema não apenas meramente político, mas também como um problema econômico, como veremos a seguir.

1.2 - A Soberania vista como um problema político e econômico.

A soberania foi ao longo de muito tempo um objeto de estudo unicamente sob o ponto de vista de sua dimensão política. Contudo, como será demonstrado a seguir, a dimensão econômica da soberania passa a ser identificada na análise da soberania, sem, contudo, que seja mais desenvolvida a ponto de se conceitua-la. Neste sentido, Kindleberger (1970) (1974) propõe uma análise da soberania diante do comércio internacional; Robert Gilpin (2002) apresenta uma análise da soberania sob a perspectiva do nacionalismo econômico; Edward Carr (1981), mais explicitamente sugere a existência da economia como um instrumento do poder político soberano; Mearsheimer (2002) apresenta o realismo ofensivo, o qual a economia nacional é um instrumento para ampliar o poder dos Estados no cenário internacional e ainda Hirst e Thompson (2002) que fazem uma análise da soberania sob a perspectiva econômica no contexto internacional globalizado.

Com um estudo conjuntural dessas análises da soberania, as quais apresentam aspectos da economia, será possível iniciar a identificação de alguns elementos que poderão fazer parte do conceito da dimensão econômica da soberania do Estado.

1.2.1 Charles Kindleberger e o aspecto econômico da soberania

Kindleberger é um autor que demonstra preocupação não apenas com questões econômicas, mas também com a questão política, apresentando suas análises de forma com que estes dois campos do conhecimento estivessem interligados, demonstrando que as relações econômicas internacionais têm uma dimensão política relevante e, portanto, deve ser considerada para que se possa efetivamente compreender a dinâmica destas relações. Com efeito, Kindleberger (1974, p. 578) afirma que:

O sistema econômico clássico com governo limitado pressupõe que não há conflitos entre os interesses das partes e do todo, nem há uma necessidade de tomar decisões por parte de um governo. No todo, é uma ilusão. Com governos nacionais desempenhando papéis, a questão que surge é se eles maximizam o interesse do país a curto prazo, a expensas de outros países, ou adotam políticas de maior alcance para sustentar o sistema internacional, talvez deixando espaço para os governos menos altruístas auferirem vantagens de suas restrições. Os governos podem vincular-se entre si, por acordo, visando a um comportamento altruísta. Mas haverá momentos quando a ação paralela separada é insuficiente, e a ação deve ser coordenada. Nem todas possibilidades podem ser previstas e contar com provisão nos acordos. Nem se pode esperar que os países se comportem de modo idêntico, dada suas tradições, instituições e, possivelmente, finalidades diferentes.

Alguns pontos importantes devem ser ressaltados nesta passagem. Em primeiro lugar, fica claro que, muito embora haja a possibilidade de um comportamento altruísta por parte dos estados, esta não é a regra das relações internacionais, que tem por característica mais predominante a existência de conflitos potenciais entre os estados. O conflito existe e com ele deve se proceder à análise das relações econômicas internacionais. Essa é uma premissa do pensamento realista, que se mostra muito presente em Kindleberger. Em segundo lugar, merece destaque o fato de que, apesar dos estados poderem celebrar acordos, muitos deles na área econômica, isso não inibe a existência de conflitos nas relações entre os estados, uma vez que seus objetivos são diferentes, pois suas instituições são voltadas para o exercício do interesse nacional, e este exercício pode ser traduzido na dimensão econômica da soberania nacional dos Estados, quando Kindleberger afirma que “os estados desempenham papéis”. Por fim, cabe também ressaltar que, os

Estados economicamente mais fortes adotam condutas nas quais buscam sustentar a manutenção do sistema, fazendo com que Estados economicamente mais fracos possam ter a possibilidades de auferirem benefícios, o que revela uma estabilidade hegemônica do sistema.

No que tange especificamente à soberania nacional Kindleberger é enfático ao afirmar que significa tomada de decisão. Ou seja, o estado deve ter a capacidade de tomar decisões no que se refere a sua própria economia e Kindleberger traz dentro desta concepção a noção de que tais decisões envolvem políticas fiscal, monetária e comercial (1970, p. 36).

Sobre a política fiscal, Kindleberger (1970, p. 39) afirma que se trata essencialmente do poder que o estado detém de taxar, gastar e emprestar seus recursos econômicos, conforme sua melhor conveniência e seus interesses nacionais. A capacidade de impor taxaço sobre produtos ou serviços reflete um dos aspectos econômicos da soberania e tem repercussões inclusive nas relações econômicas internacionais. Neste sentido, Kindleberger (1970: p. 40-1) afirma:

The sovereignty of the states and lesser governments in taxing and spending is limited not only by the division of powers to tax and spend. Competition inhibits them as well. If taxes in state or city get out of the line, it will lose (or gain) inhabitants and business. In fact, the rise of international corporation is beginning to erode the power of nation-states to tax independently of one another in the modern world, (...) Countries whose taxes are too high will find international business, and in a few cases households, changing domicile, residence or even nationality to escape the jurisdiction. (...) The power of tax is the power to destroy; it is also the crucial power to exact deference to the sovereign.²

Tal passagem é relevante e possui alguns aspectos que merecem maior destaque. Primeiro, cabe ressaltar que Kindleberger já admite o fato da soberania ser limitada, e não absoluta. Existem limites para o exercício da soberania. Em termo de taxaço estes limites ocorrem de acordo com o grau de competição econômica o qual o estado está inserido. Com o processo de internacionalização econômica a competição econômica ficou mais

² A soberania dos Estados e governos com menor tributação e gastos é limitada não só pela divisão de poderes para taxar e despesas. A competição os inibe também. Se os impostos no Estado ou cidade sair da linha, ele vai perder (ou ganhar) habitantes no negócio. De fato, a ascensão da corporação internacional está começando a corroer o poder dos Estados-nação para tributar de forma independente um do outro, no mundo moderno, (...) Os países cujos impostos são muito altos encontrará negócios internacionais e, em casos de alguns agregados familiares, mudando domicílio, residência ou mesmo nacionalidade para escapar da jurisdição. (...) O poder do imposto é o poder de destruir; ele também é o poder fundamental para exigir deferência ao soberano. (Tradução Livre)

caracterizada com a integração dos mercados, na qual os estados tiveram de se adaptar para conduzir suas economias dentro deste novo contexto internacional.

Portanto, mesmo tendo o poder de impor taxaço sobre produtos ou serviços, cabe ao estado avaliar a sua política fiscal pois uma taxaço muito alta pode afastar o ingresso de recursos econômicos estrangeiros necessários ao seu desenvolvimento econômico ou uma taxaço muito baixa pode não trazer resultados econômicos esperados, além de inibir um maior desenvolvimento da indústria nacional, que perderia poder competitivo. O segundo elemento interessante nesta passagem reside na afirmaço de que o desenvolvimento de corporações internacional começa a ameaçar o poder dos estados em impor taxas de forma independente. Trata-se de uma afirmaço muito interessante já que traz consigo a essência do pensamento realista das relações internacionais.

Com efeito, o fato dos estados terem seu poder de taxaço ameaçado pelo surgimento de corporações internacionais, que podem migrar de um estado para outro de acordo com a taxaço oferecida, cada estado se colocará numa posição defensiva, na medida em que terá como objetivo proteger sua economia e isso provoca um conflito nas relações econômicas internacionais.

Por fim, cabe tecer alguns comentários sobre a afirmaço de que o poder de taxaço é o poder de destruir, é o poder de deferência à soberania. Tal afirmaço não poderia ter natureza mais realista. Esta visão de destruir, conflito, a soberania como capacidade do estado de se impor, são características do pensamento realista que vê as relações internacionais como uma área de conflito em potencial, e o poder de taxaço são limites ao exercício da soberania no plano fiscal.

Além da esfera da política fiscal, a política monetária é também um dos aspectos que compõem a dimensão econômica da soberania na visão de Kindleberger (1970, p. 36). Com efeito, no que tange a este aspecto, Kindleberger afirma que para cada política monetária existe uma soberania (1970, p. 44), ou seja, cada estado deve ter sua própria política monetária, não havendo possibilidade de um mesmo estado adotar mais de uma política monetária. Isto significa que cada estado deve conduzir a sua própria política econômica, no sentido de que as decisões político-econômicas que devem ser

tomadas, dentre elas as decisões inerentes à política monetária, devem ser tomadas pelo estado, no exercício de sua soberania.

Muito embora seja um raciocínio interessante, vincular a dimensão econômica da soberania nacional à adoção de uma única política monetária, mas como seria então uma situação reversa? Com efeito, para cada política monetária existe uma soberania, mas é possível haver uma única política monetária para uma ou mais soberanias? Seria o caso típico da criação de um bloco econômico supranacional, que adotasse uma política monetária comum, havendo então vários estados economicamente soberanos, mas todos vinculados a uma mesma política monetária. Kindleberger, mesmo tendo desenvolvido tal raciocínio na década de setenta, não fugiu a esta questão e assim afirma (1970, p. 42):

Can national sovereignty exist without control of international trade? Historical experiments suggest that it can. When a country loses its power to control and tax foreign trade, sovereignty is attenuated but not extinguished.³

Portanto, seguindo tal raciocínio, a soberania nacional, continua existindo ainda que o estado perca poder econômico no comércio internacional, sendo que neste caso a soberania nacional esteja reduzida em sua força. Interessante observar que este raciocínio guarda pertinência com o raciocínio anterior de Kindleberger, quando afirma sobre a limitação da soberania. Em ambos os casos, tanto na política fiscal, com limites para a taxaço e a inserção do estado na economia internacional, quanto na política monetária, com a criação de blocos supranacionais com a adoção de uma política única, o estado encontra seu limite na condução da dimensão econômica de sua soberania nacional.

1.2.2. Robert Gilpin e o nacionalismo econômico

Robert Gilpin estuda as relações entre o estado e os mercados no qual se situa o âmbito da economia política. Entretanto, necessário se faz uma

³ Pode soberania nacional existir sem o controle do comércio internacional? Experimentos históricos sugerem sim. Quando um país perde o seu poder de controlar o imposto de comércio exterior, a soberania é atenuada, mas não extinta. (Tradução Livre)

ressalva no sentido de que a análise desenvolvida por Gilpin se aproxima mais de um contexto de conflito quando aborda o aspecto político e se aproxima mais de um âmbito cooperativo quando aborda o aspecto econômico, o que sugere uma análise um pouco contraditória.

Feita esta ressalva, tem-se que as fronteiras nacionais são necessárias para o estado afirmar sua unidade política e sua autonomia. Contudo, por outro lado, os mercados precisam superar os obstáculos políticos para que os mecanismos de preços possam funcionar precisamente. Esta correlação de forças pode ser demonstrada da seguinte forma:

Enquanto poderosas forças do mercado (...) tendem a ultrapassar as fronteiras nacionais, a escapar ao controle político e a integrar as sociedades, a tendência dos governos é restringir, canalizar e fazer com que a atividade econômica sirva aos interesses percebidos dos Estados e de grupos poderosos que atuam em seu interior. A lógica do mercado consiste em localizar as atividades econômicas onde elas são mais produtivas e lucrativas; a lógica do Estado consiste em capturar e controlar o processo de crescimento econômico e de acumulação de capital. (HEILBRONER, *apud* GILPIN, 2002, p. 31).

Diante desta tensão, entre as fronteiras de mercado e o controle político das fronteiras nacionais, o autor apresenta a teoria do nacionalismo econômico, segundo a qual a formação de um mercado nas relações econômicas internacionais tem por efeito a criação de conflitos entre os estados, pois em um mercado internacional cada economia nacional pretende buscar seus interesses, que são divergentes entre si, tornando-os vulneráveis ao maior poder econômico de determinadas economias nacionais e, por consequência, violentando a sua soberania nacional que terá seu controle político-econômico reduzido. Neste sentido, Gilpin (2002, p. 51) afirma:

Os nacionalistas econômicos acentuam o papel dos fatores econômicos nas relações internacionais e consideram a disputa entre os Estados – capitalistas, socialistas, ou de outra natureza – por recursos econômicos inerente a natureza do próprio sistema internacional. (...) como os recursos econômicos são necessários para o poder nacional, todo conflito é ao mesmo tempo econômico e político. (...) No longo prazo, todos os Estados buscam igualmente riqueza e poder.

É possível então, depreender de tal raciocínio, que as relações econômicas internacionais estejam inegavelmente caminhando no sentido de

uma interdependência, na qual o mercado cria uma hierarquia entre as economias nacionais, já que o desenvolvimento desta interdependência não é linear, provocando distorções como economia mais dependentes do que outras, fato que é usado para determinar a posição de cada economia nacional dentro do cenário internacional e o poder de influência que cada uma delas possui.

A disputa entre os estados por recursos econômicos é inerente ao sistema internacional, disputa tal que gera economias mais fortes que outras. Em que pese haver um verdadeiro choque de soberanias, este conflito soberano-econômico não é de todo igualitário, pois algumas economias nacionais possuem um poder maior que outras, determinando assim a natureza de suas relações segundo seus interesses. Isso se deve ao fato de que os mercados não são uniformes, ou seja, cada mercado nacional possui recursos econômicos próprios, que se diferenciam dos demais, criando assim uma verdadeira assimetria entre os mercados, que vai se refletir na posição de cada mercado nacional dentro das relações econômicas internacionais, fazendo com que aqueles mercados que tenham maiores recursos tenham maiores condições de negociar seus interesses, fazendo com que o desenvolvimento econômico da economia global não seja por igual, proporcionando diferenças na evolução econômica dos mercados econômicos nacionais, o que, poderia levar ao surgimento de conflitos econômicos entre os mercados nacionais. Aqui se pode afirmar que uma harmonia ente as análises de Morgenthau, Bull e Gilpin no sentido de que os Estados com maior poder político pode pressionar outros Estados a adotar a sua agenda econômica internacional, consolidando um exercício da soberania em seu aspecto político em graus variados.

De acordo com o pensamento de Ocampo (2002, p. 88), as assimetrias do ordenamento econômico internacional são de três tipos. Primeiro, a alta concentração do progresso técnico nos estados desenvolvidos. Segundo, a vulnerabilidade macroeconômica dos estados com economia em desenvolvimento em face de um choque externo. Por fim, a alta mobilidade de capital, sendo esta a capacidade dos fluxos de capitais em circularem por diferentes fronteiras nacionais sem que as autoridades nacionais tenham o completo domínio deste fluxo. Tomando por base então estas três assimetrias, pode-se então depreender que as economias que detenham os recursos do

progresso tecnológico, investimento em inovação e capacidade de influência de mercado, consegue apresentar uma menor vulnerabilidade aos fatores externos da economia internacional e da alta mobilidade do capital. Ao revés, as economias dos estados que não detenham os recursos econômicos do progresso tecnológico, estariam mais sujeitos aos aspectos externos da economia mundial e à alta mobilidade do capital internacional.

Isso demonstra que o desenvolvimento da economia internacional não é uniforme, ao contrário, ocorre em graus variados de acordo com as características e o poder econômico de cada estado, sendo que a soberania nacional acaba refletindo a hierarquia existente nas relações econômicas internacionais.

As atividades econômicas devem ser entendidas como instrumentos de construção e fortalecimento do estado, pois este detém a primazia da alocação das atividades econômicas e o faz segundo os seus interesses de desenvolvimento nacional, não apenas para atender aos interesses internos, mas, sobretudo, para se fortalecer no cenário internacional, com uma economia nacional forte e baixa dependência do mercado externo. Nestes termos: “Enquanto perdurar o presente sistema de Estados, o nacionalismo econômico tenderá a representar uma influência importante nas relações internacionais” (Gilpin, 2002, p. 53). O nacionalismo econômico possui três forças fundamentais (Gilpin, 2002, p. 65):

A maior força do nacionalismo econômico é o seu foco no estado como ator predominante nas relações internacionais e como instrumento de desenvolvimento econômico. (...) Uma segunda força do nacionalismo é a sua ênfase na importância da segurança e dos interesses políticos na organização da conduta das relações econômicas internacionais. (...) A terceira força do nacionalismo é sua estrutura política das atividades econômicas, seu reconhecimento de que os mercados precisam funcionar em um universo de Estados e grupos competitivos.

Portanto, a primeira e principal força do nacionalismo econômico é que o estado segue sendo o principal e mais atuante ator nas relações econômicas internacionais e isso faz com que cada estado defenda seus interesses econômicos, expressando a sua dimensão econômica da soberania nacional. A segunda expressão do nacionalismo econômico está presente na questão de

que o desenvolvimento de uma economia interna e vai muito além de um desenvolvimento de uma gama de atividades econômicas, mas uma questão de fundamental importância para a segurança nacional, tema este que é crucial para a teoria realista das relações internacionais. Com efeito, se o âmbito internacional é composto por estados igualmente soberanos convivendo em um ambiente de tensão permanente, o desenvolvimento da economia nacional propiciará formas de aprimorar a salvaguarda da segurança nacional. Por fim, o nacionalismo econômico se fortalece com o fato de que os mercados funcionam através de Estados competitivos e o Estado para ser competitivo deve ter o controle do desenvolvimento de sua economia.

Portanto, é possível concluir de tal raciocínio que todas estas três forças do nacionalismo econômico juntas apresentam uma clara defesa da dimensão econômica da soberania nacional, ainda que o mercado internacional esteja constantemente utilizando suas forças para sobrepujá-la.

1.2.3. Edward Carr e o poder econômico.

Seguindo com a análise do pensamento realista, mas agora com a preocupação com a questão econômica além da política, Carr (1981, p. 135) trata da questão do poder do Estado, classificando o poder na política internacional nas modalidades, militar, econômico e de opinião.

Desta divisão proposta já é possível depreender que, assim como Morgenthau apresentou três formas de expressão da soberania (independência, igualdade e unanimidade), Carr utiliza a questão do poder do Estado na política internacional para, em última análise, afirmar que a soberania do Estado se expressa nessas três modalidades (militar, econômico e opinião). Com efeito, a soberania é o exercício do poder do Estado, que pode se dar em seu âmbito interno, com a imposição de regras de conduta, tal como foi visto em Morgenthau, mas também é o poder do Estado no âmbito externo, nas relações internacionais, e, neste âmbito, a soberania pode se expressar em alguns fatores, dos quais Carr destaca três as modalidades citadas anteriormente e, dentre elas, a natureza econômica da soberania.

O surgimento das nações modernas foi marcado por uma economia baseada na estrutura do comércio, ou seja, os Estados modernos foram se

fortalecendo de acordo com a ampliação de suas economias, de forma que a maneira de tornar um Estado poderoso era estimular a sua produção interna e acumular capital. Desta forma, tem-se que a economia nacional é um fator importante nas relações internacionais, pois é a força econômica de cada Estado que vai estabelecer como cada um poderá se comportar no cenário global. No que tange às formas pelas as quais o Estado exerce seu poder econômico, Carr (1981, p. 157) afirma:

Havendo, assim, estabelecido que a economia deve ser adequadamente vista como um aspecto da política, podemos dividir em duas grandes categorias os métodos pelos quais o poder econômico é colocado a serviço da política nacional. O primeiro conterà as medidas cujo objetivo se define pela conveniente palavra autarquia; o segundo, medidas econômicas diretamente voltadas para o fortalecimento da influência nacional sobre outros países.

Importante destacar que Carr estabelece a economia como um aspecto da política e, desta forma, existem duas maneiras de expressar o poder econômico do Estado através da política, seja pela autarquia, seja por medidas econômicas que influenciem outros países. Por autarquia⁴, Carr aborda a autossuficiência (1981, p. 157) do Estado em produzir com seus próprios recursos econômicos toda a produção que satisfaça suas necessidades. Em sendo economicamente autossuficiente, o Estado não dependeria de relações econômicas com outros Estados, o que reduziria, ou até mesmo eliminaria a dependência externa de sua economia. Entretanto, nas relações econômicas modernas, não se afigura provável a existência de uma economia nacional capaz de obter autossuficiência a ponto de se tornar plenamente independente do mercado externo.

Com efeito, algo equivalente à ideia de autarquia apresentada por Carr, com base nas circunstâncias da economia internacional hodierna reside na concepção de que ao Estado compete estimular sua economia nacional de forma que a sua dependência externa, inevitável, seja a menor possível. O próprio Carr chega a esta conclusão ao afirmar que *“nas condições atuais, a promoção artificial de algum grau de autarquia é uma condição necessária para a existência social ordenada.”*(1981, p. 158). Portanto, a promoção de

⁴ O pensamento de Carr tem sido alvo de várias análises na literatura, (VILLA, 1999; Gonçalves, 2005; VIGEVANI, 1999; PENNA, 2004; TSCHUMI, 2005). Contudo, estes comentaristas não abordam especificamente seu conceito de autarquia.

autarquia, senão obtida em sua concepção plena, deve ser obtida em algum grau, ou seja, parcialmente, nas condições de maior fortalecimento possível da economia nacional.

Pode-se então compreender que a ideia de autarquia trazida por Carr é compatível com a ideia de desenvolvimento nacional pleno, segundo a qual um Estado detém o domínio de sua política nacional, o que inclui o seu aspecto econômico, já que, como visto, para Carr, a economia é um aspecto da política. Entretanto, a interdependência da economia política internacional não permite que este desenvolvimento nacional pleno aconteça. Contudo, os Estados desenvolvem suas respectivas políticas nacionais com o intuito de se fortalecerem no maior nível que puderem, para assim reduzir a sua dependência de agentes econômicos externos, reduzindo a sua vulnerabilidade externa, questão esta que será tratada mais detalhadamente no terceiro capítulo desta tese.

Quanto menor for esta dependência, mais plausível será a viabilidade da segunda forma de exercício do poder econômico por parte do Estado. Neste contexto, adotar medidas econômicas para ampliar sua influência nacional sobre economias de outros países somente será possível uma vez que a economia nacional seja suficientemente autônoma, a ponto de outros países serem influenciados em suas decisões econômicas internas. Interessante destacar que tal abordagem vai ao encontro da discussão proposta por Morgenthau sobre a soberania política, de forma que os Estados com maior poder político conseguem pautar as questões internacionais e pressionar outros Estados a adotarem legislações internas que favoreçam uma agenda política internacional.

No que tange à interação entre política e economia na busca pelo controle de mercados estrangeiros, Carr (1981, p. 165) afirma:

A luta pelo controle de mercados estrangeiros proporciona um exemplo adicional da interação entre política e economia, pois, normalmente, é impossível saber se o poder político é usado, para aquisição de mercados, por seu valor econômico, ou se mercados são buscados para estabelecer e fortalecer o poder político.

Com base nestes dois aspectos, autarquia mais controle de mercados, ficam claras as raízes realistas do pensamento desenvolvido por Carr, e, ainda

mais importante, resta estabelecida a intrínseca ligação entre política e a economia como fontes de poder do Estado, elemento este que poderá ser utilizado para a construção de um conceito de soberania econômica.

Carr (1981, p. 161) recorda que no fim da segunda década do século XIX a Coroa Britânica afirmara que para lidar com as pressões econômicas dos países que detinham o suprimento de matérias prima, era preciso forte ação governamental no sentido de promover a independência econômica. Naquele momento, a soberania era vista como uma forma de autarquia.

Com efeito, naquele contexto histórico das relações econômicas internacionais, a dimensão econômica da soberania nacional era vista como elemento de poder no cenário internacional e cada Estado buscava fortalecer sua soberania sob o aspecto econômico, de forma que, com uma economia nacional desenvolvida, seria viável usá-la para influenciar economias de outros Estados, através da exportação de capital e da dominação de mercados estrangeiros. (Carr, 1981, p. 162). Desta feita, a soberania também poderia ser vista como a capacidade de um determinado Estado em dirigir e influenciar a economia de outros Estados. A questão que se impõe é como seria então a dimensão econômica da soberania nacional, não no início do século XX, mas nos dias atuais, no início do século XXI.

A este respeito, Carr (1981, p. 295) não se furtou a dizer:

Uma previsão pode ser feita com alguma certeza. O conceito de soberania deve tornar-se, no futuro, ainda mais obscuro e indistinto do que é atualmente. (...) quando começaram a ser estabelecidas distinções entre soberania política, legal e econômica, ou entre soberania externa e interna, estava claro que o rótulo deixara de exercer a função, para a qual era apto, de marca distintiva para uma única categoria de fenômenos.

Portanto, já naquela época estava claro que o desenvolvimento das relações econômicas internacionais e a interdependência dos mercados iria afetar a noção de soberania, tal como era então compreendida. Ainda não que não fosse possível à época conceber exatamente qual seria a mudança na concepção de soberania, já se tinha como algo concreto que tal concepção não

mais seria suficiente para refletir a realidade das relações econômicas internacionais no futuro.

No que se refere à dominação de mercados estrangeiros como forma de exercício do poder econômico, Carr afirmou: (1981, p. 165)

Na estrutura industrial de hoje, a escala de produção mais econômica de muitos bens excede a capacidade de consumo da maioria dos mercados nacionais e vender caro num mercado interno protegido, e barato num mercado externo livre (que é a essência do "dumping"), pode perfeitamente ser a política correta do ponto de vista puramente comercial. Entretanto, o uso do "dumping" como instrumento político é incontestável; e os países poderosos encontraram seus mercados "naturais" em áreas onde residem seus interesses políticos, e onde sua influência política pode mais facilmente afirmar-se.

Diante de tal raciocínio, existe sempre um conflito nas relações econômicas internacionais, nas quais as economias mais fortes buscam influenciar e dominar economias nacionais mais frágeis, ao passo que estas buscam se fortalecer e se proteger contra tais influências. Neste sentido, Carr afirma que (1981, p. 296):

O nacionalismo foi uma das forças através das quais o aparentemente irreconciliável choque de interesses entre as classes, dentro da comunidade nacional, foi resolvido. Não há força correspondente que possa ser invocada para conciliar o hoje aparentemente inconciliável choque de interesses entre as nações. É sem sentido imaginar um mundo hipotético onde os homens não mais se organizem em grupos com objetivos de conflito e o conflito não pode, uma vez mais, ser transferido para um campo mais amplo e mais abrangente. (...) Não mais parece ser possível criar uma clara harmonia de interesses às custas de outrem. Não se pode mais escamotear o conflito.

Portanto, qualquer que seja a forma de organização das nações, o conflito permanecerá existindo e não é diferente quando se trata das relações econômicas internacionais. Desta forma, o nacionalismo é uma forma de ajuste político interno, no qual os conflitos internos são equacionados, entretanto, o mesmo não ocorre quando o conflito se estabelece entre Estados, já que no cenário externo o nacionalismo então passar a ser um instrumento que potencializa o conflito, com cada Estado na defesa de seus próprios interesses nacionais. Como a economia é um aspecto da política e do poder do Estado, ela segue então essa diretriz, ou seja, no âmbito interno, o nacionalismo

econômico serve como mecanismo para equacionar eventuais divergências e unificar o desenvolvimento econômico nacional para o rumo da redução da dependência externa, já no cenário internacional esse mesmo nacionalismo econômico estimula o conflito entre as economias nacionais, já que os interesses são divergentes e, assim, cada Estado procura manter a sua parcela de participação na economia política internacional.

Na questão da economia política internacional, Os Estados visam à manter o cenário atual das relações internacionais, com uma preocupação em manter o que se tem. Entretanto, há outra visão segundo a qual no cenário externo, os Estados não procuram simplesmente manter a sua parcela de poder no âmbito internacional, eles procuram em verdade ampliar essa parcela cada vez mais, em detrimento da participação de outros Estados, ou seja, quanto maior for a participação de um Estado na economia política internacional, menor será a participação de outro Estado. Este desejo de ampliação do poder do Estado no âmbito internacional é inerente ao chamado realismo ofensivo de Mearsheimer.

1.2.4 - Mearsheimer e o realismo ofensivo

Muito embora o pensamento realista sobre as relações internacionais tenham características em comum, tais como a ideia de uma sociedade internacional anárquica pela ausência de uma autoridade internacional legítima, ou ainda a natureza conflituosa de tais relações, é possível encontrar entre os autores desta linha de pensamento algumas diferenças.

Para corroborar este raciocínio, tem-se que Bull (2002, p. 23) e Morgenthau (2003, p. 87) defendem a ideia da política do *status quo*, que se traduz na manutenção, por parte das grandes potências, do sistema internacional tal qual ele é, de forma que as grandes potências internacionais assim permaneçam em suas posições. Contudo, o realismo tal qual proposto por Mearsheimer apresenta uma visão diferente do comportamento dos Estados em suas relações internacionais. Afirma Mearsheimer (2001, p. 33):

They look for opportunities to alter the balance of Power by acquiring additional increments of power at the expense of potential rivals.

States employ a variety of means – economic, diplomatic, military – to shift the balance of power in their favor, even if doing so makes others states suspicious or even hostile. Because one state's gain in power is another state's lost, great powers tend to have a zero-sum mentality when dealing with each other⁵.

Destaca-se, portanto, que o realismo de Mearsheimer baseia-se no fato de que as grandes potências não desejam manter o sistema internacional para guardar sua posição no sistema, ao revés, elas buscam oportunidades de forma constante para alterar a balança de poder entre as potências internacionais para adquirirem mais poder, o que, de acordo com esta visão, resultaria na diminuição de poder de outro Estado. Mearsheimer traz consigo a ideia de um realismo o qual ele próprio denominou de realismo ofensivo, baseado na concepção de que o comportamento dos Estados nas relações internacionais deve ser compreendido de forma que estes estão sempre buscando maneiras de ampliar a sua influência no sistema internacional, e uma delas, citada pelo próprio Mearsheimer (2001, p. X), é a via econômica para alcançar maior capacidade de influência sobre outros Estados, o que gera a relação conflituosa das relações internacionais.

O comportamento ofensivo das grandes potências nas relações internacionais, segundo Mearsheimer (2001, p. 28) se deve ao fato de que a estrutura do sistema mundial é feita sem a presença de uma autoridade central internacional. Essa anarquia internacional propicia que os Estados adotem este tipo de postura, pois a única forma de se manter seguro neste sistema é agir de maneira ofensiva. Neste sentido, Mearsheimer (2003, p. 589) afirma: “Great powers behave aggressively not because they want to or because they possess some inner drive to dominate, but because they have to seek more power if they want to maximize their odds of survivor⁶”.

Cinco são os fatores que fazem com que a estrutura do sistema internacional incentive os Estados a adotar condutas ofensivas (Mearsheimer,

⁵ Eles procuram oportunidades para alterar o equilíbrio de poder através da aquisição de incrementos adicionais de poder à custa de potenciais rivais. Estados empregam uma variedade de meios - econômico, diplomático, militar - para mudar o equilíbrio de poder em seu favor, mesmo que isso faça com que outros Estados tenham um comportamento suspeito ou mesmo hostil. Porque o ganho de um Estado no poder é perdido de outro estado, grandes potências tendem a ter uma mentalidade de soma zero quando se lida com o outro. (Tradução livre)

⁶ Grandes potências não se comportam de forma agressiva porque querem ou porque possuem algum impulso interior para dominar, mas porque elas têm que buscar mais poder se quiserem maximizar suas probabilidades de sobrevivência. (Tradução Livre)

p. 29). O primeiro fator é a ausência de uma autoridade central de governo mundial, o que torna a sociedade internacional uma sociedade anárquica. O segundo fator é que todo Estado tem uma capacidade militar, que trata em essência do poder político do Estado. O terceiro fator é o fato de que não é possível saber ao certo quais as verdadeiras intenções de um Estado quando ele mantém algum tipo de relação com outro Estado. Esta incerteza faz com que as relações internacionais sejam travadas em uma base de desconfiança mútua. O quarto fator, como já afirmado, é que a sobrevivência dentro do sistema internacional é o objetivo principal de cada Estado e esta sobrevivência se traduz na manutenção de sua integridade territorial e autoridade na ordem política interna (Mearsheimer, 2001, p. 30). Aqui neste ponto, pode-se depreender que este fator se consubstancia na própria preservação da soberania do Estado. Por fim, deve-se considerar que os Estados são atores racionais, que agem estrategicamente e buscam o melhor para si. Quando todos estes fatores somados se apresentam, Mearsheimer (2001, p. 31) afirma que:

When the Five assumptions are married together, they create powerful incentives for great powers to think and act offensively with regard each other. In particular, three general patterns of behavior result: fear, self-help and power maximization⁷.

Uma vez que os Estados passem a adotar uma postura ofensiva em suas relações internacionais, Mearsheimer (2001) apresenta então três padrões de comportamento. Aqueles de menor poder e sem condições de lutar por maior relevância dentro sistema internacionais passam a agir com receio de perderem o pouco poder que tem, buscando defender-se das ações ofensivas de Estados mais fortes. Já Estados que possuem algum poder relevante, mas não o suficiente para influenciar demasiadamente o sistema internacional, adotam uma postura de manutenção de sua parcela de poder, ainda que este seja mais afeto a questões localizadas e não globais, ao contrário dos Estados mais fortes, que vão buscar ainda mais poder, ampliando cada vez mais sua influência no sistema internacional.

⁷ Quando as cinco premissas estão presentes, elas criam incentivos poderosos para grandes as potências de pensar e agir ofensivamente em relação uns aos outros. Em particular, os tres padrões gerais de resultado no comportamento são: medo, de autoajuda e poder de maximização. (Tradução Livre)

Muito embora a sobrevivência seja o principal objetivo para que os Estados adotem condutas ofensivas, para manter sua integridade, Mearsheimer também admite que outros objetivos também possam levar os Estados, ainda que em menor intensidade, a agirem de forma ofensiva: “*In practice, however, states pursue non-security goal as well. For example, great powers invariably seek greater economic prosperity*” (2001, p. 45)⁸. Portanto, desta passagem, pode-se extrair um elemento que nos permita conceber as relações econômicas internacionais como parte do contexto determinado pelo realismo ofensivo. Com efeito, pode-se então argumentar de tal raciocínio que os Estados, diante das relações econômicas internacionais, estão sempre buscando oportunidades para aumentar o seu poder econômico, de forma que outro Estado veja reduzido seu poder econômico e isso altere a balança de poder das relações econômicas. Portanto, as relações econômicas internacionais entendidas como recurso de poder também são de natureza conflituosa, já que cada Estado busca impor seus interesses e usam seus recursos econômicos não só visando fazer valer tais objetivos, como também ampliar tais recursos. Trata-se, em verdade de um encadeamento de atos. Nesta citação ressalta-se a busca pela prosperidade econômica. Depreende-se então que a prosperidade econômica leva ao desenvolvimento econômico e este faz com que a influência do Estado nos mercados internacionais seja ampliada e, por consequência, a sua capacidade de influenciar outros Estados reste também ampliada, reduzindo assim a sua vulnerabilidade externa. Reafirmando assim o argumento de Mearsheimer, a estrutura do sistema internacional, por conseguinte, do sistema econômico internacional, é moldada de tal forma que os Estados são incentivados a agir de forma ofensiva com suas economias, pois esta seria então a única maneira de manter a sua integridade econômica, ou seja, sua dimensão econômica da soberania nacional. Neste sentido, Mearsheimer (2001, p. 143) afirma:

Great powers place a high Premium on have a powerful and dynamic economy, not only because enhances the general welfare, but also because it is a reliably way to gain military advantage over rivals. National self-preservation and economic growth, Max Weber maintained, ‘are two sides of the same coin’. The ideal situation for

⁸ Na prática, porém, os Estados perseguem uma meta de não segurança também. Por exemplo, grandes potências, invariavelmente, buscam uma maior prosperidade econômica (Tradução Livre)

any state experience sharp economic growth while its rivals' economies grow slowly or hardly at all⁹.

Na passagem citada é interessante observar alguns aspectos. O primeiro, assim como ao longo de toda sua obra, Mearsheimer refere-se a um Estado colocando os demais Estados na condição de seus rivais, o que dá a exata noção do pensamento realista de que as relações econômicas internacionais são desenvolvidas em um ambiente de conflito no qual cada economia busca oportunidades para ampliar a sua parcela de atuação junto ao cenário internacional e um aumento da influência da economia de um determinado Estado implica a diminuição da influência da economia de outro Estado no sistema internacional. O segundo aspecto a ser observado é a citação que Mearsheimer traz de Weber, no sentido de que a autopreservação nacional e crescimento econômico são dois lados da mesma moeda. Interessante ressaltar que, vistos desta forma, o crescimento econômico seria o próprio instrumento de preservação da soberania do Estado, já que, quanto maior for seu poder econômico junto às relações internacionais, maiores serão as oportunidades que terá de manter a integridade de sua soberania.

Com efeito, neste sentido é oportuno ressaltar que Mearsheimer (2001, p. 364) afirmou sobre esta questão que:

The international economy has been buffeting states for centuries, and they have proved remarkably resilient in the face of that pressure. Contemporary states are no exception in this regard; they are not been overwhelmed by market forces but are making adjustments necessary to ensure their survival¹⁰.

Portanto, do ponto de vista do realismo ofensivo, é possível inferir que a soberania política resiste à pressão da economia internacional, fazendo os ajustes necessários para a sua manutenção. Quer isto significar que diante da globalização dos mercados e da ampliação da interdependência econômica

⁹ Grandes potências possuem um retorno elevado em ter uma economia poderosa e dinâmica, não só porque aumenta o bem-estar geral, mas também porque é uma maneira confiável para ganhar vantagem militar sobre os rivais. Auto-preservação nacional e crescimento econômico, segundo Max Weber, "são dois lados da mesma moeda". A situação ideal para qualquer experiência de crescimento econômico acentuado, enquanto o crescimento das economias dos seus rivais se dá de forma lenta ou quase nada. (Tradução Livre)

¹⁰ A economia internacional afeta os Estados há séculos, e eles provaram ser notavelmente resistentes em face da pressão. Estados contemporâneos não são exceção a este respeito; eles não estão sendo esmagados pelas forças do mercado, mas estão fazendo os ajustes necessários para garantirem a sua sobrevivência. (Tradução Livre)

entre os Estados, estes se adaptam às novas circunstâncias de forma a preservarem suas soberanias nacionais, o que resulta num cenário em que cada economia nacional vai se utilizar de mecanismos para sobreviver neste cenário, mecanismos estes que podem ser vistos como nocivos por outros Estados e suas respectivas economias, gerando assim um ambiente de conflito para as relações econômicas internacionais.

Essa concepção conflituosa do mercado internacional diante da soberania política é analisada por Keohane através da construção de instituições internacionais como meio de solução de conflitos, o que nos proporciona novas questões a serem analisadas sobre a soberania em seu aspecto político e econômico.

1.2.5 - Hirst e Thompson e a dimensão econômica da soberania.

Antes de adentrar especificamente no tema da soberania econômica nacional, Hirst e Thompson (2002) fazem uma ligeira digressão sobre a concepção da soberania, assumindo o entendimento weberiano de que esta seria o monopólio legítimo do uso da força dentro de um território definido (2002, p. 264). Assim, para Weber, seria soberana aquela autoridade que tivesse legitimidade para usar a força dentro de um determinado território. Contudo, esta ideia foi mais tarde complementada com a noção do reconhecimento mútuo, ou seja, não era suficiente ter o monopólio legítimo do uso da força, era preciso que os demais Estados reconhecessem como legítima aquela autoridade naquela região para o uso da força. Desta forma, os Estados mutuamente se reconheciam como soberanos em seus respectivos territórios (2002, p. 263).

Contudo, é forçoso admitir que o modo o qual as relações internacionais se desenvolviam quando do surgimento dos Estados modernos difere, e em larga medida, da forma com que as relações internacionais se desenvolvem hodiernamente e isso, sem dúvida, afeta a concepção de soberania do Estado

moderno, dentro dela, a função soberana de sua economia nacional. Sobre este aspecto em particular, Hirst e Thompson (2002, p. 263-4) sustentam que:

Ao mesmo tempo em que a capacidade de governabilidade do Estado mudou e, em relação a muitos aspectos (especialmente no que diz respeito à administração macroeconômica nacional), enfraqueceu consideravelmente, ele permanece uma instituição crucial, especialmente em termos de criar condições para uma efetiva governabilidade internacional. (...) As formas emergentes de governabilidade dos mercados internacionais e outros processos econômicos envolvem os principais governos nacionais, mas em um novo papel: os Estados chegam a funcionar menos como entidades 'soberanas' e mais como componentes de um 'sistema de governo' internacional. As funções centrais do Estado-nação tornar-se-ão as de prover legitimidade aos mecanismos de governabilidade supranacionais e subnacionais e garantir a responsabilidade por eles.

Dois aspectos extremamente interessantes podem ser observados nesta breve análise sobre a soberania econômica nacional.

O primeiro diz respeito ao papel crucial do Estado para criar condições para uma efetiva governabilidade internacional. Neste ponto, o Estado não tem mais como função principal defender o interesse nacional e assim promover o seu desenvolvimento econômico, como sustenta a teoria realista, mas sim, ao revés, a principal função do Estado dentro das relações econômicas internacionais é a de criar condições para uma governabilidade econômica internacional. Isto significa que os Estados devem buscar mecanismos para cooperarem entre si e assim terem condições para desenvolverem um sistema econômico que tem natureza mais internacional do que propriamente nacional. Tais mecanismos são verificados a partir da criação e implementação das instituições internacionais, que possuem áreas específicas de atuação, dentre elas a área econômica. Observa-se, portanto, que o raciocínio desenvolvido por Hirst e Thompson (2002) se enquadra perfeitamente nas premissas fundamentais da teoria liberal das relações internacionais.

Sob esta perspectiva, o declínio da dimensão da econômica soberania nacional não gera conflitos nas relações econômicas internacionais, ao contrário, altera a função do Estado para que estes cooperem entre si para que sejam criados mecanismos eficientes de desenvolvimento econômico.

Seguindo este raciocínio de adequação com a teoria liberal, outra questão muito interessante que merece ser ressaltada nesta passagem é o fato de que a função central do Estado-nação é prover legitimidade aos mecanismos de governabilidade supranacionais. Neste ponto, novamente é possível traçar um paralelo direto com as premissas da teoria liberal das relações internacionais. Esta legitimidade, com efeito, advém da escolha dos Estados em ingressarem nestas instituições supranacionais. Os Estados não obrigados a participarem dessas instituições, mas escolhem participar delas porque entendem que desta forma o seu desenvolvimento econômico será mais eficiente. Portanto, é a escolha feita pelo próprio Estado que confere legitimidade aos organismos supranacionais.

Neste contexto, percebe-se assim que o exercício da dimensão econômica da soberania nacional é compartilhado pelos níveis nacional e supranacional de governabilidade econômica, sendo que o nível supranacional estabelece as diretrizes econômicas que devem ser obedecidas pelos níveis nacionais, que por sua vez, dão legitimidade ao sistema econômico internacional. Desta forma, o exercício da soberania econômica nacional não é um atributo exclusivo do Estado, mas um atributo cujo exercício pode ser dividido em mais de um nível de atuação.

Com este quadro, permite-se então estabelecer que uma dimensão econômica da soberania nacional possa ser exercida de forma escalonada, ou seja, há graus de soberania para serem exercidos. Por fim, para encerrar esta relação direta entre os argumentos apresentados e as premissas da teoria liberal das relações internacionais, cabe trazer à baila mais uma sucinta passagem na qual os autores argumentam que “Regimes não democráticos são, agora, símbolos de fracasso político e atraso econômico crônico” (Hirst e Thompson, 2002, p. 267). Neste momento, os autores realçam a outra premissa da teoria liberal que é a democracia. Com efeito, os regimes democráticos propiciam uma maior integração com outros Estados e a convivência harmônica é a base da democracia, que transcende o âmbito interno do Estado e chega no nível externo de convívio harmônico de um Estado com outro, dentro de um sistema internacional. Portanto, os regimes democráticos promovem a integração econômica, desenvolvendo assim o potencial econômico dos Estados e do sistema econômico internacional.

Desta forma, as três premissas fundamentais da teoria liberal das relações internacionais estão vivamente presentes nesta análise feita por Hirst e Thompson. Dentro então deste cenário, os autores seguem suas observações com base nos postulados liberais e apresentam interessantes abordagens sobre o fenômeno da globalização e suas consequências sobre a questão da soberania econômica nacional.

A circulação econômica segue o critério da eficiência, os investimentos são alocados onde os recursos econômicos dão maior resultado, nesta situação, cabe aos Estados então disporem de ambientes econômicos favoráveis ao investimento, ou seja, desenvolver sua economia para que bens e serviços sejam alocados em seus sistemas econômicos internos e isso é válido não apenas para recursos econômicos de origem externa, os próprios recursos econômicos nacionais podem ser produzidos e posteriormente alocados além das fronteiras econômicas nacionais, desde que assim seja mais eficiente para o desenvolvimento econômico do sistema global (Hirst & Thompson, 2002, p. 271).

Esse fenômeno assim constituído então deu lugar ao que os autores chamam de “nova soberania”. Neste sentido Hirst e Thompson (2002, p. 294-5) afirmam:

Regimes de regulação, agências internacionais, políticas comuns sancionadas por tratado, tudo isso chegar a existir porque os principais Estados-nação concordam em criá-los e em conferir-lhes legitimidade compartilhando a sua soberania. A soberania é alienável e divisível, mas os Estados adquirem novos papéis, mesmo quando cedem poder: particularmente, chegam a ter função de legitimar e apoiar as autoridades que criaram por essas concessões de soberania. Se a ‘soberania’ tem um significado decisivo, agora, como uma característica distintiva do Estado-nação, é porque o Estado tem o papel de fonte de legitimidade para transferir poder ou sancionar novos poderes ‘acima’ ou ‘abaixo’ dele: acima, através de acordos entre os Estados para estabelecer e cumprir as formas de governabilidade internacional; abaixo: por meio da ordenação constitucional dentro de seu próprio território da relação de poder e autoridade entre governos centrais, regionais e locais e, também, os governos privados publicamente reconhecidos pela sociedade civil.

Analisando estas observações, é preciso registrar que as relações internacionais são tidas como essencialmente cooperativas, e ignoram que estas relações são a expressão do poder relativo dos estados nacionais. Não se pode compreender a soberania como alienável, pois não se vende

soberania, inexistente um mercado de compra e venda de soberanias, contudo, é possível ceder parcialmente o exercício da soberania. A soberania é divisível, pois tem um titular, entretanto o seu exercício é feito em mais de um nível, sendo, portanto, compartilhada, porém jamais alienada. Feita esta observação, a “nova soberania” tal como apresentado tem por característica fundamental não apenas o compartilhamento de seu exercício, mas também a função dos Estados como legitimadores de um sistema maior, no qual o sistema nacional está inserido.

Capítulo 2

O sistema-mundo e as relações entre a soberania e a economia internacional.

Introdução

No capítulo anterior pretendeu-se apresentar uma abordagem teórica a qual representa uma transição, no que diz respeito à compreensão da soberania, como uma questão não unicamente política, mas um problema com uma dimensão político-econômica. Desta forma, restou demonstrado que a soberania possui uma dimensão voltada para a questão econômica, e é esta dimensão que se pretende elaborar uma forma mais precisa de sua compreensão.

Neste capítulo, será analisado o pensamento crítico que apresenta em seu arcabouço teórico a noção de sistema-mundo, apresentada por Wallerstein (2005, p.13) e a forma estrutural com a qual as forças político-econômicas estão distribuídas e sua possível ligação a teoria das elites em Mosca (1896) e Pareto (1897). A soberania propriamente dita não escapa à análise do pensamento crítico e é profundamente analisada por Wallerstein (2005) e Arrighi (2001). A utilização da teoria do sistema-mundo como um dos elementos na construção de um conceito de soberania econômica se justifica pelo fato de esta abordagem buscar integrar a dimensão política com a dimensão econômica do poder, em nível internacional.

2.1 – O Conceito de Sistema-mundo

A compreensão da ordem mundial em sua articulação do político e do econômico é um elemento fundamental para construir um conceito de soberania que incorpore uma dimensão econômica. Desta feita, Wallerstein (2005, p.10) traz a noção de sistema-mundo, que propõe definir da seguinte forma:

Hemos argumentado que la realidad social en que vivimos y determina cuales son nuestras opciones, no ha sido la de los múltiples Estados nacionales de los que somos ciudadanos sino algo mayor, que hemos llamado sistema-mundo. Hemos dicho que este sistema-mundo ha contado con muchas instituciones — Estados y sistemas interestatales, compañías de producción, marcas, clases, grupos de identificación de todo tipo — y que estas instituciones forman una matriz que permite al sistema operar pero al mismo tiempo estimula tanto los conflictos como las contradicciones que calan en el sistema. Hemos argumentado que este sistema es una creación social, con una historia, con orígenes que deben ser explicados, mecanismos presentes que deben ser delineados y cuya inevitable crisis terminal necesita ser advertida¹¹.

Depreendem-se desta definição alguns aspectos relevantes. Inicialmente a ideia de que a ordem mundial não é feita de Estados isoladamente, há uma ligação maior entre estes que através de suas interações constitui uma concepção mais abrangente, que é o sistema-mundo. Essas interações não são advindas unicamente da interação estatal, mas de atores privados e grandes corporações multinacionais. Todos estes atores, estatais ou não, interagindo entre si constituem o sistema-mundo, e dentro desta sistemática estas interações podem estimular conflitos entre os atores, o que aproxima esta noção de sistema-mundo da abordagem realista das relações internacionais.

Com a concepção de sistema-mundo há um redirecionamento da unidade de análise e estudo da ordem mundial. Com efeito, a unidade de análise deixa de ser o Estado nacional e passa a ser o sistema formado por diversos atores, com interações diversas. Não que este fato reduza ou mesmo elimine a possibilidade de conflitos interestatais, tão cara aos realistas. Muito pelo contrário. Mas estes conflitos devem ser entendidos como parte dos conflitos de um sistema bem mais amplo. Entretanto, com o decorrer da consolidação da ideia de sistema-mundo, restou claro que este sistema não primava por simetria, ou seja, nem todos os atores estavam na mesma posição dentro do sistema, pois havia um grupo de Estados que detinha uma maior parcela de poder político e econômico, que tirava proveito desta posição para

¹¹ Nós argumentamos que a realidade social em que vivemos as nossas escolhas são determinadas, não são vários Estados-nação de que somos cidadãos, mas um pouco maior, que chamamos de sistema-mundo. Temos dito que o sistema deste mundo teve muitas instituições estatais e sistemas interestatais, empresas de produção, marcas, classes, grupos de todos os tipos-identificação e que essas instituições formam uma matriz que permite que o sistema funcione, mas também estimula os conflitos e contradições que permeiam o sistema. Nós argumentamos que este sistema é uma criação social, com uma história, com origem a ser explicado, que estes mecanismos devem ser delineados e cujo fim de inevitável crise precisa ser avisado. (Tradução Livre)

impor determinadas condutas que lhes favorecessem em face de outros Estados, com menor parcela de poder, que se submetiam a esta dinâmica do sistema. Identificaram-se então os Estados com maior poder como Estados de centro, pertencentes a um núcleo de poder na ordem mundial e, de outro lado, os Estado da periferia, que teriam por objetivo promover seu auto desenvolvimento político-econômico a médio ou longo prazo para melhorar sua posição dentro do sistema e fazendo este se desenvolver como um todo.

Essa relação, tal qual analisada por Chilcote (1983, p. 116) é o elemento chave para a compreensão do sistema-mundo. De um lado o centro exerce pressões para que as interações sejam desenvolvidas de acordo com os seus interesses e, de outro, os periféricos buscam se proteger e resistir a tais pressões na medida do possível e buscam promover o seu próprio desenvolvimento. Contudo, há análises que compreendem um terceiro elemento nesta relação, na posição de semiperiferia (Pochmann, 2002: p. 2)

Sobre as características deste sistema, Moretti (2011, p.70) afirma:

In the world-systems analysis the coordinates change, as the onset of capitalism brusquely reduces the many independent spaces needed for the origin of species (or languages) to just three positions: core, periphery, semi-periphery. The world becomes one, and unequal: one, because capitalism constrains production everywhere on the planet; and unequal because its networks requires, and reinforces, a market power unevenness between the three areas¹².

Nesta perspectiva surge uma nova área de nivelamento dentro do Sistema-mundo. Até então, o sistema era tratado como uma relação entre centro-periferia, contudo, de acordo com essa passagem, além destes dois opostos, uma terceira posição, semiperiferia, estaria inserida exatamente entre os Estados do centro e os Estados periféricos. Estados em uma posição de semiperiferia seria Estados que não detém poder suficiente para conduzir a economia internacional como um todo, contudo, não estão de todo submetidos às pressões do centro, pois também conseguem pressionar, em menor escala, aos Estados periféricos.

¹² Na análise de sistemas-mundo as coordenadas mudam com o início do capitalismo e reduz bruscamente os muitos espaços independentes necessários para a origem das espécies (ou línguas) para apenas três posições: centro, periferia e semi-periferia. O mundo se torna um e desigual: um, porque o capitalismo constrange a produção em todo o planeta; e desigual porque suas redes exigem e reforçam, uma desigualdade de poder de mercado entre as três áreas. (Tradução Livre)

Outra questão interessante nesta passagem é inerente ao fato de que o sistema-mundo, pela própria forma e características com as quais é construído, o torna um sistema único e desigual. A unicidade do sistema advém do fato do regime econômico-capitalista exercer influência em todo o globo e a desigualdade por ele promovida advém da consolidação das cadeias de produção que determina uma nova divisão internacional do trabalho, fomentando uma desigualdade nos papéis desenvolvidos pelos Estados dentro do sistema.

Corroborando o raciocínio de que a intensificação das rivalidades entre novas potências com o Estado hegemônico, tem-se que a evolução do sistema-mundo caminhou no sentido de a luta interestatal pelo poder se deu pela luta pelo domínio do capital circulante inerente à economia-mundo. Cabe ressaltar que o Estado hegemônico é retratado nesta passagem como uma organização cuja rede de poder abarca o mundo inteiro, ou seja, o aspecto econômico da dominação através do exercício da condução da economia-mundo. Considerando como base as transições hegemônicas passadas, essa luta pelo capital pode trazer o sistema ao colapso, já que a condução da economia mundial deixa de ter uma única diretriz e passa a ser alvo de outros Estados que desejam tomar para si a sua condução internacional, deixando de privilegiar determinados interesses e passando a privilegiar outros interesses que mais lhe são convenientes. Contudo, o controle de uma hegemonia mais nova e abrangente somente se materializará no momento em que um novo poder hegemônico, de fato, se impuser dentro do sistema, com capacidade suficiente de influenciar os demais membros, sem sofrer maiores influências ou pressões.

Sobre o conceito de sistema-mundo Dann e Grimmes (1995, p. 387) afirmam:

The modern world-system is understood as a set of nested and overlapping interaction network that link all units of social analysis--- individuals households, holds, neighborhoods, firms, towns and cities, classes and regions, national states and societies, transnational actors, international regions, and global structures. The world-system is all of the economic, political, social, and cultural relations among the people of the earth. Thus, the world-system is not just "international relations" or the "world market." It is the whole interactive system, where the whole is greater than the sum of the parts. All boundaries are socially structured and socially reproduced, as are the identities of

individuals, ethnic groups, and nations (...). For any particular group it is the whole nested network with which it is interconnected that constitutes its "world-system." Systemic interaction is routinized so that the connected actors come to depend, and to form expectations, based on the connections¹³.

O sistema-mundo pode então ser definido através de uma noção de rede na qual estão em constante interação diversas unidades de análise, que podem ser unidades mais específicas como os indivíduos por si só, como unidades mais abrangentes e complexas como os Estados ou estruturas internacionais. De acordo com este raciocínio, o sistema-mundo é resultante da existência de diversas unidades individuais que, ao interagirem entre si, fazem surgir então o sistema.

Ressalte-se que este sistema não pode ser compreendido simplesmente como a reunião ou somatório das partes individuais, que resultam então em um sistema. A união das unidades individuais que forma este sistema, através das interações dinâmicas permanentes, não se restringem apenas as relações internacionais ou ao mercado mundial, que são apenas as suas dimensões política e econômica. Tais interações geram um todo muito complexo, que apresenta características próprias capaz de proporcionar expectativas de benefícios e dependência do sistema para o seu próprio desenvolvimento.

Seguindo sua pesquisa conceitual, Dunn, em conjunto com Hall (1993, p. 855), ampliam o conceito de sistema-mundo:

world-systems is an intersocietal networks in which the interactions (e.g. trade, warfare, intermarriage) are important for the reproduction of the internal structures of the composite units and importantly affect changes that occur in these local structures¹⁴.

Prosseguindo com o raciocínio para a compreensão do sistema-mundo a partir das interações de unidades individuais, tem-se que este sistema se

¹³ O moderno sistema-mundo é entendido como um conjunto de rede interligada e sobreposta interação que liga todas as unidades de análise social --- indivíduos famílias, bairros, empresas, cidades e cidades, classes e regiões, estados nacionais e sociedades, os atores transnacionais , regiões internacionais e estruturas globais. O sistema-mundo é todo das relações econômicas, políticas, sociais e culturais entre os povos da terra. Assim, o sistema-mundo não é apenas "relações internacionais" ou o "mercado mundial." É todo o sistema interativo, em que o todo é maior do que a soma das partes. Todos os limites são socialmente estruturado e socialmente reproduzido, assim como as identidades de indivíduos, grupos étnicos e nações (...). Para qualquer grupo particular, é de toda a rede interligada com o qual é interconectado que constitui o seu "sistema mundial." Interação sistêmica é rotineira de modo que os atores ligados dela dependem, e formam expectativas, com base nessas ligações. (Tradução Livre)

¹⁴ sistemas-mundo é uma rede intersocial em que as interações (por exemplo, o comércio, a guerra, de casamentos) são importantes para a reprodução das estruturas internas das unidades compostas e, mais importante, afetam as mudanças que ocorrem nessas estruturas locais. (Tradução Livre)

molda de tal forma que as características com as quais as interações dentro da própria unidade ocorre tende a se reproduzir nas interações entre as unidades, ou seja, no caso de interações políticas ou econômicas, a forma com que um Estado promova tais interações dentro de suas fronteiras tende a se repetir quando das interações entre Estados.

Esta tendência traz consigo a capacidade então de um determinado Estado, pelo seu poder político e econômico, fazer valer nas interações com os demais Estados, a sua maneira de interagir de forma a prevalecer seus interesses e obter melhores resultados dessas interações com a influência que consegue ter em alterações das estruturas locais de outros Estados. Tais Estados com capacidade de tal influência seriam aqueles mais ao centro, enquanto que os demais seriam os Estados periféricos, situados mais a margem do sistema.

Analisando a forma com que a mobilidade dentro do sistema-mundo pode ocorrer, Pochmman (2013, p. 4) afirma:

Mais recentemente, foi introduzido o conceito de semi-periferia para identificar melhor o surgimento de uma diferenciação significativa no interior dos países fora do centro capitalista. De um lado, para distinguir as experiências das economias centralmente planejadas (socialistas) desde 1917 (Revolução Russa), que apesar de não serem tão dependentes na geração de tecnologia, nem subordinados na apropriação do excedente econômico e nem tampouco dominados pelo poder de comando central, apresentaram em um determinado período histórico condições socioeconômicas intermediárias em relação ao centro capitalista mundial. De outro lado, para destacar a constituição de um pequeno bloco de economias de mercado que, apesar de ser dependente de tecnologia, subordinado na apropriação do excedente e dominado pela estrutura do poder de comando decorrente do centro capitalista mundial, conseguiu alcançar uma posição socioeconômica intermediária. Foi o caso dos novos países que conseguiram internalizar algum grau de industrialização tardiamente (*New Industrializing Countries*) no segundo pós-guerra. As duas estratégias de desenvolvimento de economias semi-periféricas tiveram naturezas distintas. Nas economias centralmente planejadas, o padrão de desenvolvimento foi anti-sistêmico, pois ocorreu através de uma ruptura com o centro do capitalismo mundial, através de revoluções ou de profundas reformas. Dessa forma foi possível a constituição de sociedades mais homogêneas, mesmo sem registrar afluência idêntica a dos países centrais.

Com efeito, a mobilidade dentro do sistema-mundo se apresenta de forma a mostrar que um determinado Estado pode deixar a margem periférica do sistema e se deslocar em direção ao núcleo, muito embora tal possibilidade seja rara. Para que isso seja então possível, há duas possibilidades. No

primeiro caso, a economia nacional é centralizada e planejada pelo nacionalismo estatal de forma a proporcionar um desenvolvimento econômico que permita ser menos dependente da inovação tecnológica e ficar adstrito ao incremento dos benefícios inerentes ao fluxo econômico internacional. Por outro lado, existem Estados que, mesmo adotando um regime de economia de mercado, obtêm êxito no sentido de usufruir um desenvolvimento econômico suficiente para se distanciar da periferia do sistema.

Cabe ressaltar que a mobilidade do sistema-mundo não ocorre apenas no sentido periferia-núcleo. Muito embora Pochmman se limite a analisar as possibilidades de um Estado promover o desenvolvimento econômico e se deslocar dentro do sistema para se aproximar do centro, é possível também que o caminho no sentido contrário ocorra. Caso um determinado Estado não seja hábil o suficiente para manter sua parcela de poder na economia mundial, pode se deslocar em direção a posição da semiperiferia, ocupando um novo espaço no sistema-mundo, e, ainda, por mais que um Estado consiga avançar da periferia para a semiperiferia, é possível que lá não consiga se manter depois de algum tempo e retorne a margem periférica do sistema.

Como será visto a seguir, o sistema-mundo seria constituído por uma divisão internacional do trabalho baseada em um sistema econômico internacional. O próprio sistema-mundo é quem define qual papel de cada Estado dentro da ordem mundial em uma economia internacional interdependente. Essa economia internacional interdependente leva a outro conceito: economia-mundo.

2.3 – O Conceito de Economia Mundo

Wallerstein (2005, p.40) parte da noção de economia-mundo formulado por Fernand Braudel e traz a seguinte definição:

Lo que queremos significar con economía-mundo (la *économie-monde* de Braudel) es una gran zona geográfica dentro de la cual existe una división del trabajo y por lo tanto un intercambio significativo de bienes básicos o esenciales así como un flujo de capital y trabajo. Una característica definitoria de una economía-mundo es que no está limitada por una estructura política unitaria. Por el contrario, hay muchas unidades políticas dentro de una economía-mundo, tenuemente vinculadas entre sí en nuestro sistemamundo

moderno dentro de un sistema interestatal. Y una economía-mundo comprende muchas culturas y grupos (que practican múltiples religiones, hablan múltiples idiomas y son diferentes en sus comportamientos cotidianos). Esto no significa que no hayan desarrollado algunos patrones culturales comunes, lo que llamaremos una geocultura. Significa que ni la homogeneidad política ni la cultural debe ser esperable o encontrada en una economía-mundo. Lo que unifica con más fuerza a la estructura es la división de trabajo constituida dentro de ésta¹⁵.

Como o próprio nome sugere, a zona geográfica a qual se insere a economia-mundo abrange basicamente todo o globo, pois as interações econômicas internacionais hodiernas desconhecem fronteiras promovem a trocas bens e serviços em escala global, estruturada em uma divisão internacional do trabalho.

Os mercados são uma estrutura local na qual os agentes econômicos realizam suas transações, abrangendo a totalidade do sistema-mundo. Para cada bem ou serviço em particular existe um mercado próprio, com características e peculiaridades intrínsecas. Dentro destes mercados as corporações são os elementos que atuam para o seu desenvolvimento. Este desenvolvimento advém da competição das corporações por maior participação em cada mercado, as relações econômicas para aquisição de matéria prima e o produto final, muito embora não haja garantias de que este desenvolvimento, de fato, venha a ocorrer.

No que tange especificamente à divisão internacional do trabalho, Wallerstein (2005, p.46) afirma que:

La división axial del trabajo en una economía-mundo capitalista divide a la producción en productos centrales y productos periféricos. El concepto centro-periferia es relacional. Lo que queremos decir por centro-periferia es el grado de ganancia del proceso de producción. Puesto que la ganancia está directamente relacionada al grado de monopolización, lo que esencialmente significamos por procesos de producción centrales son aquellos controlados por cuasimonopolios. Los procesos periféricos son entonces los verdaderamente competitivos. Cuando ocurre el intercambio, los productos competitivos están en una posición más débil y los cuasimonopólicos en una posición más fuerte. En consecuencia, hay un flujo constante

¹⁵ O que queremos dizer com economia-mundo (économie-monde de Braudel) é uma área geográfica dentro da qual há uma divisão do trabalho e, portanto, uma importante troca de bens básicos ou essenciais e fluxo de capital e trabalho. A característica definidora de uma economia-mundo é que ele não é limitado por uma estrutura política unitária. Pelo contrário, há muitas unidades políticas dentro de uma economia-mundo tenuemente ligadas em nosso sistema-mundo moderno dentro de um sistema interestatal. E a economia-mundo que compreende muitas culturas e grupos (que praticam várias religiões, falam vários idiomas e são diferentes em seu comportamento cotidiano). Isso não significa que eles não têm desenvolvido alguns padrões culturais comuns, que chamamos geocultura. Significa que nem homogeneidade política nem cultural deve ser esperada ou encontrada em uma economia-mundo. O que unifica com mais força a estrutura é a divisão do trabalho dentro desta. (Tradução Livre)

de plusvalía de los productores de produtos periféricos hacia los productores de productos centrales. Esto es lo que se ha denominado intercambio desigual¹⁶.

Com efeito, o processo produtivo dos países inerentes ao centro se consubstancia em oligopólios, ou, quase monopólio, diferente do processo de produção dos países periféricos, em que esse tipo de concentração existe em menor escala, havendo mais um espaço de livre competição, fazendo com que as corporações tenham de fazer o possível para sobreviver na concorrência. Quando estes dois mercados interagem, os bens e serviços dos países do centro apresentam então um poder de mercado muito maior que seus correlatos nos países da periferia. E esta assimetria existente entre o valor econômico da produção entre os mercados a que Wallerstein (2005, p.47) se refere como sendo troca desigual.

2.4 – Desigualdades Econômicas e Desigualdades Políticas: Centro, Semiperiferia e Periferia.

Como analisados nos tópicos anteriores, o sistema-mundo está longe de ser compreendido como um sistema perfeito, no qual todos os seus integrantes interagem mutuamente de forma equânime e repartem os custos e benefícios gerados pelo sistema, ao revés, o próprio sistema-mundo gera uma desigualdade neste processo em função de uma divisão internacional do trabalho que coloca os Estados em situações distintas dentro do sistema, exercendo funções diferentes para o funcionamento do sistema-mundo como um todo.

No que tange ao aspecto político, a disparidade entre os Estados se estabelece de acordo com a presença dos elementos do poder político, tais como tamanho territorial, populacional e capacidade bélica e militar. É sabido que cada Estado dentro do sistema-mundo possui diferentes intensidades destes elementos o que faz com que seus respectivos poderes políticos sejam muito diferentes entre si, proporcionando assim que determinados Estados

¹⁶ A divisão do trabalho em uma economia mundo capitalista divide a economia em produtos centrais e periféricos. O conceito de centro-periferia é relativo. O que queremos dizer com centro-periferia é o grau de lucro a partir do processo de produção. Como o ganho é diretamente relacionado com o grau de monopolização, o que significa dizer, essencialmente, por processos de produção centrais, são aqueles controlados pelo quase-monopólio. Processos periféricos são, então, verdadeiramente competitivos. Quando ocorre a troca, os produtos concorrentes estão em uma posição mais fraca e os quasimonopólios em uma posição mais forte. Conseqüentemente, há um fluxo constante de maisvalia dos produtores de produtos periféricos que dos produtores de produtos centrais. Isto é o que tem sido chamado de troca desigual. (tradução livre)

possuam um poder político muito forte ao passo que outros Estados detenham um poder político muito fraco.

Sobre o aspecto econômico, como já dito, a divisão internacional do trabalho constituída dentro do sistema-mundo determina uma distinção na qual os melhores resultados econômicos são gerados apenas para alguns Estados, que se aproveitam da sua força econômica para tanto. Já outros Estados, quando conseguem obter algum benefício desta divisão internacional do trabalho, este se mostra de pouca relevância, gerando assim uma disparidade entre Estados com grande poder econômico e Estados com poder econômico diminuto.

Há, portanto, uma desigualdade política e econômica consolidada dentro do sistema-mundo de forma com que os Estados se situem de forma distinta dentro desse sistema. Com efeito, os Estados com maior poder político e econômico estão situados mais ao centro, ao passo que os Estados com menor poder político e econômico estão situados na periferia do sistema. Contudo, essa desigualdade política e econômica não se resume apenas a posições antagônicas, pois existe ainda uma terceira posição intermediária na qual estão situados os Estados cujo poder político e econômico não é fraco o bastante para ser colocado na periferia e nem mesmo forte o suficiente para ser colocado no centro, ocupando assim uma posição intermédia dentro do sistema, o que sugere a possibilidade de haver uma mobilidade no sistema, ou seja, seria então possível que um determinado Estado pudesse passar de um ponto a outro do sistema.

No que tange as desigualdades políticas e econômicas existentes dentro do sistema-mundo, Wallerstein (2005, p. 20) afirma:

La función de cada Estado es muy distinto vis-a-vis los procesos productivos dependiendo de la mezcla de procesos centrales-periféricos dentro de él. En los Estados fuertes, que contienen un margen desproporcionado de procesos centrales, se tiende a priorizar su función como protector de los cuasimonopolios de los procesos centrales. En los Estados muy débiles, que contienen un margen desproporcionado de procesos de producción periféricos, éstos son en general incapaces de hacer mucho para afectar la división axial del trabajo, y se ven de hecho forzados a aceptar el destino que les ha tocado en suerte. Los Estados semiperiféricos tienen una mezcla relativamente pareja de procesos de producción y se hallan en una situación muy complicada. Bajo presión de los Estados fuertes y presionando a los Estados débiles, su mayor preocupación es mantenerse a distancia de la periferia y hacer lo posible para acceder

al centro. Ninguna de las dos operaciones es sencilla, y ambas requieren de una considerable injerencia estatal en el mercado global. Estos Estados semiperiféricos son los que implementan con mayor agresividad y en forma pública las denominadas políticas proteccionistas. Esperan, con ello, "proteger" sus procesos productivos de la competencia de compañías fuertes en el exterior a la vez que intentan mejorar la eficiencia de las compañías internas para que compitan mejor en el mercado global. Son receptores voraces de antiguas industrias de punta, en lo que hoy día se define como alcanzar el "desarrollo económico"¹⁷.

De acordo com o trecho citado, o sistema mundo está dividido em três posições: centro, semiperiferia e periferia. A posição do Estado dentro deste sistema vai determinar a sua capacidade de defender e impor seus interesses e traz consigo importante aspecto para a construção do conceito teórico de soberania que incorpore a sua dimensão econômica.

Com efeito, os Estados considerados como centro do sistema são aqueles que detêm o maior poder econômico, e, por consequência, maior capacidade não apenas de defender seus interesses mais de impor comandos para que os demais integrantes do sistema os sigam de forma a manter e ampliar o seu poder econômico. Esses Estados formulam padrões de política econômica que terminam por ser adotados pelos demais estados fora do centro e com isso passam a dominar os mercados mais relevantes para a economia internacional.

Esse domínio pode ser observado pela concentração de processos centrais na economia nacional de um determinado Estado. Tais processos se referem à produção e consumo de bens e serviços com capacidade de desenvolver a economia interna, satisfazendo suas necessidades econômicas e influenciando na condução da política econômica de outros estados, de forma a fazer prevalecer seus próprios interesses.

Neste sentido, Arrighi (1986, p.31) afirma:

¹⁷ A função de cada Estado é muito diferente vis-à-vis os processos de produção do Estado, dependendo da combinação de processos de centro-periferia dentro dele. Nos estados fortes, que contêm uma margem desproporcional de processos centrais, tendem a priorizar as suas funções de proteção, quase monopólios de processos centrais. Em estados muito fracos, que contêm uma margem desproporcional de produção de margem periférica, geralmente são incapazes de fazer muito para afetar a divisão axial do trabalho, e são de fato, forçado a aceitar o destino que a sua sorte. Estados semiperiféricos têm uma margem relativa, até mesmo misturam os processos de produção e estão em uma situação muito difícil. Sob a pressão dos Estados fortes e Estados fracos empurrando a sua principal preocupação é ficar longe da periferia e fazer todo o possível acessar este centro. Não é operação simples, e ambos exigem a intervenção estatal considerável no mercado global. Esses estados semiperiféricos estão implementando de forma mais agressiva e publicamente as chamadas políticas proteccionistas. Eles esperam, assim, para "proteger" seus processos de produção de uma forte concorrência de empresas no exterior durante a tentativa de melhorar a eficiência das empresas nacionais para melhor competir no mercado global. Eles são receptores vorazes indústrias de tecnologia de ponta antigas, no que hoje é definido como alcançar o "desenvolvimento econômico". (Tradução Livre)

According to our assumptions, core activities command aggregate rewards that incorporate most, if not all, of the overall benefits of the world division of labor, whereas peripheral activities command aggregate rewards that incorporate few, if any, of those benefits¹⁸.

Com efeito, a divisão internacional do trabalho, segundo a visão do sistema-mundo, é feita de forma a que as atividades desenvolvidas pelos Estados do centro sejam atividades que proporcionem melhores resultados econômicos, em razão de suas características próprias e relevância do mercado em que atuam, o que não ocorre com as atividades desenvolvidas pelos Estados situados na periferia do sistema, já que tais atividades geram resultados econômicos muito baixos, pouco significantes e com influência mínima nos mercados mais relevantes, ficando mais dentro de mercados sem maiores repercussões no sistema.

Desta feita, esta divisão internacional do trabalho com tais peculiaridades, gera uma distorção na economia mundo. Por um lado, há um grupo economicamente forte, que domina os principais mercados e obtém os melhores resultados, por outro lado Estados economicamente fracos que pouco aproveitam os benefícios gerados pela economia mundo, havendo assim, uma desigualdade dentro do sistema no qual o centro detém o poder econômico e a periferia passa a se submeter a este poder do centro.

É neste contexto de desigualdade econômica inserida na economia mundo que se pode avaliar a questão da dimensão econômica da soberania. Um Estado situado mais ao centro do sistema possuía a capacidade de conduzir seus recursos econômicos de forma obter um aproveitamento de forma com que suas necessidades econômicas obtenham o maior grau de satisfação possível, e, para tanto, não apenas conduz a sua própria economia nacional de forma que melhor lhe aprouver como também tem a capacidade de influenciar a economia nacional de outros Estados para que estes ajam de forma a lhe proporcionar melhores resultados econômicos. Tal capacidade não se manifesta em Estados que estejam situados na margem periférica do sistema. Estes Estados, além de não deter a capacidade de influenciar outras

¹⁸ De acordo com as nossas suposições, atividades essenciais proporcionam recompensas agregadas que incorporam a maioria, se não todos, os benefícios globais da divisão mundial do trabalho, enquanto atividades periféricas proporcionam recompensas agregadas que incorporam poucos, se algum, desses benefícios. (Tradução Livre)

economias nacionais, também não possuem a capacidade plena de conduzir sua própria economia nacional, já que para isso restam por se submeter às determinações impostas pelo centro do sistema.

Esses Estados possuem uma margem desproporcional de produção periférica, ou seja, a participação econômica se dá em mercados tidos como não relevantes e, desta forma, possuem quase nenhuma influência no comportamento econômico internacional. O poder econômico desses Estados é muito restrito o que faz com que a capacidade de influenciar outras economias nacionais seja muito pequena, tendo pouca margem de manobra para conduzir sua própria política econômica.

Portanto, a dimensão econômica da soberania é mais intensa e forte no centro do sistema, ao contrário do que ocorre na periferia, na qual a dimensão da econômica soberania se manifesta de forma escassa e fraca.

Desta feita, os Estados da periferia não possuem muita opção a não ser se submeter aos comandos econômicos determinados pelos Estados situados ao centro do sistema. Isso ocorre devido a uma desigualdade existente na força econômica dos Estados dentro sistema. Com uma força econômica reduzida, os Estados da periferia apresentam poucas condições de defender seus próprios interesses econômicos de forma com que o seu grau de vulnerabilidade econômica é grande.

Apesar de apresentar grande vulnerabilidade econômica e poucas condições de defender seus interesses frente aos interesses dos Estados do centro, os Estados na periferia do sistema-mundo possuem alguns instrumentos cujo objetivo é, ao menos, tentar reduzir a influência externa sofrida e ter um mínimo de desenvolvimento econômico de acordo com suas próprias necessidades. Tais instrumentos são políticas de anti-estrangulamento¹⁹, com as quais os Estados na periferia buscam diminuir a sua vulnerabilidade externa.

Portanto, o objetivo dos Estados situados na periferia é se defender, na medida do possível, dos comandos impostos pelo centro, de forma com que haja um mínimo de proteção de sua economia nacional, já que seu poder

¹⁹ Os conceitos de vulnerabilidade econômica e políticas anti-estrangulamento e suas contribuições para a construção de um conceito teórico de soberania que incorpore a sua dimensão econômica serão analisados de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

econômico dentro do sistema é muito reduzido, em consequência das desigualdades que moldam o sistema-mundo.

Entre os Estados do centro e os Estados situados na periferia do sistema, existem alguns Estados que não se enquadram exatamente em uma ou outra posição, fazendo com que haja a necessidade de se analisar tais Estados em uma posição a parte, intermediária, que é a semiperiferia. Neste sentido Arrighi (1986, p. 15) diz:

The concept of semiperiphery remains a prisoner of the ambiguity of its usages. For it refers us back to two different definitions, without really reconciling them. One is economic: the semiperiphery is located in space and covers those regions where the sum of "surpluses" coming in and going out hovers around the zero point. This suggests an intermediate situation in the hierarchy of the world-economy, linking a negative balance with the "core" and a positive one with other, less advanced countries. The other definition is political. It emphasizes the voluntary action of states to improve the relative position of their countries by accepting competition but by pursuing a policy of catching-up²⁰.

Com efeito, a noção de semiperiferia é, por si só, imprecisa, e tal imprecisão é resultante da situação intermediária que caracteriza a semiperiferia. Não se pode dizer que os Estados semiperiféricos possuem as mesmas características dos Estados do centro e da periferia, pois não é por essa razão que estão situados entre as duas margens do sistema. A ambiguidade inerente à semiperiferia resulta do fato da mesma ser resultado de uma posição de inferioridade dos Estados semiperiféricos com relação aos Estados do centro e, simultaneamente, de superioridade com relação aos Estados da periferia.

Sob a ótica econômica, isto significa que os Estados situados na semiperiferia do sistema restam por obter resultados econômicos mais desfavoráveis aos seus interesses quando suas relações econômicas são desenvolvidas com os Estados do centro, ao mesmo tempo em que as relações econômicas desenvolvidas com os Estados da periferia lhe trazem resultados econômicos mais favoráveis, resultando assim numa soma tendente

²⁰ O conceito de semiperiferia continua a ser um prisioneiro da ambiguidade de seus usos. Por isso nos remete para duas definições diferentes, sem realmente conciliá-las. Um deles é econômico: a semiperiferia está localizada no espaço e abrange as regiões em que a soma de "excedentes" entrando e saindo paira em torno do ponto zero. Isto sugere uma situação intermediária na hierarquia da economia-mundo, ligando um saldo negativo com o "core" e uma forma positiva com outros, os países menos avançados. A outra definição é política. Ela enfatiza a ação voluntária de estados para melhorar a posição relativa de seus países ao aceitar a concorrência, mas através de uma política de recuperação do atraso. (Tradução Livre)

a zero, ou seja, os resultados favoráveis obtidos junto à periferia se anulam com os resultados desfavoráveis resultantes das relações com o centro.

Sob a ótica política, os Estados periféricos lutam para fazer reduzir a sua dependência da economia mundo e poder implementar seus interesses econômicos com maior participação relevante no sistema. Isto ocorre com a adoção de políticas anti-estrangulamento, com as quais os Estados buscam se fortalecer economicamente e se defender as diretrizes impostas pelo centro e semiperiferia. Contudo, a situação dos Estados posicionados na semiperiferia do sistema é dúplice. Por um lado, esses Estados lutam para reduzir a influência que sofre do centro do sistema e assim melhorar os resultados obtidos junto a estes nas relações econômicas, já por outro lado, estes mesmos Estados buscam manter e ampliar a sua capacidade de impor e influência a política econômica dos Estados periféricos. Não se pode afirmar que os Estados situados foram do centro simplesmente aceitam a posição que estão inseridos no sistema e não tentem mudar a situação em que se encontram.

Na semiperiferia, os Estados possuem uma margem relativa de participação do processo produtivo, de forma que é possível a participação de um Estado em um mercado considerado mais relevante para a economia internacional, contudo, apesar de estar inserido neste mercado a sua participação não chega a ser muito influente, afetando uma parte do sistema, mas também sendo afetado por outra parte. Os Estados semiperiféricos se caracterizam por ter uma capacidade relativa de influência em outras economias nacionais, muito embora não possa ser tido com um estado de centro por sofrer muita influência destes.

Isto significa que os Estados semiperiféricos conseguem deter poder econômico suficiente para exercer influência e impor alguns comandos econômicos frente aos Estados periféricos, buscando fazer valer algum interesse próprio nas relações econômicas com esses Estados. Entretanto, esses mesmos Estados semiperiféricos também sofrem influência do poder econômico do centro, que busca impor seus próprios interesses. Assim, os Estados semiperiféricos agem como centro diante dos Estados periféricos e agem como periféricos diante do centro.

Na primeira relação, os Estados semiperiféricos usam seu poder econômico relativo para influenciar na condução das economias nacionais dos Estados periféricos, que detém poder econômico diminuto. Na segunda relação, os Estados semiperiféricos utilizam as políticas anti-estrangulamento de forma a reduzir a sua vulnerabilidade econômica e se defender das influências externas.

Portanto, o objetivo dos Estados semiperiféricos dentro do sistema-mundo é cada vez mais ampliar a sua influência junto à periferia e, simultaneamente, reduzir as influências advindas do centro do sistema. Com isso, tais Estados buscam deslocar a sua posição no sistema de forma a se distanciar da periferia e se aproximar cada vez mais do centro. Neste sentido, vale destacar Arrighi (1986, p. 10):

The polarizing tendencies of the world-economy will ultimately pull states in intermediate positions toward the center or toward the periphery. Starting from different, indeed opposite premises, modernization and dependency theories thus agree on the essential instability of intermediate positions.' (...) The legitimacy and stability of this highly unequal and polarizing system are buttressed by the existence of semiperipheral states defined as those that enclose within their boundaries a more or less even mix of core-peripheral activities. Precisely because of the relatively even mix of core-peripheral activities that fall within their boundaries, semiperipheral states are assumed to have the power to resist peripheralization, although not sufficient power to overcome it altogether and move into the core²¹.

Com efeito, a economia mundo é dinâmica no sentido de que a semiperiferia tende a se aproximar de um dos extremos do sistema. Esta tendência se reflete no fato de que os Estados situados na semiperiferia buscam se distanciar da periferia e se aproximar do centro através da adoção de políticas anti-estrangulamento. Desta feita, os Estados semiperiféricos que forem bem sucedidos passarão então a integrar o centro, já os Estados que não obterem o mesmo sucesso serão destinados a juntar aos Estados periféricos.

²¹ A tendência de polarização da economia-mundo acabará por puxar estados em posições intermediárias para o centro ou para a periferia. A partir de pontos diferentes e de premissas distintas, as teorias da modernização e de dependência concordam, portanto, sobre a instabilidade essencial de posições intermediárias. "(...) A legitimidade e estabilidade deste sistema altamente desigual e polarização são sustentada pela existência de estados semiperiféricos definidos como aqueles que encerram dentro de seus limites uma mistura mais ou menos uniforme de atividades de núcleo e periferia. Precisamente por causa do mix de atividades centro/periferia que caem dentro de seus limites, estados semiperiféricos são assumidos para ter o poder de resistir à periferização, apesar de não poder suficiente para superá-lo por completo e se mudar para o núcleo. (Tradução Livre)

Isso ocorre justamente por haver uma tendência de polarização da economia mundo, opondo de um lado os Estados economicamente mais fortes e, de outro, os mais fracos, de forma com que a semiperiferia seja um estado de transição pelo qual o Estado busca o seu desenvolvimento econômico de forma a se posicionar mais ao centro ou ser colocado na periferia. Por esta razão que a semiperiferia é tida como uma zona de instabilidade do sistema, pois os Estados que estão nesta zona buscam sair para uma posição melhor, e, caso não consigam, podem ficar mais a margem periférica da economia mundo.

Com isso, a semiperiferia pode ser então compreendida de forma que se tenha uma situação em que um determinado Estado apresente poder econômico suficiente para resistir às ações dos estados periféricos, situação esta que não se repete diante dos Estados do centro, já que, diante destes, os estados semiperiféricos não apresentam poder econômico suficiente para resistir às suas ações. Tal raciocínio vai ao encontro ao argumento exposto na citação anterior (Arrighi, 1986, p. 15), na qual se sustenta que os Estados semiperiféricos não aceitam simplesmente a sua condição dentro do sistema, vão além no sentido de buscar o seu próprio desenvolvimento para que possa cada vez mais se aproximar do centro, proporcionando assim uma zona intermediária de instabilidade dentro do sistema.

No que tange a noção de semiperiferia, Dunn e Grimmes afirmam:

In this moving context, core and peripheral countries generally retain their positions relative to one another over time, although there are individual cases of upward and downward mobility in the core/periphery hierarchy. Between the core and the periphery is an intermediate layer of countries referred to as the "semiperiphery." These combine features of both the core and the periphery, and they are located in intermediate or mediating positions in larger interaction networks²².

No contexto do sistema-mundo há uma tendência em que os Estados permaneçam em suas posições, ou seja, aqueles Estados situados ao centro

²² Neste contexto de mobilidade, nações centrais e periféricas geralmente mantêm as suas posições relativas umas às outras ao longo do tempo, embora existam casos individuais de mobilidade ascendente e descendente na hierarquia do núcleo / periferia. Entre o núcleo e a periferia é uma camada intermédia de países referidos como o "semiperiferia." Estes combinam as características de ambos o núcleo e a periferia, e que estão localizados em posições intermédias ou mediadores em redes de interação maiores.

tendem a permanecer nesta posição assim como os Estados posicionados mais a margem do sistema tendem a permanecer na periferia do sistema-mundo. Tal situação ocorre em virtude de haver uma política de manutenção do *status quo*, na qual os Estados do centro utilizam o seu poder não apenas para se manter ao centro como também impedir que outros Estados passem a integrar o núcleo do sistema, o que implicaria em perda de poder.

Entretanto, há casos em que um determinado Estado consiga sucesso em se deslocar no sistema da periferia em direção ao centro. Nesses casos, o Estado obtém um desenvolvimento econômico nacional de forma a ampliar o seu poder dentro do sistema, estando assim menos sujeito aos ditames impostos pelo núcleo. Tal transição implica então na existência de uma posição intermediária no sistema-mundo, conhecida como semiperiferia, na qual o Estado possui então características inerentes tanto ao núcleo quanto a periferia. Importante registrar que o inverso também é válido. Por mais que um Estado se esforce no sentido de manter a sua parcela de poder dentro do centro, se não for bem sucedido, pode ver esta parcela diminuir e então deixar o núcleo em direção a semiperiferia. No primeiro caso de mobilidade haveria então um fortalecimento da soberania econômica, ao passo que no segundo caso esta restaria enfraquecida.

Tanto a noção de sistema-mundo como a de economia-mundo são elementos importantes para construir a noção de soberania econômica. E a questão da soberania diante destes dois elementos não deixou de ser analisada por Wallerstein.

2.5 - Elementos da Teoria do Sistema-Mundo para um conceito da dimensão econômica da Soberania

O sistema-mundo é um sistema interestatal, e os Estados que o compõem são dotados de soberania, atributo assim definido por Wallerstein (2005, p.64):

El Estado moderno es un Estado soberano. La soberanía es un concepto que fue inventado en el sistemamundo moderno. Su significado a prima facie es completamente autónomo del poder estatal. Pero los Estados modernos existen, de hecho, dentro de un círculo de Estados, lo que hemos dado en llamar sistema interestatal.

Habremos entonces de investigar el grado y el contenido de esta presunta autonomía²³.

A primeira observação necessária reside no fato de que a soberania é um produto do sistema-mundo moderno, sendo ela o poder do Estado. Sob a perspectiva realista das relações internacionais, dir-se-ia que cada Estado possui a sua própria soberania e todas elas estão no mesmo nível de igualdade, a soberania de um Estado é, em essência, a mesma soberania que outro Estado também possui. Entretanto, o pensamento crítico das relações internacionais, dentre os quais se enquadra a perspectiva trazida por Wallerstein, aborda tal questão por outra perspectiva. Com efeito, a soberania não é inerente ao Estado de forma isolada, ao revés, a soberania do Estado está dentro de um sistema interestatal e nesse sistema interestatal cada Estado tem sua soberania exercida não de forma equânime, mas expressa em graus de relevância. Tomando por referência a estrutura do sistema-mundo, no qual os Estados estariam dispostos de acordo com uma relação entre núcleo-periferia, quanto mais próximo do núcleo um Estado estiver, maior será o seu grau de soberania e, em sentido oposto, quando mais afastado o Estado estiver do núcleo ou quanto mais periférica for sua posição dentro da estrutura do sistema-mundo, menor será o seu grau de soberania. Há ainda Estados que estão situados no sistema em uma posição considerada intermediária, ou em uma posição de semiperiferia. Os Estados nesta posição não detém poder suficiente para influenciar no sistema como um todo, mas possui uma capacidade de influência reduzida, regionalizada, que os coloca em uma posição de se submeter aos comandos dos Estados do centro, mas também apresentar um relativo grau de poder com relação aos Estados periféricos.

Dentro do sistema-mundo é possível então compreender que existem Estados que são mais soberanos (núcleo) que outros (periferia) e essa diferença entre as soberanias dos Estados, antes de passar por seus elementos políticos e econômicos passa essencialmente por uma questão

²³ O Estado moderno é um Estado soberano. Soberania é um conceito que foi inventado no sistema mundial moderno. Seu significado, *prima facie*, é completamente autônomo do poder do Estado. Mas os Estados modernos são, na verdade, dentro de um círculo de estados, que chamamos de sistema interestatal. Nós, então, investigar a extensão eo conteúdo da suposta autonomia. (Tradução Livre)

inicial de reconhecimento e legitimidade, neste sentido, Wallerstein (2005, p.66) afirma:

La soberanía es antes que nada una cuestión de legitimidad. Y en el sistema mundo moderno, la legitimidad de la soberanía requiere el reconocimiento recíproco. La soberanía es un intercambio hipotético, en el que dos bandos potencialmente (o en verdad) en conflicto, respetando la realidad de facto del poder, intercambian semejante reconocimiento como estrategia menos costosa. El reconocimiento recíproco es uno de los fundamentos del sistema interestatal²⁴.

A legitimidade de um Estado dentro do sistema-mundo advém do reconhecimento dos demais Estados que compõe o sistema de que aquele Estado em particular é, de fato, soberano, detém o seu poder estatal e o expressa de acordo com a sua posição dentro do sistema. Quando não há esse reconhecimento, não há que se falar então em Estado, muito menos em soberania, pois não haveria uma legitimidade do próprio sistema-mundo em reconhecer aquela unidade como parte integrante do sistema. Como existem interesses diferentes para cada Estado, o reconhecimento recíproco da soberania mútua é a forma menos conflituosa de lidar com essa questão. A própria posição do Estado dentro da economia mundo traz para este a sua legitimidade, pois a sua capacidade de influência na condução do sistema faz com que os demais Estados se submetam as diretrizes econômicas colocadas pelo centro.

Uma vez reconhecida e, portanto, legítima, a soberania de um Estado no sistema-mundo, e considerando o seu grau de expressão de acordo com a posição do Estado dentro do sistema, Wallerstein (2005, p.68) traz então as esferas de atuação da soberania:

La soberanía es, pues, una proclama legal que conlleva enormes consecuencias políticas. Es por estas consecuencias por lo que los asuntos vinculados a la soberanía son centrales a la lucha política, tanto internamente para los Estados como externamente entre ellos. Desde el punto de vista de los empresarios operando en una economía-mundo capitalista, los Estados soberanos ejercen la autoridad sobre por lo menos siete arenas principales de directo

²⁴ A soberania é acima de tudo uma questão de legitimidade. No sistema mundial moderno, a legitimidade da soberania exige o reconhecimento recíproco. A soberania é uma troca hipotética, em que ambos os lados potencialmente (ou, na verdade) em conflito, respeitando a realidade de troca de poder de facto tal reconhecimento como uma estratégia menos caro. O reconhecimento mútuo é um dos fundamentos do sistema interestatal. (Tradução Livre)

interés para ellos: 1] Los Estados imponen las reglas sobre el intercambio de las mercaderías, el capital y el trabajo, y en qué condiciones pueden cruzar sus fronteras. 2] Crean las leyes concernientes a los derechos de propiedad de los Estados. 3] Crean las reglas concernientes al empleo y a la compensación de los empleados. 4] Deciden los costos que las compañías deben asumir. 5] Deciden qué tipo de procesos económicos deben ser monopolizados, y hasta qué punto. 6] Cobran impuestos. 7] Por último, cuando las compañías establecidas dentro de sus fronteras pueden verse afectadas, pueden usar su poder hacia el exterior para afectar las decisiones de otros Estados. Ésta es una larga lista, y de sólo observarla uno se da cuenta de que, desde el punto de vista empresarial, las políticas estatales son cruciales. La relación de los Estados con las compañías es una clave para el entendimiento del funcionamiento de una economía-mundo capitalista²⁵.

Inicialmente, observa-se que análise da soberania no sistema-mundo aborda mais o aspecto político, já que os temas voltados a soberania do Estado são inerentes à luta política tanto no aspecto interno quanto no aspecto externo, no sistema interestatal. Contudo, quando se analisa mais profundamente essas áreas de atuação da soberania o aspecto econômico aparece com muita força.

Neste sentido pode-se citar o poder do Estado em estabelecer regras para o comércio internacional, de que forma a circulação de bens e serviços será feita para que seja possível adentrar e sair de suas fronteiras. Nesse caso os Estados fazem com que essas regras privilegiem os mercados para a sua própria produção econômica, o que tende a favorecer sempre os mercados dos Estados do centro, em detrimento dos Estados periféricos. Cabe ressaltar que, se um Estado reduz os custos das corporações pode torna-las mais competitivas internacionalmente e, por outro lado, pode privilegiar as corporações nacionais com mecanismos de proteção face às corporações do mercado internacional. O Estado também afeta as possibilidades de monopolização dos mercados internos. Como visto anteriormente, os Estados do centro tendem a ter um mercado interno mais concentrado, fazendo com

²⁵ A soberania é, assim, um proclama legal que carrega enormes consequências políticas. É por estas consequências que em matéria de soberania são centrais a luta política, tanto interna como externamente para os estados entre eles. Do ponto de vista dos parceiros que operam em uma economia-mundo capitalista, estados exercem autoridade soberana sobre pelo menos sete grandes arenas de interesse direto a elas: 1] impor regras sobre a troca de mercadorias, as de e trabalho, e em que condições eles podem cruzar suas fronteiras. 2] Eles criam leis sobre os direitos de propriedade dos Estados. 3] Eles criam regras de trabalho e de remuneração do empregado. 4] Decidem custos que as empresas devem assumir. 5] Decidem que tipo de processos econômicos devem ser monopolizados e em que medida. 6] Eles cobram taxas. 7] Finalmente, quando as empresas estabelecidas dentro de suas fronteiras podem ser afetadas, podem usar seu poder para fora, para afetar as decisões de outros estados. Esta é uma longa lista, e só ver você percebe que, a partir de um ponto de vista empresarial, as políticas governamentais são cruciais. A relação entre estados e empresas é uma chave para a compreensão do funcionamento de uma economia-mundo capitalista. (Tradução Livre)

que sua produção econômica seja mais forte e eficiente frente a produção econômica dos Estados periféricos.

Com efeito, o aspecto político da soberania se resume a um aspecto formal, no qual há obrigações e direitos recíprocos no que concerne ao espaço territorial abrangido pelo Estado. Entretanto, o que torna muito interessante esta passagem é a sua segunda parte, em que é abordado o aspecto econômico. Os fluxos de bens, capital e trabalho podem tornar as fronteiras dos Estados em fronteiras semipermeáveis, havendo uma maleabilidade neste controle no sentido de que em momento em que é preciso recuperar a economia mundial, os Estados mais poderosos tendem a trabalhar no sentido de que haja uma maior circulação dos bens, capital e trabalho, e para que essa circulação seja maior é preciso que os controles de entrada e saída das fronteiras seja mais frágil. Por outro lado, em momentos de recessão econômica internacional, esses mesmos Estados, mais poderosos, passam a agir no sentido de manter o controle da circulação nas suas fronteiras mais rígido, já que precisam privilegiar a sua economia nacional, estimulando-a para se manter competitiva nesses momentos de estagnação do desenvolvimento econômico.

Depreende-se dessa abordagem justamente uma relação de centro-periferia, característica maior do sistema-mundo. Com efeito, quando os Estados mais fortes agem para diminuir ou aumentar o controle de circulação nas fronteiras, estão na verdade, agindo de forma a impor os interesses dos Estados do centro sobre a fragilidade dos Estados periféricos.

A relação entre a economia internacional e o sistema-mundo é assim retratada por Lee (2011, p.28):

Like its economic process, the geopolitics of this system also underwent periodic fluctuations. Competition among elites resulted in 'world wars', the outcomes of which were short-lived states of 'hegemony', a status of the system (not a attribute of a single state) during which one strong state exercised military, commercial, financial and cultural ascendancy, before other parts of the world-system 'caught up' to become once more competitive and the cycle repeated²⁶.

²⁶ Tal como o seu processo econômico, a geopolítica deste sistema também passou por flutuações periódicas. A competição entre elites resultou em "guerras mundiais", cujos resultados foram os estados de vida curta de 'hegemonia', um status do sistema (não é um atributo de um único estado) durante o qual um Estado forte exerce poder militar, comercial, financeira e ascendência cultural, antes de outras partes do sistema-mundo serem "capturadas" para tornar-se uma vez mais competitivo e o ciclo repetido (Tradução Livre)

Com efeito, aqui Lee se aproxima da percepção trazida por Cox (1986). Dentro do sistema-mundo, compreendendo este como um sistema interestatal, a existência de conflitos devidos aos diferentes interesses dos Estados é inevitável e, portanto, é preciso avaliar de que forma esses conflitos podem ser resolvidos. A estabilidade hegemônica é uma das formas de solução de eventuais conflitos dentro sistema. Contudo, diferente da análise de Cox, Lee aborda a hegemonia em períodos mais curtos, períodos estes em que o sistema-mundo conviveria com certa harmonia e no qual um Estado exerceria maior influência sobre os demais nos aspectos político (militar e cultural) e econômico (comercial e financeiro).

Cabe aqui tecer algumas considerações. No trecho anteriormente citado, Lee aborda as duas faces da influência externa. A influência política, na qual o Estado sofre para criar leis e as fazê-las cumprir dentro de seu próprio território de acordo com interesses externos, enfatizado sobre os elementos militar e cultural. Do outro lado desta moeda há o aspecto econômico da influência, o qual Lee trata pelos elementos comercial e financeiro. Diferentemente do aspecto político, no aspecto econômico o Estado não detém um controle absoluto, pois dentro do sistema há uma economia nacional que pertence a uma economia internacional maior, uma economia-mundo. Desta feita, como a economia internacional é conduzida pelos Estados do centro, maior controle terá sobre sua economia nacional e, de forma reversa, quanto mais periférico for o Estado dentro do sistema, menor será esse controle. De acordo com este raciocínio, a relação centro e periferia está relacionada ao grau de soberania econômica do Estado, já que quão mais estiver próximo ao centro, maior será o grau da sua dimensão econômica da soberania.

Por fim, uma das formas de expressão da soberania é a capacidade de influência outros Estados de forma a promover ou proteger a rentabilidade das empresas nacionais. Com efeito, essa esfera de atuação traz consigo elementos tanto políticos quanto econômicos. Trata-se, com efeito, do que Nye (2011, p. 22) tratou de *smart power*, ou seja, o poder de um Estado em pressionar um outro Estado para que este adote uma determinada conduta.

De acordo com Nye (2011, p. 14) a capacidade que um determinado Estado tem de influenciar outro Estado pode ser concebida de três maneiras.

Na primeira, um Estado pode adotar o uso de ameaças ou recompensas para alterar o comportamento de outro Estado, contra a vontade inicial deste. Este último passa a adotar um comportamento contrário às suas estratégias de forma a privilegiar os interesses do Estado mais influente. A segunda forma de um Estado impor sua influência em outro Estado é relacionada ao controle que um Estado exerce sobre a agenda de ações de forma com que as opções de comportamento estratégico de outro Estado sejam reduzidas e as opções viáveis estejam de acordo mais com os interesses do primeiro. Por fim, a terceira forma com a qual um Estado pode influenciar no comportamento de outro é inerente à própria formação de um novo Estado, com a qual o Estado mais influente ajuda não só a formar um Estado recente, como usa seu poder para construir percepções e crenças básicas que podem ser de seu interesse.

No primeiro caso, um Estado impõe ameaças que podem ser de natureza militar, com o uso da força para fazer valer seus interesses em detrimento do interesse de outro Estado. Tais ameaças não se restringem de forma alguma ao aspecto militar, já que também podem ser de natureza econômica, que a utilização de sanções de forma com que outro Estado acabe por ceder em sua conduta de forma a fazer com que os interesses do mais forte prevaleçam. Nesse caso, um Estado mais forte pode determinar a limitação ou mesmo o rompimento das relações econômicas de forma com que o outro Estado não tenha os recursos necessários para atender à suas necessidades econômicas, prejudicando ainda mais o seu desenvolvimento, situação em que o Estado mais fraco tende a evitar e então resta por adotar o comportamento padrão de acordo com os comandos do Estado mais forte.

O uso desta estratégia também pode ocorrer de forma a estabelecer recompensas ou privilégio na relação entre dois Estados. Nesse caso, o Estado mais forte usa sua força no sentido de que o Estado mais fraco muda seu comportamento de forma que este acabe por ser recompensado de alguma forma, ainda que tal ajuda seja e forma a manter a relação de forças, com a satisfação de necessidades econômicas pontuais do Estado mais fraco, incapaz de afetar a desigualdade econômica existente.

Tanto a utilização de ameaças, de natureza militar ou econômica, quanto a estratégia de recompensa e privilégio para mudar o comportamento de um determinado Estado de forma a fazer valer seus próprios interesses em

detrimento dos interesses alheios é, em verdade, o uso do *hard power* nas relações entre os Estados, que afetam a economia política internacional. O *hard power* está relacionado ao uso de recursos de poder que um Estado detém de forma a obter seus interesses através da utilização de instrumentos de força. Trata-se, com efeito, do uso coercitivo dos recursos de poder para alterar o comportamento de outro Estado de forma com que as desigualdades de poder existentes ou se mantenham ou mesmo aumentem em favor do Estado mais forte.

Em um lado oposto, a terceira forma de expressão do poder apresentada por Nye (2011, p.14) é relacionado com o aspecto da influência de um Estado sobre outro no qual o primeiro busca influenciar na construção de suas crenças, percepções e preferências, de modo que o Estado mais fraco passa a adotar um comportamento que tenha o Estado mais forte como modelo, aceitando agir de acordo com os comandos deste.

Esta terceira forma é mais aparente quando se trata de aspectos culturais, que envolvem valores sociais e de crenças, sobretudo quando um determinado Estado influencia outro para absorver seus valores sociais e de crenças de forma a aproximar suas relações e poder exercer um controle sobre o Estado mais fraco, proporcionando uma submissão deste ao Estado mais forte.

Esta maneira de expressão do poder é classificada por Nye (2011, p.20) como *soft power*:

Fully defined, soft power is the ability to affect others through the co-optive means of framing the agenda, and eliciting positive attraction in order to obtain preferred outcomes. (...) The types of resources associated with soft power include intangible factors such as institutions, ideas, values, culture, and the perceived legitimacy of policies²⁷.

Desta forma, o uso do *soft power* inclui também a adoção de instituições, ideias por parte de um Estado na formação de valores a serem adotados por outro Estado. Ao contrário do *hard power*, cuja utilização se dá por meio da coerção, o *soft power* se dá por meio da persuasão, da aproximação por meio

²⁷ Totalmente definido, o *soft power* é a capacidade de influenciar os outros através dos meios de cooptação para determinar a agenda, e provocando uma atração positiva, a fim de obter resultados preferenciais. (...) Os tipos de recursos associados com este tipo de poder incluem fatores intangíveis, como instituições, idéias, valores, cultura e a percepção da legitimidade das políticas.

de valores com os quais o Estado mais forte busca obter resultados mais favoráveis aos seus próprios interesses.

É preciso, contudo, compreender que a adoção de uma forma de expressão do poder não exclui a outra, pois é possível que um Estado ao buscar influenciar no comportamento de outro Estado utilize mecanismos que possam ser definidos tanto como uma expressão *hard power* quanto *soft power*. O uso aliado destas duas formas de expressão do poder de forma simultânea em um mesmo contexto dá lugar a um conceito mais específico, que Nye (2011, p. 22) classifica como *smart power*:

I defined smart power as the ability to combine hard and soft power resources into effective strategies. Unlike soft power, smart power is an evaluative as well as a descriptive concept. Soft power can be good or bad from a normative perspective, depending on how it is used. Smart power has the evaluation into definition²⁸.

Com esta noção de expressão de poder (*hard, soft e smart power*) é possível conceber alguns elementos importantes para a construção de um conceito teórico para a soberania que incorpore a sua dimensão econômica. Considerando o sistema-mundo a interação de Estados dentro de um contexto de desigualdades econômicas e políticas, as relações entre esses Estados ocorrem através da expressão de poder de uns sobre os outros, nas quais os Estados situados ao centro do sistema utilizam essas três formas de expressão de poder para fazer valer seus interesses e obter resultados favoráveis. Outra forma de compreender este contexto é justamente inferir que quanto mais próximo do centro estiver o Estado, maior será a sua dimensão econômica da soberania. Assim, a dimensão econômica da soberania de um Estado varia de acordo com a sua posição dentro do sistema-mundo. Desta forma, a questão que se coloca para avaliar a dimensão econômica da soberania não apenas nas extremidades do sistema, centro e periferia, mas também na posição intermediária, na semiperiferia do sistema, na qual as relações entre os Estados se dá de forma a se defender da coerção e persuasão advinda do centro e ao mesmo tempo buscar coagir e persuadir os Estados da periferia.

²⁸ Eu defino *smart power* como a capacidade de combinar recursos de *hard power* e *soft power* em estratégias efetivas. Ao contrário do *soft power*, *smart power* é um conceito avaliativo e descritivo. *Soft power* pode ser bom ou ruim do ponto de vista normativo, dependendo de como ele é usado. *Smart power* tem a avaliação construída em sua própria definição.

Capítulo 3

Vulnerabilidade e a Dimensão Econômica da Soberania

3.1 – Introdução

Após passar pela análise da soberania do ponto de vista político para a sua dimensão econômica dentro das teorias inerentes às relações internacionais, com ênfase no sistema-mundo, a análise sob a ótica da soberania passa para o enfoque da economia propriamente dita. Com efeito, neste capítulo o estudo vai se concentrar no conceito de moeda, sobretudo na concepção de moeda de referência internacional, pois com esta noção estabelecida, segue-se para outra concepção fundamental para a análise da soberania, que é a noção de vulnerabilidade externa e sua relação com o estabelecimento das cadeias globais de produção e as políticas anti-estrangulamento que os Estados se utilizam como forma de proteger a sua soberania e fortalecer seu posto nos relações econômicas internacionais. Para tanto, este capítulo se inicia com um estudo sobre o conceito de moeda e a sua aplicabilidade como referência internacional, seguido de uma análise do conceito de vulnerabilidade e sensibilidade econômica, em que se poderá extrair importantes elementos que vão contribuir para a construção de um conceito teórico para a soberania econômica. Seguindo adiante o capítulo apresenta então uma análise comparativa do conceito de vulnerabilidade trazido por Reinaldo Gonçalves (2005) e o desenvolvido por Joseph Nye e Keohane (2011). Por fim, o capítulo analisa os elementos que advêm do estudo sobre a vulnerabilidade que podem contribuir para o estabelecimento de um conceito para a soberania econômica.

3.2 – Conceito de Moeda e sua referência internacional

Antes de adentrar na questão da moeda de referência internacional, faz-se necessário tecer alguns comentários sobre o conceito de moeda. Segundo Valêncio (2009, p. 2), para compreender esse conceito existem duas teorias. A

primeira, teoria metalista, entende a moeda como uma mercadoria, devendo ser produzida em metal e a quantidade de moeda (mercadoria) em circulação é definida pela produção do respectivo metal. A segunda teoria, nominal, entende que a moeda não pode ser concebida como mercadoria, como o faz a teoria metalista, mas sim um instrumento das relações de troca, que é universalmente aceito pelo seu valor de face.

Entretanto, apesar destas teorias tentarem expressar o que se deve compreender por moeda, elas não alcançam os elementos suficientes para uma noção mais completa, pois alguns elementos econômicos e políticos devem ser considerados no conceito de moeda e, para isso, é preciso analisar com maior detalhamento este conceito.

Conceituar moeda é uma tarefa que vem desafiando economistas ao longo do tempo. Pode-se dizer que, inicialmente, a moeda era compreendida como um instrumento que possibilitaria aos vendedores e compradores satisfazerem suas necessidades, adquirindo bens ou serviços, através do uso da moeda. Segundo esta concepção, a moeda seria então o meio de troca que permitiria que a economia se desenvolvesse, já que proporcionaria um incremento das atividades econômicas. Contudo, essa concepção, muito embora tenha seus méritos, não é suficiente para compreender totalmente a moeda.

Isso seria em razão do fato de que a moeda seria muito mais que um simples meio de troca, seria, em sua essência, um crédito. Aquele que possuísse moeda, estaria possuindo na verdade um crédito, que poderia ser utilizado em atividades econômicas com o propósito de compensar débitos na realização de suas atividades (Metri, 2007, p.14).

A passagem da compreensão da moeda como um simples meio de troca para crédito nos mostra um importante elemento que havia sido relegado na primeira concepção, que é a relação da moeda com o Estado. Ao compreender a moeda como crédito, tem-se como premissa o fato desta ser universalmente aceita, e este aceite se dá pela razão de que a credibilidade e confiança da moeda estão no fato de que esta é emitida pelo Estado (Metri, 2007, 15). Dessa forma, há um consenso de que o crédito consubstanciado na moeda é válido e por todos aceito no desenvolvimento das atividades econômicas, e a

relação entre moeda e Estado leva a análise de políticas monetárias, o que mostra a dimensão não apenas econômica, mas também política da moeda.

Dentro de um Estado, portanto, existe uma política monetária que determina a emissão de moeda e sua respectiva circulação, fazendo com que as atividades econômicas transcorram dentro da sociedade. Portanto, não se pode compreender a moeda sem entender a sua dimensão simultaneamente econômica e política.

Marx (1988, p.84) traz a sua compreensão de que a moeda deve ser entendida como mercadoria, com uma dupla função, quais sejam a função de valor de uso e uma função de valor de troca. Analisando essas características, Val e Linhares (2008, p. 83) apresentam uma abordagem no sentido de que o valor de troca da moeda, conforme proposto por Marx, está atrelado ao estabelecimento por lei deste valor e, por conseguinte, de uma conversão universal das mercadorias em moeda, fazendo com que a moeda seja então um instrumento de equivalência geral. Agindo como equivalente geral de valores, a moeda então promoveria uma maior circulação das mercadorias, desenvolvendo a economia de capital.

Maldonado (1997, p.55) parte da análise proposta por Marx (1988) em que a moeda desempenha uma dupla função, quais sejam, equivalente geral de mercadoria e meio de circulação para chegar à uma análise sobre a função política da moeda, apresentando três funções que considera serem fundamentais, tais como: o uso da moeda para o estabelecimento de reserva de valor, como meio de pagamento e, por fim, como dinheiro mundial. O uso da moeda como forma de se estabelecer uma reserva de valor pode ser compreendido como forma de constituir crédito e acumular capital, fortalecendo a sua economia interna e aumentando o seu poder econômico (Maldonado, 1997). Como a moeda é um crédito em si, se converte em meio de pagamento de modo a compensar débitos, favorecendo transações econômicas. Interessante observar nesse contexto que a moeda não é um instrumento neutro, ou seja, não está desvinculada da política econômica proposta pelo Estado. Ao revés, o valor da moeda é inerente às ações de política econômica executadas pelo Estado, que constitui a sua reserva de valor e dá legitimidade para que a moeda seja reconhecida universalmente como meio de pagamento.

No que tange ao uso como dinheiro mundial, este é o reconhecimento internacional de uma determinada moeda como equivalente de reserva de valor e reconhecido mundialmente como tal, sendo, portanto, um meio de pagamento internacional.

Val e Linhares (2008, p. 92) apresentam a abordagem monetária proposta por Keynes, segundo o qual a moeda deve ser compreendida como um ativo. A circulação da moeda é uma circulação de característica financeira, de modo a proporcionar operações de crédito e acumulação de estoques de riqueza. Pode-se então deduzir que em Keynes a moeda não assume uma postura neutra, estando unicamente atrelada às forças de mercado, mas, ao contrário, está ligada às ações de política econômica exercidas pelo Estado.

Entretanto, outra questão que sobreleva em interesse é compreender a moeda no plano internacional. Com efeito, no plano interno, o Estado conduz a sua política monetária e econômica em um espaço geograficamente determinado no qual detém o monopólio da condução de tais políticas, contudo, o mesmo não se aplica no plano internacional, onde os Estados desenvolvem atividades econômicas entre si, sem deter capacidade política plena para conduzir a maneira com que tais atividades se desenvolvam. Com efeito, as transações econômicas internacionais são desenvolvidas tendo como referência uma moeda, que serve de lastro para que as atividades aconteçam. Desta feita, temos então a concepção de moeda de referência internacional. Como determinar qual moeda exercerá esta função é elemento fundamental para a discussão que se segue da dimensão econômica da soberania política e que será analisado neste capítulo.

As transações econômicas internacionais ocorrem nos mais variados mercados e cada Estado procura desenvolver a sua economia nesses mercados de forma que a sua participação seja a maior e mais efetiva possível. Assim, a participação de um Estado em um mercado internacional pode levar a sua moeda nacional a se tornar uma moeda de referência internacional. Para tanto, aqueles mercados mais relevantes, ou seja, aquelas que tenham maior representatividade na economia mundial caso sejam dominados por um Estado, sua moeda passa a ter este aspecto internacional. No que tange ao domínio dos mercados, Nye e Keohane (1975) afirmam:

big countries can best improve their national positions through optimum tariffs or other controls over international economic flows simply because they are sufficiently important in the world economy to reap monopoly/ monopsony gains through unilateral action. In addition, most countries can probably achieve greater efficiency gains (in static terms) from changes in their inter-national economic policies than from virtually any other policy instruments at their command. International economic policy is thus a highly significant issue for virtually all countries, and its importance may be growing in view of the increasing share of external transactions in the economies of virtually all countries.²⁹

Assim, quando um Estado tem o domínio econômico dos mercados considerados relevantes para a economia mundial a sua moeda se torna referência internacional e passa a influenciar nas transações econômicas internacionais. Com o estabelecimento de uma moeda de referência internacional dentro do contexto da economia mundial, o que se pode observar é o estabelecimento de uma hierarquia monetária, pois as demais moedas nacionais, no plano internacional, assumem posições secundárias diante daquela que se tornou a referência internacional, o que leva a determinar também, seguindo o mesmo processo, por um estabelecimento de uma hierarquia entre as economias nacionais.

Não seria muito difícil identificar qual moeda exerce a função de referência internacional, estabelecendo uma hierarquia entre esta e as demais moedas nacionais, contudo, existe uma grande dificuldade em estabelecer a hierarquia nas demais moedas entre si, de formar a dispor com clareza e objetividade a posição de cada moeda dentro da hierarquia monetária internacional. Todavia, o que se pode estabelecer como premissa é que quanto mais mercados relevantes um determinado Estado dominar, melhor será a posição de sua moeda na hierarquia internacional. Essa premissa leva à conclusão de que haveria então na economia mundial uma competição pelo domínio dos mercados, nos quais os Estados buscassem impor a seus interesses econômicos nacionais como referência, o que estabeleceria um

²⁹ Grandes países podem melhorar suas posições nacionais, através de tarifas eficazes ou outros controles sobre os fluxos econômicos internacionais, simplesmente porque eles são suficientemente importantes na economia mundial para colher resultados de monopólio/ monopsonia através de uma ação unilateral. Além disso, a maioria dos países provavelmente pode alcançar maiores ganhos de eficiência (em termos estatísticos) de mudanças em suas políticas econômicas internacionais do que a partir de praticamente todos os outros instrumentos de política em seu comando. Política econômica internacional é, portanto, uma questão altamente significativa para praticamente todos os países, e sua importância pode estar crescendo, tendo em vista a crescente quota de transações externas nas economias de praticamente todos os países. (Tradução Livre)

quadro de conflito entre as nações, conforme defendido pelo pensamento realista exposto no primeiro capítulo.

Neste sentido, Nye (2011, p.58) tece interessante comentário acerca da assimetria no mercado monetário global quando há uma moeda nacional funcionando como reserva de valor internacional:

Asymmetries in currency markets are a particularly important and effect aspect of economic power because they underline the vast systems of trade and financial markets. Monetary power can come from currency manipulation, a fostering of monetary dependence, and a capacity to disrupt the system. (...) When a currency is widely held as a means of exchange and a store of value, it becomes know as a world reserve currency, and this can convey a degree of power. (...) A country whose currency represents a significant portion of world reserves can gain economic power from that position, both in easier terms for adjustment in the ability to influence others who are in need³⁰.

Segundo Nye, a hierarquia monetária pode ser estruturada a partir de três elementos, quais sejam: o poder manipulação da moeda; o desenvolvimento de uma dependência monetária e, por fim, a capacidade de influência no sistema monetário internacional. Desta forma, quando um determinado Estado faz de sua moeda como amplamente aceita não apenas como instrumento de crédito, mas também como reserva de valor, essa moeda passa a ser moeda de referência internacional e essa referência amplia de forma significativa o poder econômico para o Estado.

Fiori (1999, p.74) prossegue na linha da assimetria de mercado no mercado monetário global e a partir da existência de uma moeda de referência internacional:

Entre os países desenvolvidos consolidou-se paulatinamente um estranho sistema monetário internacional “dólar flexível”, enquanto países com moedas fracas foram generalizando várias formas de ancoragem cambial, um verdadeiro simulacro do padrão ouro. Nos

³⁰ Assimetrias nos mercados de câmbio são um aspecto particularmente importante e efeito do poder econômico, porque eles perpassam os vastos sistemas de comércio e mercados financeiros. Poder monetário pode vir da manipulação da moeda, uma promoção da dependência monetária e de uma capacidade de afetar o sistema. (...) Quando uma moeda é amplamente aceita como um meio de troca e reserva de valor, torna-se conhecido como uma moeda de reserva mundial, e isso pode transmitir certo grau de poder. (...) Um país cuja moeda representa uma parcela significativa das reservas mundiais podem ganhar poder econômico a partir dessa posição, tanto em termos de ajustes na capacidade de influenciar os outros que estão em necessidade. (Tradução Livre)

dois “mercados”, entretanto, o verdadeiro padrão de referência do novo sistema, substituto do ouro, tem sido o poder puro e simples da única superpotência capaz de arbitrar, a cada momento, através do movimento competitivo de suas taxas de juros, o valor relativo da sua e de todas as demais moedas nacionais envolvidas no funcionamento dos mercados capitalistas.

Com efeito, a consolidação da moeda como sendo referência internacional é corolário direto do fato de haver uma superpotência, que manipula suas taxas de juros no mercado internacional e assim interfere no valor relativo não apenas da sua própria moeda, mas também das demais moedas nacionais no mercado internacional.

Contudo, seja definindo a moeda de referência internacional pelo domínio dos mercados relevantes, seja pela aceitação universal como reserva de valor ou pela capacidade de manipulação de sua respectiva taxa de juros, até mesmo com todos esses elementos, a dificuldade em estabelecer uma hierarquia internacional para as demais moedas, que não a de referência internacional, permanece, já que não há critérios objetivos e claros para estabelecer esse padrão. Entretanto, Fiori (1999) nos dá um caminho a seguir, através da análise das taxas de juros e cambial, pois quão maior o impacto de suas taxas no mercado internacional, mais elevada seria a sua posição na hierarquia monetária internacional. Corroborando este entendimento, Nye e Keohane (1975) afirmam:

Country A may be able to force depreciation (appreciation) of its exchange rate and thereby transmit some of its unemployment (inflation) to country B. If so, country A obviously possesses a valuable additional policy instrument.³¹

A questão da moeda de referência internacional traz consigo a concepção dos padrões monetários internacionais, que oferece uma base de referência para que se possa, mais a frente, compreender a soberania econômica nacional.

³¹ País “A” pode ser capaz de forçar a desvalorização (valorização) de sua taxa de câmbio e, assim, transmitir um pouco de sua desemprego (inflação) para o país B. Se assim for, o país A, obviamente, possui um instrumento de política adicional valioso. (Tradução Livre)

Medeiros e Serrano (1999, p.120) apresentam uma análise dos padrões monetários internacionais que já estiveram consolidados, demonstrando uma cronologia em que se pode visualizar três grande padrões, quais sejam: o padrão ouro-libra (1819 a 1914); padrão ouro-dólar (1945 a 1971) e, por fim, o padrão dólar flexível (1980 até atualmente). Já na apresentação destes três tipos de padrão monetário é interessante observar que sempre há uma moeda sobre a qual o padrão monetário é estabelecido, ou seja, já existe antes uma moeda de referência internacional que, com sua força e poder econômico, acaba por estabelecer um padrão monetário internacional, seja a libra seja o dólar, na classificação apresentada por Medeiros e Serrano.

Quanto ao padrão ouro-libra, Medeiros e Serrano (1999, p.125) afirmam:

As condições gerais estabelecidas pelo padrão monetário libra-ouro permitiram dois processos de desenvolvimento: o industrializante, liderado pelo Estado e centrado na formação, expansão e proteção do mercado interno; e o desenvolvimento “para fora”, complementar à estrutura produtiva inglesa e baseado na produção especializada de commodities.

Desta passagem, sobressaem dois fatores muito interessantes e que merecem uma maior consideração. O primeiro reside na afirmação de que o desenvolvimento é liderado pelo Estado. Com isso, em corroboração com a concepção de moeda proposta por Marx e Keynes, também aqui no padrão monetário internacional ouro-libra, a moeda não pode ser compreendida como neutra, não está vinculada unicamente as forças do mercado, ao revés, está atrelada as políticas econômicas exercidas pelo Estado. O segundo fator interessante está na formação, expansão e proteção do mercado interno. Com efeito, essa passagem implica que a consolidação do poder econômico do Estado (formação e expansão de seu lastro econômico) e a sua respectiva proteção podem ser entendidas como a defesa de um dos elementos da dimensão econômica da soberania.

No que tange ao padrão monetário internacional do ouro-dolar, Medeiros e Serrano (1999, p.132) destacam que o objetivo das políticas econômicas executadas era a obtenção do pleno emprego, o qual se generalizou para os demais países capitalistas desenvolvidos e permitiu que as nações ainda em

processo de desenvolvimento iniciassem suas ações político-econômicas neste sentido.

Um ponto que merece uma análise mais cuidadosa é o fato de que na passagem no padrão monetário internacional ouro-libra para o ouro-dólar, o lastro econômico da moeda se manteve o mesmo, o ouro, contudo, a moeda de referência internacional mudou, deixou de ser a libra para ser o dólar, o que demonstra que o poder econômico norte-americano passou a se sobrepor ao poder econômico britânico. Como visto anteriormente, para estabelecer a moeda de referência internacional, é preciso conquistar os mercados relevantes, ou que esta seja aceita universalmente como reserva de valor ou ainda pela capacidade de manipulação das taxas de juros. Neste caso, pode-se assumir então a ideia de que o Estado norte-americano soube utilizar tais expedientes de forma a substituir a então moeda de referência internacional, libra, pela sua, o dólar. Inegável neste contexto, o ganho em termos da dimensão econômica da soberania nacional.

O segundo ponto que merece maior atenção é o fato de que as ações político-econômicas executadas pelo governo americano passaram a ser também referência para os demais países capitalistas desenvolvidos. Isto significa uma capacidade de influência econômica muito grande de uma economia nacional em outras economias, principalmente no que tange as formas de desenvolvimento e crescimento, já que aquele que detém as ações de referência pode sobrepor seus respectivos interesses econômicos sobre as demais economias, consolidando a sua soberania econômica nacional e deixando as demais economias em um nível de soberania inferior.

Contudo, a passagem do padrão monetário internacional do ouro-dólar para o padrão dólar flexível não trouxe uma ruptura com a moeda de referência internacional, mas sim uma ruptura com o lastro econômico que até então vinha sendo utilizado como referência para o padrão monetário, o ouro. Definindo a forma de atuação do padrão dólar flexível, Medeiros e Serrano (1999, p.140) afirmam:

O padrão dólar flexível se configura, assim, como um regime macroeconômico de crescimento moderado nos EUA e muito baixo

nos países avançados, com taxas de inflação bastante reduzidas e com grande piora nos termos de troca das commodities em geral.

Desta afirmativa, pode se extrair claramente a capacidade de influência de um Estado na economia internacional, a partir do fato em que o padrão monetário estabelecido proporciona um maior desenvolvimento econômico para aquele que detém a moeda de referência internacional, o que não ocorre com os demais países, que, apesar de darem continuidade aos seus respectivos processos de desenvolvimento, apresentam ritmo de expansão menor, e essa diferença na consolidação e expansão do poder econômico faz com que possa haver níveis distintos de soberania econômica, o que coincide com a ideia de assimetria nos mercados monetários globais, como dito anteriormente.

Essa assimetria nos mercados monetários globais e níveis diferentes de soberania econômica nacional levam a uma nova questão, que é a análise do impacto de fatores da economia internacional na economia nacional, ou o quão exposta uma economia interna está diante das forças não apenas do mercado internacional, mas das políticas econômicas de outras nações. Quanto maior for esta exposição, haveria uma tendência de ser mais reduzida a sua soberania econômica nacional, ao revés, se uma nação tem a capacidade de proteger, ao menos parcialmente a sua economia interna da atuação de fatores externos, há uma tendência de que a sua soberania econômica nacional seja mais expressiva.

Esse nível de exposição da economia nacional é estudado por diversos autores tanto no campo econômico quanto no campo das relações internacionais e é conhecido como vulnerabilidade externa, o assunto a ser tratado a seguir.

3.3 – Vulnerabilidade externa

Interessante abordagem sobre a questão da soberania econômica é a traçada por Reinaldo Gonçalves (2005), na qual o autor apresenta a ideia de que o sistema internacional tem uma natureza dinâmica de poder e que, em

sendo assim, acaba por ter um equilíbrio instável em suas relações e que, por fim, gera conflito. Só por esta breve introdução as suas ideias, Gonçalves já demonstra sua percepção realista das relações internacionais, pois a ausência de uma autoridade legítima no sistema internacional provoca conflito entre os Estados, que buscam se defender das tensões existentes, resguardando sempre seus interesses. Esta é a essência da teoria realista e a percepção de sistema internacional como colocada, instavelmente equilibrado e gerando conflitos, consubstancia o realismo internacional.

Com efeito, o poder econômico no sistema internacional é expresso através de quatro âmbitos de atuação, que são as esferas: comercial; produtiva; tecnológica e monetário-financeira (2005, p.17). É neste ambiente que os Estados expressam o seu poder econômico e, por consequência, exercem as suas respectivas soberanias econômicas nacionais. Na esfera comercial, as relações econômicas internacional incluem a circulação de bens e serviços de um Estado para o outro; na esfera produtiva, cada Estado busca fortalecer a sua produção interna, tanto de bens quanto de serviços, para que estes circulem pelo sistema internacional, gerando receita para o Estado produtor. Na esfera tecnológica, o Estado buscar maior eficiência nas suas produções, com melhor qualidade ou menor custo, para que o seu ímpeto comercial se torne mais competitivo dentro sistema internacional. Por fim, a esfera monetário-financeira, o Estado tenta ampliar o seu lastro econômico, pois com uma moeda nacional forte, a sua posição dentro sistema internacional e suas relações econômicas também se fortalecem, proporcionando maior liberdade para a defesa de seus interesses econômicos nacionais.

Muito embora o autor apresente estas esferas de forma isolada, elas são na verdade interdependentes, o poder econômico nacional se expressa numa espécie de efeito em cadeia, que se origina no desenvolvimento de tecnologias para melhor produzir, aumentando assim sua participação no comércio internacional, o qual deve contar ainda com um sistema monetário-financeiro forte. O Inverso também é verdadeiro, já que com um sistema monetário-financeiro forte se obtém uma posição vantajosa no comércio, o que estimula o desenvolvimento de novas tecnologias.

Portanto, cada Estado, dentro do sistema internacional, busca incessantemente aprimorar o seu poder econômico, tentando maximizar suas

vantagens e minimizar eventuais fragilidades nas relações econômicas internacionais. Contudo, se todos os Estados são soberanos economicamente, como estas relações econômicas se desenvolvem?

A resposta para tal questão parte de um conceito muito interessante trazido por Gonçalves (2005, p.19) que é a noção de vulnerabilidade externa. Para o autor, a vulnerabilidade externa consubstancia-se na capacidade efetiva de um determinado Estado para resistir às pressões externas de outros Estados no mercado internacional e manter sua economia nacional a salvo dos interesses de outros Estados no mercado externo. A vulnerabilidade externa engloba além da capacidade de resistência às pressões externas, os custos inerentes a tal resistência, pois não basta ser capaz de resistir a outros Estados no mercado externo, mas é preciso também condições de arcar com as consequências econômicas desta resistência, sem comprometer os interesses nacionais. A capacidade de resistir somada à capacidade de arcar com os custos de tal resistência mede a vulnerabilidade externa do Estado. Assim, quanto maior a capacidade de resistir e arcar com tais custos, menor será a vulnerabilidade externa do Estado, ou seja, o Estado tem capacidade de conduzir a sua economia de tal forma que privilegie os interesses nacionais, ainda que sofra pressão externa para conduzir suas atuações nas áreas comercial; tecnológica; produtiva e monetário-financeira.

Com efeito, pode-se dizer que vulnerabilidade externa e soberania econômica nacional são as duas faces da mesma moeda. O poder econômico exercido em prol do Estado e pouco afetado pelas pressões externas expressa um grau elevado de soberania econômica nacional e uma baixa vulnerabilidade externa. Desta forma, pode-se então concluir que há uma relação inversa entre a dimensão econômica da soberania e vulnerabilidade externa, pois quanto menos um Estado for vulnerável externamente, maior será a sua soberania econômica nacional.

No que tange as relações econômicas internacionais modernas, em que pese admitir outros atores aptos a atuar neste sistema internacional, Gonçalves (2005, p. 33) reconhece no Estado o ator protagonista do exercício do poder econômico:

(...) O primeiro tema refere-se ao papel predominante, direto e indireto, do Estado nas relações internacionais. Independentemente da visão que se tenha a respeito do funcionamento do sistema internacional ou da natureza do Estado, o fato é que o Estado é o ator principal no cenário internacional.

Desta forma, ainda que se sustente que a existência de uma variedade de atores capazes de atuarem no cenário das relações econômicas internacionais, a função do Estado permanece sendo primordial, mantendo-se forte e determinante na condução de sua soberania econômica nacional. Reforça este argumento o fato de que, alguns dos atores considerados na economia política internacional, serem organizações governamentais multilaterais, ou seja, são organismos internacionais formados pelos próprios Estados, sendo assim, em última análise, uma arena de desenvolvimento das relações econômicas na qual os Estados exercem seus respectivos poderes econômicos, defendendo suas soberanias econômicas nacionais dos conflitos inerentes a sistema econômico internacional anárquico (Gonçalves, 2005, p. 33).

O tema da vulnerabilidade externa também foi objeto de estudo desenvolvido por Nye (2011, p.55), no qual discorre sobre as relações de interdependência entre as nações que são conectadas pelas forças do mercado com o intuito de criar uma estrutura de interdependência para auferir ganhos e gerar assimetrias que proporcionem maior compartilhamento desses ganhos e poder. Desta feita, a interdependência se consubstancia em dois elementos, um elemento em curto prazo, sensibilidade, e um elemento em longo prazo, vulnerabilidade.

Para Nye (2011, p. 55), a sensibilidade pode ser definida como referente à forma com que os efeitos de uma mútua dependência ocorrem, ou seja, dentro de um sistema composto por Estados, uma mudança ocorrida em uma determinada engrenagem deste sistema de mútua dependência, fatalmente terá consequências nas demais engrenagens, o que a sensibilidade nos mostra é a velocidade com que essas consequências se concretizam. Com efeito, caso um Estado que detenha grande poder econômico adote uma postura que implica em influenciar nas demais economias de Estados cujo poder econômico não é tão forte, a sensibilidade vai mostrar o quão rápido esses Estados vão sofrer tais influências do Estado mais forte, pois quão antes essas influências se concretizarem internamente em suas economias, maior será o

seu grau de sensibilidade. Já a vulnerabilidade se refere ao custo relativo de se alterar a estrutura de um sistema baseado na interdependência, ou seja, está relacionada ao fato do Estado buscar reduzir a sua interdependência e se tornar cada vez mais independente, ou menos interdependente. Portanto, enquanto a sensibilidade está voltada para mudanças de cunho pontual, em um mercado específico como uma parte do sistema econômico internacional interdependente, por exemplo, a vulnerabilidade está voltada para mudança de cunho estrutural, do sistema como um todo.

Especificamente sobre a sensibilidade, Nye (2011, p. 54) afirma:

Sensibility refers to the amount and pace of the effects of mutual dependence; that is how quickly does change in one part of the system bring about change in another part? In September 2008 the collapse of Lehman Brothers in New York quickly affected markets around the world.³²

A sensibilidade seria então o instrumento que mostraria quanto tempo seria necessário para que uma mudança pontual no sistema internacional gerasse maiores consequências no âmbito nacional. Neste sentido, quanto mais tempo fosse necessário para que uma nação sofresse influências por questões de mudanças externas, menos sensível ele seria e maior seria a sua parcela de poder. Portanto, considerando essa perspectiva no âmbito econômico, um mercado internacional que passasse por alguma mudança, a economia nacional não sentiria as influências dessas mudanças, mantendo-se em condições similares as que estavam antes da mudança, demonstrando um poder econômico nacional consistente e com uma interdependência baixa.

Especificamente sobre a vulnerabilidade, Nye (2011, p.55) afirma:

Vulnerability depends on more than aggregate measures, and this is where the earlier cautionary remarks apply to economic power. It also depends on whether a society is capable of responding quickly to change. For example, private actors, large corporations and speculators in the market may each look at a market situation and decide to hoard supplies because they think shortages are going to grow worse. Their actions will drive the price even higher because they will make the shortages greater and put more demand on the

³² Sensibilidade se refere à quantidade e ritmo dos efeitos de dependência mútua; qual é a rapidez com que uma mudança em uma parte do sistema pode provocar mudanças em outra parte? Em setembro de 2008, o colapso do Lehman Brothers, em Nova York afetou mercados ao redor do mundo rapidamente. (Tradução Livre)

market. Governments often find it difficult to control such market behavior³³.

Portanto, depreende-se deste trecho que a vulnerabilidade de uma nação está relacionada à sua capacidade de se adaptar a eventuais mudanças no sistema internacional, de forma a buscar manter a sua parcela de poder, minimizando suas perdas. Quanto maior for a capacidade de uma nação se adaptar a uma eventual mudança no sistema internacional, menor será a sua vulnerabilidade e, por consequência, maior será a sua parcela de poder. Considerando essa relação no âmbito econômico, mudanças na economia internacional, como as recentes crises que abalaram os mercados financeiros globais, podem provocar consequências muito danosas às economias nacionais, exigindo com que as nações se adaptem à nova realidade. As nações que conseguem passar por tais adaptações com maior sucesso, se mostram com vulnerabilidade baixa, pois mudanças internacionais parecem não ter capacidade de afetar mais seriamente a condução de suas políticas econômicas internas e põe estas nações em posição de destaque no sistema internacional.

Outra questão interessante nesta passagem é a dificuldade em que Nye afirma que os governos encontram dificuldades em controlar esse comportamento do mercado. Essa dificuldade demonstra como se deve compreender a posição do Estado no sistema internacional, pois, quanto mais rápido é o impacto de pressões externas na economia nacional e quanto mais demorada é a sua capacidade de se adaptar as mudanças advindas de novos contextos internacionais, maior será a dificuldade de o governo nacional em lidar com essas pressões de mercado internacional e maior será a sua sensibilidade e sua vulnerabilidade, colocando tal Estado em uma posição de interdependência alta no mercado externo.

³³ Vulnerabilidade depende mais de medidas agregadas, e é aí que as observações de advertência anteriores se aplicam ao poder econômico. Também depende se uma sociedade é capaz de responder rapidamente às mudanças. Por exemplo, os atores privados, grandes corporações e especuladores no mercado podem cada um observar uma situação de mercado e decidir acumular suprimentos porque pensam que a escassez vai piorar. Suas ações vão conduzir um preço ainda mais alto, porque eles vão fazer a escassez maior e colocar mais demanda no mercado. Os governos muitas vezes têm dificuldade em controlar tal comportamento do mercado. (Tradução Livre)

3.4 – O índice de vulnerabilidade segundo Reinaldo Gonçalves

A questão da vulnerabilidade não se restringe apenas ao seu conceito, mas também em uma maneira de verificar, na prática, o quão vulnerável está um determinado Estado, diante de suas relações internacionais, podendo, inclusive, servir de meio para determinar a posição deste Estado dentro do sistema-mundo, esteja ele situado mais ao centro ou mais a periferia, conforme o seu índice de vulnerabilidade.

Para calcular este índice, Gonçalves (2005, p. 131) afirma:

O índice de vulnerabilidade externa (IVE) é a média simples de três outros índices: vulnerabilidade comercial (IVCO), vulnerabilidade produtivo-tecnológica (IVPT) e vulnerabilidade monetário-financeira (IVMF). Cada um desses índices expressa uma esfera específica do sistema econômico internacional. E cada um desses índices, por seu turno, é a média simples de índices correspondentes a indicadores (coeficientes) específicos de vulnerabilidade econômica externa.

$$\text{IVE} = \frac{\text{IVCO} + \text{IVPT} + \text{IVMF}}{3}$$

Como se pode depreender da fórmula apresentada para calcular o índice de vulnerabilidade externa está atrelada essencialmente à fatores da economia nacional. Contudo, para se chegar ao índice final de vulnerabilidade externa, é necessário antes, se chegar aos índices de vulnerabilidade que juntos vão definir o quão vulnerável é um determinado Estado. Para definir e calcular esses índices, Gonçalves (2005, p. 131) propõe que o índice de vulnerabilidade comercial seja calculado de acordo com a média simples de seis dados inerentes a esta esfera da economia nacional, já para o índice de vulnerabilidade produtivo-tecnológica, Gonçalves apresenta mais seis dados para o cálculo em média simples e, por fim, no que tange ao índice de vulnerabilidade monetário-financeira, cinco dados que terão em sua média o valor referente a esta esfera econômica. Para melhor compreender esses dados e cada uma dessas esferas da economia, será visto cada índice separadamente.

Com efeito, os dados inerentes ao índice de vulnerabilidade comercial são afetos a relação entre a 1) exportação de bens e serviços/PIB; 2)

crescimento real do comércio (exportação + importação) de bens e serviços – crescimento do PIB real; 3) índice de concentração das exportações; 4) reservas internacionais líquidas/importação de bens e serviços e 5) taxa de crescimento de longo prazo do valor da exportação de bens. Para calcular a vulnerabilidade comercial de um determinado Estado, é preciso então obter a média simples destes dados. Contudo, no que tange ao conceito da dimensão econômica da soberania, pode-se extrair deste raciocínio que para a vulnerabilidade externa de um Estado ser reduzida, é preciso desenvolver e executar políticas de estímulo ao comércio, pois com o incremento dos dados acima relatados, o índice de vulnerabilidade comercial será reduzido e, por consequência, o índice de vulnerabilidade externa será reduzido. Com a redução da vulnerabilidade externa, a dimensão econômica da soberania do Estado é ampliada.

O mesmo raciocínio é aplicável com os dados inerentes às esferas produtivo-tecnológica e monetário-financeira. O desenvolvimento e execução de políticas que tenham por intuito fazer com que os dados³⁴ resultem em índices de menor valor em cada uma das esferas da economia resultarão em um índice de vulnerabilidade externa menor, e, portanto, em maior soberania em sua dimensão econômica.

O índice de vulnerabilidade externa pode ser utilizado para mensurar a dimensão econômica da soberania de um determinado Estado, se usado a *contrario sensu*, pois, caso este Estado apresente um índice de vulnerabilidade externa em dez dentro de uma escala de varia entre zero e cem, significa dizer que a sua dimensão econômica da soberania é de 90 dentro desta mesma escala, pois há uma correlação inversamente proporcional entre vulnerabilidade externa e da soberania em sua dimensão econômica que permite aferir se este Estado está situado mais ao centro ou mais a periferia do sistema-mundo.

³⁴ Os dados apresentados por Gonçalves (2005, p. 131) para a esfera produtivo-tecnológica são: 1) estoque de investimento externo direto/PIB; 2) estoque de IED/exportação de bens e serviços; 3) estoque de IED em serviços/estoque de IED total; 4) gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico/PIB; 5) exportação de produtos intensivos em tecnologia/exportação de manufaturados e 6) pagamento de tecnologia/gastos com P&D. Para a esfera monetário-financeira: 1) dívida externa total/exportação de bens e serviços; 2) dívida com FMI/dívida externa total; 3) renda líquida/exportação de bens e serviços; 4) serviço da dívida pública e garantida pelo setor público/exportação de bens e 5) serviços e ajuda externa/importação de bens e serviços.

3.5 – As Instituições Internacionais e a vulnerabilidade econômica segundo Joseph Nye e Robert Keohane

Defendendo fortemente a existência das instituições internacionais e sua importância dentro das relações internacionais, Keohane (2002: p. 29) argumenta que as instituições internacionais não devem ser entendidas como instituições contra o Estado soberano ou mesmo acima do Estado soberano, mas como instituições que existem para fazer com que os Estados possam atingir seus objetivos, promovendo a cooperação entre os Estados soberanos nas relações internacionais. Neste sentido, Keohane afirma que (2002, p.30):

Institutions create the capability for states to cooperate in mutually beneficial ways by reducing the costs of making and enforcing agreements – what economists refer to “transaction costs”. They rarely engage in centralized enforcement of agreements, but they do reinforce practices of reciprocity, which provide incentives for governments keep their own commitments to ensure that other do so well. Even powerful states have an interest, most of the time, in following the rules of well-established international institutions, since general conformity to rules makes the behavior of other states more predictable³⁵.

Desta forma, as instituições internacionais são instrumentos com as quais os Estados cooperam entre si e, assim, se promove o desenvolvimento da economia internacional. Com instituições internacionais, há uma organização na forma com que os Estados se relacionam, sendo possível então estabelecer uma forma de conduta padrão, o que reduz a incerteza e a insegurança das relações internacionais e incentiva a cooperação e o desenvolvimento do sistema internacional como um todo e assim o desenvolvimento dos Estados.

Portanto, a soberania política é também um instrumento que o Estado dispõe para fazer com que os demais Estados assim também se comportem de forma cooperativa. A regulação internacional da economia, sustenta Keohane, é apenas mais uma ligação numa longa cadeia de delegação e, quanto maior

³⁵ Instituições criam a capacidade de os Estados cooperarem de forma mutuamente benéfica, reduzindo os custos de fazer cumprir os acordos - o que os economistas se referem a "custos de transação". Elas raramente se envolvem em aplicação centralizada de acordos, mas elas fazem reforçar as práticas de reciprocidade, que oferecem incentivos para os governos manter seus próprios compromissos para assegurar que outros fazem tão bem. Mesmo estados poderosos têm interesse, na maioria das vezes, seguindo as regras das instituições internacionais bem estabelecidas, uma vez que a conformidade geral com as regras faz com que o comportamento de outros estados sejam mais previsíveis. (Tradução Livre)

for esta cadeia delegativa, menor será a autoridade pública nacional na condução da economia nacional. Neste sentido, Keohane (2002, p.35):

International regulation simply adds another link to the chain of delegation. But, long chains of delegation, in which the public affects action only at several removes, reduce actual public authority. If the terms of multilateral cooperation are to reflect the interests of broader democratic publics rather than just those narrow elites, traditional patterns of delegations will have to be supplemented by other means of ensuring greater accountability to public opinion³⁶.

Desta perspectiva, é possível extrair alguns elementos de soberania política para a construção do conceito da dimensão econômica da soberania, pois este pode ser compreendido a partir do contexto da regulação internacional da economia, já que a autoridade soberana dos Estados é um instrumento de cooperação das relações internacionais e é desta forma que a soberania em sua dimensão econômica deve ser entendida. As instituições internacionais podem ser instrumentos utilizados pelos Estados para se protegerem em função de apresentarem uma vulnerabilidade externa muito alta. Com as instituições internacionais, esses Estados podem obter acordos multilaterais de forma com que a sua vulnerabilidade fique menos exposta à economia internacional.

Keohane apresenta o liberalismo internacional a partir de uma construção da realidade social, a qual identifica os indivíduos como os atores mais relevantes, que procuram compreender como estes indivíduos agem coletivamente. Na área econômica, o liberalismo prioriza os resultados coletivos e analisa os mercados, que são imperfeitos e apresentam Estados com alto índice de vulnerabilidade externa, mas de seu ponto de vista existiriam instituições para corrigir tais imperfeições. Com estes padrões, Keohane apresenta o liberalismo comercial e o liberalismo regulatório.

O liberalismo comercial parte do pressuposto de que as relações internacionais influenciam nas ações dos Estados. Quando duas nações mutuamente realizam transações comerciais, suas necessidades são

³⁶ A Regulação internacional simplesmente acrescenta outro elo para a cadeia de delegação. Mas, longas cadeias de delegação afetam as ações públicas de várias maneiras, e reduz a autoridade pública. Se os termos da cooperação multilateral devem refletir os interesses das democracias públicas mais amplas, em vez de apenas as elites estreitas, os padrões tradicionais de delegações terão de ser complementados por outros meios de assegurar uma maior responsabilização perante a opinião pública. (Tradução Livre)

satisfeitas e assim há uma harmonia natural no sistema internacional (Keohane, 2002, p.38). O comércio internacional feito em um sistema mundial na qual prevalece uma ordem política definida e com padrões de comportamento estabelecidos, naturalmente promove a cooperação entre os Estados e assim o desenvolvimento econômico internacional. Como visto em Gonçalves (2005, p. 131), o comércio é um dos índices que vão determinar a vulnerabilidade externa do Estado, portanto, o estímulo ao comércio nacional e a atuação de instituições internacionais com este intuito podem auxiliar na redução da vulnerabilidade externa do Estado, o que contraria a ideia de sistema-mundo.

Por outro lado, o liberalismo regulatório sustenta a importância da harmonia, que é obtida por padrões de regras governamentais nas relações internacionais. Em razão da imprevisibilidade do comportamento humano, a criação de instituições torna-se importante, pois estabelece padrões de comportamento, facilita a comunicação entre os Estados e ainda pode oferecer serviços que governos nacionais sozinhos teriam dificuldades em oferecer. A cooperação é algo que deve ser estimulado, criado, e as instituições cumprem esta função, pois os benefícios mútuos e as oportunidades de satisfazerem suas necessidades econômicas faz com que os Estados passem a se comportarem em regime de cooperação internacional.

Interessante observar que Keohane (2002, p. 71) apresenta um argumento contra o que ele denomina de Dilema de Hobbes com relação à questão da soberania no plano internacional. Para Hobbes, para evitar o Estado de natureza na convivência entre os indivíduos, estes constituem um Estado soberano, com a responsabilidade de estabelecer uma convivência harmônica e pacífica. Todavia, a criação de vários Estados soberanos acaba por formar um sistema internacional anárquico, sem uma autoridade acima dos Estados. Para o pensamento realista, a soberania é o poder do Estado, entretanto, Keohane entende que a concepção de soberania deve ser mais explorada, em um sentido mais profundo, que compreende a soberania como uma instituição, não um poder. Uma instituição composta de regras sistêmicas, que tornam as condutas previsíveis e molda as expectativas quanto ao comportamento dos Estados no cenário internacional, estabelecendo assim um regime de cooperação entre os Estados. Neste sentido, a soberania é menos

uma limitação territorial definida e mais uma fonte de negociação para uma política caracterizada por uma rede complexa transnacional. Neste sentido Keohane (2002, p.74) afirma:

Sovereignty no longer enables states exert effective supremacy over what occurs within their territories: Decisions are made by firms on global basis, and other states' policies have major impacts within one's own boundaries. Reversing this process would be catastrophic for investments, economic growth, and electoral success. What sovereignty does confer on states under conditions of complex interdependence is legal authority that can either be exercised to the detriment of other states' interests or be bargained away in return for influence over others policies and therefore greater gains for exchange. The institution of sovereign statehood, which was well adapted for the Westphalian system, is being modified, although not superseded, in response to the interests of participants in a rapidly internationalizing political economy³⁷.

Portanto, é possível extrair outro elemento importante da soberania política para a noção de soberania em sua dimensão econômica, pois do ponto de vista do liberalismo internacional, não pode ser compreendida como um poder máximo do Estado sobre a sua economia, mas como uma instituição, dentro de um sistema internacional de interdependência segundo a qual o Estado tem uma fonte de poder negociação para obter influência no sistema internacional e assim ampliar suas vantagens nas relações econômicas internacionais. E ao ampliar tais vantagens o Estado estará, em verdade, reduzindo a sua vulnerabilidade externa e consolidando a sua dimensão econômica da soberania. De acordo com Nye (2011, p.52) um sucesso econômico por parte de um Estado dá a ele uma série de elementos com os quais seu poder político nas relações internacionais resta fortalecido. Neste sentido, Keohane (1998, p. 91) afirma:

The issue here is not one of state sovereignty. Economic interdependence and its regulation have altered notions of sovereignty: Few states can still demand to be completely independent of external authority over legal practices within their

³⁷ Soberania não permite que estados exerçam supremacia efetiva sobre o que ocorre dentro de seus territórios: As decisões são tomadas por empresas em base global, e as políticas de outros estados têm grandes impactos dentro das próprias fronteiras. Reverter esse processo seria catastrófico para investimentos, crescimento econômico e sucesso eleitoral. O que a soberania não confere aos estados em condições de interdependência complexa é a autoridade legal que pode ser exercida em detrimento dos interesses dos outros Estados ou ser negociada em troca de influência sobre outras políticas e, portanto, maiores ganhos para a troca. A instituição de um Estado soberano, o qual foi bem adaptado para o sistema de Westfália, está sendo modificada, embora não seja substituída, em resposta aos interesses dos participantes em uma economia política rápida internacionalização. (Tradução Livre)

territories. The best most states can hope for is to be able to use their sovereignty authority as bargaining tool to assure that others also have to abide by common rules and practices.³⁸

Com efeito, a soberania do Estado em sua dimensão econômica deve ser pensada de acordo com o contexto estabelecido pela interdependência da economia internacional, pois a noção de soberania em que um Estado é completamente independente de autoridades que advém de fora de seu próprio território somente é aplicável em poucos casos. Contudo, nos casos em que tal noção é aplicável, pode-se concluir que o Estado teria então uma forte soberania sob sua perspectiva econômica, pois este teria a capacidade de fazer valer suas políticas econômicas e de desenvolvimento nacional sem temer a reação de outros Estados. Por outro lado, outros Estados que não detenha esta capacidade plena, usam a sua soberania como um instrumento para que as regras comuns sejam obedecidas por todos. Neste caso, pode-se então traçar um esboço da natureza da dimensão econômica da soberania de um determinado Estado, já que esta seria um meio para que o próprio Estado consiga fazer com que fatores externos somente possam atuar dentro de seu território caso estejam dentro de um comportamento já determinado pelas normas internacionais. No primeiro caso, o Estado apresenta uma baixa vulnerabilidade externa, já que fatores externos não exercem influencia em sua economia nacional ou, quando exercem, não são significativos, o que não ocorre no segundo caso, que são Estados que apresentam um nível de vulnerabilidade externa maior, estando mais sujeitos a influência de fatores externos em suas economias nacionais. Para reduzir esta vulnerabilidade, os Estados se utilizam de sua autoridade interna para fazer com que as normas internacionais sejam respeitadas de forma a tornar o comportamento econômico internacional mais previsível, o que permite cada Estado adotar medidas de proteção e desenvolvimento econômico com uma maior efetividade.

Um Estado que consegue obter uma economia nacional bem desenvolvida, consegue aumentar o seu Produto Interno Bruto, a renda *per*

³⁸ A questão aqui não é a soberania do Estado. A interdependência econômica e sua regulamentação alteraram noções de soberania: Poucos estados ainda podem exigir para ser completamente independente da autoridade externa sobre as práticas legais existentes em seu território. O melhor que a maioria dos estados pode esperar é ser capaz de usar sua autoridade soberania como instrumento de barganha para assegurar que os outros também têm de respeitar as regras e práticas comuns.

capta, o nível de sua tecnologia, instituições-políticas e legais de mercado e ainda obtém uma série de variadas formas de domínio em setores específicos, tais como financeiro, comércio exterior, etc. A união de todos estes elementos, além de reduzir a sua vulnerabilidade externa, deve fornecer ao Estado à força de sua economia e suas reais condições de atuação no cenário das relações econômicas internacionais.

Com efeito, para Nye (2011, p. 76), o poder econômico pode ser expresso através de uma série de fatores, que incluem o volume do produto industrial bruto nacional, a renda *per capita* o nível de tecnologia, recursos naturais, instituições políticas e legais que regulem os mercados e recursos específicos para determinados mercados em especial, tais como o comércio, finanças e também a capacidade de competir nestes comércios. Como será visto mais adiante, esses fatores são inerentes à defesa da economia nacional e são elementos importantes para a construção do que pode ser um conceito teórico para a dimensão econômica da soberania. Aqui se percebe uma convergência entre os estudos sobre vulnerabilidade apresentados por Gonçalves (2005) e Nye (2011). Com efeito, nos dois estudos as diferentes esferas da economia e seus respectivos indicadores são a base para compreender o poder econômico de um Estado, e o desenvolvimento econômico pode ser obtido através da execução de políticas que permitam ampliar esses dados econômicos.

Neste sentido, considerando o poder econômico de cada Estado e a sua capacidade de interagir no cenário internacional, Nye (2011, p.80) afirma: *Economic Power Will be one of the most important implements of the toolbox of smart power policies, but policies answers will often depends on the context of each market and its asymmetries of vulnerability*³⁹.

Portanto, com base nestas considerações, é possível inferir que o poder econômico do Estado é elemento fundamental para sua atuação no âmbito internacional. Duas ideias são muito interessantes e estão presentes nesta passagem que merecem maior reflexão. A primeira é a ideia de assimetria. Com efeito, há uma relação assimétrica entre os mercados monetários globais

³⁹ O Poder econômico será um dos instrumentos mais importantes dos recursos de políticas de *smart power*, mas as respostas políticas, muitas vezes dependem do contexto de cada mercado e suas assimetrias de vulnerabilidade. (Tradução Livre)

e vulnerabilidades. A outra ideia interessante é com relação à vulnerabilidade. Como já visto anteriormente, a vulnerabilidade consiste a capacidade de resistência do Estado diante das pressões econômicas internacionais. Pode-se argumentar a favor de uma relação inversamente proporcional entre o poder econômico e a vulnerabilidade, pois quanto maior for o seu poder econômico, menor será sua vulnerabilidade, ou seja, maior será sua capacidade de resistir a pressões internacionais.

Depreende-se então que, estas duas ideias conjugadas podem consubstanciar a noção de soberania em sua dimensão econômica. Diante de uma assimetria do poder econômico nacional, tem-se que nem todos os Estados são igualmente soberanos economicamente, já que alguns possuem uma dimensão econômica da soberania mais forte do que outros, pois tem maior capacidade de resistir a manipulações econômicas no mercado internacional, são menos vulneráveis a pressões econômicas externas.

Para Nye (2011: p.113), a soberania do Estado está posta a prova, no seguinte sentido:

Some observers welcome this trend as marking the decline of the sovereign state that has been the dominant global institutions since the Peace of Westphalia in 1648. They predict that information revolution will flatten bureaucracy hierarchies and replace them with network organization. More governmental functions will be handled by private markets as by nonprofit entities. As virtual communities develop on the internet, they will cut across territorial jurisdictions and develop their own patterns of governance. States will become much less central to peoples' lives. People will live by a multiply voluntary contracts and drop in and out of communities at the click of a mouse. The new pattern of crosscutting communities and governance will become a modern and more civilized analog to the feudal world that existed before the rise of the modern state⁴⁰.

Portanto, diante desta visão das relações internacionais contemporânea, há de ser repensado o conceito de soberania do Estado, e, por conseguinte, avaliar as possibilidades de se construir um conceito específico para a

⁴⁰ Alguns observadores acolhem esta tendência como o marco do declínio do Estado soberano que tem sido as instituições globais dominantes desde a Paz de Westphalia em 1648. Eles prevêem que a revolução da informação vai achatar hierarquias burocráticas e substituí-las com a organização em rede. Mais funções governamentais serão pegadas por mercados privados como por entidades sem fins lucrativos. Como as comunidades virtuais se desenvolvem na internet, elas vão cortar através das jurisdições territoriais e desenvolver seus próprios padrões de governança. Estados se tornarão muito menos central na vida das pessoas. As pessoas vão viver por um multiplicar de contratos voluntários e sair das comunidades com o clique de um mouse. O novo padrão de comunidades transversais e governança se tornará um análogo moderno e mais civilizado ao mundo feudal que existia antes do surgimento do Estado moderno.

dimensão econômica da soberania. Com efeito, não se pode afirmar simplesmente que a soberania não existe mais ou está em processo de deixar de existir, mas simplesmente constatar que a noção de soberania, tal qual surgida no século XVII não mais se mostra capaz de refletir as circunstâncias fáticas das relações internacionais, uma vez que o contexto social, particularmente o econômico, apresentam hoje características muito distintas do que apresentavam em 1648. Corroborando esta compreensão, Nye (2011, p.119) afirma:

These private systems such as corporate intranets or worldwide newsgroups devoted to specific issues such as the environments do not frontally challenge the government of sovereign states; they simply adds a layer of relations that sovereign states do not fully control⁴¹.

Desta feita, não é que a soberania deixará de existir, mas que o desenvolvimento das relações internacionais em áreas específicas, tais como a econômica, promoverá um novo nível de interação entre os Estados, no qual eles não terão controle absoluto das relações ali desenvolvidas. Isto significa que a soberania neste nível existe, mas com maior complexidade na sua interseção com grupos sociais, diferente da antiga concepção de soberania, mas que reflete com mais fidelidade e precisão as características das relações econômicas internacionais. Trata-se, com efeito, de uma visão mais cooperativa, que, por sua vez, vai contra a visão de dominação do sistema-mundo.

No que concerne aos níveis de vulnerabilidade, Nye (1976, p. 134) afirma:

Of course vulnerability is a matter of degree and varies with the costs and time involved in developing alternatives. This implies hard policy choices about acceptable degrees of dependence and how willing we are to sacrifice the economic benefits of cheaper foreign supplies.⁴²

⁴¹ Estes sistemas privados, tais como *intranets* corporativas ou *newsgroups* em todo o mundo dedicados a questões específicas, tais como os ambientes, não desafiam frontalmente o governo de Estados soberanos; eles simplesmente adicionam uma camada de relações que os Estados soberanos não controlam totalmente. (Tradução Livre)

⁴² É claro que a vulnerabilidade é uma questão de grau e varia de acordo com os custos e tempo envolvidos no desenvolvimento de alternativas. Isto implica escolhas políticas difíceis sobre graus aceitáveis de dependência e como estamos dispostos a sacrificar os benefícios econômicos das fontes externas mais baratas. (Tradução Livre)

A vulnerabilidade não é, portanto, um elemento estático, que uma vez identificado não se sujeita a mudança, ao revés, a vulnerabilidade externa de um determinado Estado é dinâmica e por tal razão varia em função de níveis diferentes, conforme este Estado estiver em maior ou menor sujeição a economia internacional.

Em consequência, o Estado deve estabelecer uma escolha político-estratégica para determinar até que nível a sua vulnerabilidade pode ser considerada aceitável de acordo com os seus interesses e necessidades econômicas. Quanto maior for a dependência de um Estado da economia internacional, maior será a sua vulnerabilidade externa. Um grau de dependência menor pode implicar em o Estado analisar o sacrifício em abrir mão de benefícios econômicos cujo custo externo pode ser mais compensador que no plano da economia nacional.

Neste contexto, é preciso encontrar um equilíbrio entre saber utilizar com a maior eficiência possível os benefícios econômicos que advém da economia internacional, sem, contudo, permitir que o Estado seja dependente em excesso do contexto econômico internacional. A soberania econômica máxima estaria então em um ponto ótimo, que permitisse ao Estado desenvolver sua economia nacional com maior eficiência, utilizando recursos e benefícios da economia internacional, sem, contudo, comprometer o seu desenvolvimento com os interesses externos.

3.6 - Políticas anti-estrangulamento

As nações economicamente mais vulneráveis necessitam adotar medidas no sentido de reduzir a sua vulnerabilidade no contexto internacional, tornando-se então cada vez menos dependentes de fatores externos, fortalecendo a sua economia nacional, e, conseqüentemente, tornando-se mais forte no cenário externo.

Essas medidas de desenvolvimento e crescimento econômico nacional são consideradas como políticas anti-estrangulamento, com as quais a nação

busca não apenas se defender das influências do poder econômico das nações com economia mais desenvolvida como também passar a exercer maior influência em outras economias mais frágeis, de forma a valorizar seus interesses nacionais e determinar uma maior participação na economia internacional.

Neste sentido, a forma de buscar alterar a participação de uma nação no cenário econômico internacional passa necessariamente pelo desenvolvimento de sua economia nacional e para fazer a sua economia crescer, algumas medidas de política econômica são implementadas e o desenvolvimento econômico é medido através de indicadores que são utilizados no sentido de estabelecer a posição de cada nação dentro da economia internacional.

Capítulo 4

Possibilidades para a construção de um conceito da dimensão econômica da soberania política.

4.1 – Introdução

Ao longo dos três capítulos anteriores foi apresentada uma série de perspectivas sobre como a questão da soberania é concebida. Inicialmente vista como um problema essencialmente político, as relações internacionais evoluíram no sentido de que a economia internacional se tornou o grande ponto de análises e estudos nesta seara, a ponto de que a soberania deixou de ser vista como uma questão unicamente política, mas também com relevantes aspectos econômicos, sem, contudo, haver um conceito preciso do aspecto econômico da soberania.

As características da ordem mundial vigente, o modelo de sistema-mundo e a economia-mundo acentuaram o debate sobre a soberania e, sobretudo, a crescente influência da economia nas decisões políticas e seu reflexo na soberania dos Estados inerentes ao sistema em questão. Contudo, o aspecto político sempre prevaleceu no momento de construir o conceito de soberania. São inúmeras teorias neste aspecto enquanto a dimensão econômica permanece sem um conceito mais definido.

A noção de vulnerabilidade externa contribui para a compreensão de como a soberania econômica deve ser analisada, bem como a compreensão e definição dos mercados internacionais relevantes com o grau de inserção dos Estados nas cadeias globais de produção. A posição de resistência diante das pressões externas e a defesa de seus interesses econômicos nacionais também são aspectos que merecem relevância para a compreensão da dimensão econômica da soberania política.

Estabelecida então esta base de análise, torna-se possível destacar algumas possibilidades para a construção de um conceito de soberania que incorpore a sua dimensão econômica. As possibilidades que serão apresentadas e analisadas ao longo deste capítulo são, em verdade,

proposições, as quais um futuro conceito de soberania que incorpore a sua dimensão econômica deve englobar em sua construção e definição.

4.2 – A natureza dos conceitos

A premissa maior sobre a qual se realiza o presente estudo esta baseada no fato de que os conceitos, por sua própria natureza, são elementos sociais, pois são frutos das circunstâncias que caracterizam determinada sociedade em determinada época e local. No caso específico do conceito de soberania com uma dimensão econômica, seu conceito está relacionado às relações sociais e, em especial, das relações internacionais que são praticadas entre os atores do cenário econômico internacional. Portanto, por ser um conceito que emerge das circunstâncias inerentes às relações internacionais, a soberania com dimensão econômica deve ser vista de acordo com a natureza dessas relações na economia mundial contemporânea.

Como as relações econômicas internacionais ocorridas no passado são diferentes das relações econômicas internacionais contemporâneas, conseqüentemente, o conceito de soberania deve ser construído de forma a englobar essas mudanças no cenário internacional. Entretanto, não é tarefa fácil construir o conceito de soberania com sua dimensão econômica devido à complexidade de elementos que compõem as relações internacionais modernas, havendo, nesse sentido, uma diversidade de teorias que buscam apresentar a soberania moderna não como um todo, mas priorizando um ou outro elemento da soberania. No caso do presente estudo, o intuito é analisar o aspecto econômico da soberania e abordar as possibilidades para a construção de um conceito que identifique a soberania com sua dimensão econômica.

4.3 - Adoção de um modelo teórico crítico

Inicialmente, é preciso estabelecer com a devida clareza o que se deve entender por uma teoria crítica. Com efeito, Robert Cox (1986, p. 208), com o intuito de situar as diferenças entre as formas de se construir uma teoria,

propôs duas espécies de teorias, de acordo com o propósito com o qual ela é construída.

A primeira espécie Cox (1986, p.208) denomina como “teoria solução de problemas”:

the first purpose gives rise to *problem-solving theory*. It takes the world as it finds it, with the prevailing social and power relationships and the institutions into which they are organized, as the given framework for action. The general aim of problem-solving is to make these relationships and institutions work smoothly by dealing effectively with particular sources of trouble. Since the general pattern of institutions and relationships is not called into question, particular problems can be considered in relation to the specialized areas of activity in which they arise. Problem-solving theories are thus fragmented among a multiplicity of spheres or aspects of action, each of which assumes a certain stability in the other spheres (which enables them in practice to be ignored) when confronting a problem arising within its own. The strength of the problem-solving approach lies in its ability to fix limits or parameters to a problem area and to reduce the statement of a particular problem to a limited number of variables which are amenable to relatively close and precise examination. The *ceteris paribus* assumption, upon which such theorizing is based, makes it possible to arrive at statements of laws or regularities which appear to have general validity but which imply, of course, the institutional and relational parameters assumed in the problem-solving approach⁴³.

A Segunda espécie de teoria é denominada por Cox (1986, p. 208-9) de teoria crítica:

The second purpose leads to *critical theory*. It is critical in the sense that it stands apart from the prevailing order of the world and asks how that order came about. Critical theory, unlike problem-solving theory, does not take institutions and social power relations for granted but calls them into question by concerting itself with their origins and how and whether they might be in the process of changing. It is directed toward an appraisal of the very framework for action, or problematic, which problem-solving theory accepts as its parameters. Critical theory is directed to the social and political complex as a whole rather than to the separate parts. As a matter of practice, critical theory, like problem-

⁴³ o primeiro objetivo dá origem a teoria de resolução de problemas. Leva em conta o mundo como ela o encontra, com as relações sociais e de poder vigentes e as instituições em que são organizados, como o enquadramento dado para a ação. O objetivo geral da resolução de problemas é fazer com que essas relações e as instituições funcionem sem problemas, lidar eficazmente com fontes específicas de problemas. Uma vez que o padrão geral de instituições e relações não é posta em causa, problemas particulares podem ser considerados em relação às áreas especializadas de atividade em que eles surgem. Teorias de resolução de problemas são, portanto, fragmentadas entre uma multiplicidade de esferas ou aspectos da ação, cada um dos quais assume certa estabilidade nas demais esferas (que lhes permite, na prática, a ser ignorado) quando confrontados com um problema que ocorre dentro de seu próprio país. A força da abordagem de resolução de problema reside na sua capacidade de fixar limites ou parâmetros para uma área de problema e reduzir a declaração de um problema particular para um número limitado de variáveis que são passíveis de exame relativamente preciso. A suposição de *ceteris paribus*, sobre a qual tal teoria se baseia, torna possível chegar a afirmações de leis ou regularidades que parecem ter validade geral, mas que implicam, naturalmente, os parâmetros institucionais e relacionais assumidas na abordagem de resolução de problemas. (Tradução Livre)

solving theory, takes as its starting point some aspect or particular sphere of human activity. But whereas the problem-solving approach leads to further analytical subdivision and limitation of the issue to be dealt with, the critical approach leads toward the construction of a larger picture of the whole of which the initially contemplated part is just one component, and seeks to understand the processes of change in which both parts and whole are involved⁴⁴.

Com efeito, essas duas perspectivas teóricas trazem consigo características distintas, cada qual com suas particularidades. No caso da teoria solução de problemas, a sua perspectiva é obter um padrão de reconhecimento de um determinado evento, estabelecendo critérios e circunstâncias que expliquem este evento em situações precisas, ou seja, buscar explicar um fenômeno existente em um aspecto temporal e geográfico delimitado. Isto significa que tal perspectiva teórica busca encontrar explicações de um fato naquele momento em especial, não tecendo maiores observações sobre a possibilidade alterações do conceito estabelecido ao longo do tempo, trata-se, em verdade, de uma percepção estática do fato observado.

Por outro lado, o modelo teórico de perspectiva crítica trazido por Cox traz em si uma forma diversa de observação e análise de um determinado evento. Com efeito, tal compreensão não se limita ao momento presente da observação do fato, mas busca compreender as causas que levaram a sua concretização e mesmo quais as implicações que pode ter mais adiante, e como o conceito pode ser influenciado caso as circunstâncias iniciais fossem alteradas. Desta feita, a perspectiva crítica é um modelo teórico dinâmico, que se preocupa com alterações e demonstra um campo de observação muito mais abrangente que o modelo de solução de problemas.

⁴⁴ O segundo propósito leva a teoria crítica. É fundamental, no sentido de que se destaca da ordem vigente do mundo e pergunta como esta ordem surgiu. A teoria crítica, ao contrário da teoria de resolução de problemas, não leva em conta as instituições e relações de poder social concedido, mas os chama em causa em suas próprias origens e como e se eles podem estar em processo de mudança. Ela é direcionada para uma avaliação do próprio quadro de ação, ou problemático, que a teoria de resolução de problemas aceita como seus parâmetros. A teoria crítica é direcionada para o complexo social e política como um todo, em vez de as partes separadas. Por uma questão de prática, teoria crítica, como a teoria de resolução de problemas, toma como ponto de partida alguns aspectos ou especial esfera da atividade humana. Mas, enquanto a abordagem de resolução de problemas leva a outra subdivisão analítica e limitação do assunto a ser tratado, a abordagem crítica leva em direção à construção de uma imagem maior do todo de que a parte inicialmente contemplada é apenas um componente, e procura compreender os processos de mudança em que ambas as partes eo todo estão envolvidos. (Tradução Livre)

Feita essas duas considerações acerca dos modelos teóricos apresentados por Cox, cabe então tecer algumas observações sobre uma eventual aplicação destes modelos na construção da dimensão econômica do conceito de soberania política.

Tanto o modelo solução de problemas quanto o modelo crítico são válidos para construir a dimensão econômica do conceito de soberania política, contudo, sob a perspectiva de solução de problemas, dever-se-ia estabelecer um período específico na história econômica mundial e trabalhar no sentido de construir um conceito para refletir a ideia de soberania econômica especificamente neste período de tempo determinado, sendo pouco provável que este conceito tivesse aplicabilidade fora deste lapso temporal definido. Muito embora seja válido estabelecer um conceito que resolva a compreensão de um fenômeno em um momento especial, ou seja, que não esteja restrito a um determinado espaço de tempo e, para que isso seja possível a construção do conceito deve ser de forma tal a permitir que o mesmo esteja sujeito a mudanças na sua concepção, na medida em que as circunstâncias necessárias para construir o conceito forem sendo alteradas.

O modelo teórico crítico também foi analisado por Horkheimer (1972, p.211) que afirma:

Critical thinking is the function neither of the isolated individual nor of a sum-total of individuals. Its subject is rather a definite individual in his real relation to other individuals and groups, in his conflict with a particular class, and, finally, in the resultant web of relationships with the social totality and with nature. The subject is no mathematical point like the ego of bourgeois philosophy; his activity is the construction of the social present⁴⁵.

Com efeito, uma teoria de perspectiva crítica deve analisar não um indivíduo ou um grupo de indivíduos isoladamente, mas seu objeto deve ser a relação que faz interagir esses grupos de indivíduos. Como a relação entre os indivíduos e/ou grupo de indivíduos possui uma natureza dinâmica, está sempre sujeita a alterações das mais variadas naturezas, uma perspectiva crítica deve então atentar para a necessidade de se compreender as interações no

⁴⁵ O pensamento crítico não é a função nem do indivíduo isolado, nem de um montante total de indivíduos. Seu tema é sim um indivíduo definido em sua relação real com outros indivíduos e grupos, em seu conflito com uma classe particular, e, finalmente, na teia resultante das relações com a totalidade social e com a natureza. O assunto não é uma questão matemática como o ego da filosofia burguesa; a sua atividade é a construção do presente social. (Tradução Livre)

momento em que elas ocorrem e analisar as mudanças que tais interações passam a sofrer ao longo tempo, conforme as relações vão se formando e se desenvolvendo.

Traçando um paralelo entre o modelo teórico crítico e os modelos teóricos formais e tradicionais, Horkheimer (1972, p.223) afirma:

Critical theory is in contradiction to the formalistic concept of mind which underlies such an idea of the intelligentsia. According to this concept there is only one truth, and the positive attributes of honesty, internal consistency, reasonableness, and striving for peace, freedom, and happiness may not be attributed in the same sense to any other theory and practice⁴⁶.

Com efeito, os modelos teóricos tradicionais propõem uma natureza estática para diversos conceitos e essa concepção vai de encontro à concepção dinâmica do modelo teórico crítico. Definir um conceito sob a perspectiva do modelo teórico tradicional é torná-lo universal e absoluto, aplicável em um determinado momento em particular. Por outro lado, construir um conceito sob a perspectiva do modelo teórico crítico é definir de acordo com as circunstâncias existentes, de forma relativa, de forma com que o conceito possa manter a sua aplicabilidade ainda que as relações sociais tenham a tendência de sofrerem alterações ao longo do tempo.

A dimensão econômica do conceito de soberania política deve ser construída a partir da perspectiva do modelo teórico crítico e não do modelo teórico de solução de problemas.

Um conceito construído a partir de um modelo teórico solução de problemas será um conceito elaborado para atender necessidades específicas existentes em circunstâncias inerentes a momento particular, refletindo um contexto social determinado. Entretanto, embora seja possível construir um conceito utilizando este modelo teórico, o conceito final teria uma aplicabilidade restrita, ou seja, somente seria aplicável no caso da existência e permanência das circunstâncias analisadas, quaisquer alterações nestas premissas traz sérias implicações para o conceito construído, limitando a sua aplicabilidade.

⁴⁶ A teoria crítica está em contradição com o conceito formalista de espírito que está por trás dessa idéia da *intelligentsia*. De acordo com este conceito só existe uma verdade, e os atributos positivos de honestidade, coerência interna, razoabilidade, e luta pela paz, liberdade e felicidade não podem ser atribuídos no mesmo sentido para qualquer outra teoria e prática. (Tradução Livre)

Um conceito de soberania que incorpore uma dimensão econômica que utilizasse o método de solução de problemas identificaria as circunstâncias existentes em determinado momento histórico e promoveria um conceito que oferecesse uma definição para aquele quadro fático. Eventual mudança nessas circunstâncias e já haveria a necessidade de se construir um novo conceito que atendesse as novas características existentes. Com este modelo teórico, sempre que houver mudanças na realidade das relações econômicas internacionais, haverá a necessidade de reformular o conceito de soberania econômica, ou mesmo de se construir um conceito novo.

Com efeito, a dinâmica das relações econômicas no contexto internacional e a própria natureza da economia mundo é muito dinâmica, a cada momento novas características surgem, mais integração entre os agentes econômicos, novas cadeias globais se formam, alterando constantemente o contexto da economia internacional.

Desta feita, o conceito de soberania que incorporasse a dimensão econômica estaria sempre defasado, ou com sua aplicabilidade restrita a circunstâncias que já existiram e que atualmente não são mais como já foram.

Por essas razões, tem-se que a construção de um conceito para a soberania econômica deve seguir o modelo teórico crítico. Segundo este modelo teórico, um conceito deve ser construído com a premissa de que a realidade social, a qual o conceito faz parte, está permanente mudança, é uma realidade social muito dinâmica. A mudança faz parte da economia internacional e um conceito que busque explicar um determinado fenômeno deve permitir que essas mudanças não tragam impacto significativo na aplicabilidade do conceito.

Um conceito de soberania com sua dimensão econômica construído a partir de um modelo crítico considera as relações econômicas internacionais em sua essência, ou seja, com toda a sua dinâmica, permitindo que a aplicabilidade do conceito permaneça válida e mais, a própria noção de Estado, ainda que ocorra mudanças no que se considera efetivamente como Estado moderno enquanto membro da ordem mundial vigente, não inibe a aplicação de um conceito de soberania econômica elaborado mediante a aplicação do modelo teórico crítico.

Portanto, muito embora seja possível construir um conceito para a soberania econômica tanto pelo modelo teórico de solução de problemas quanto pelo modelo teórico crítico, este último se apresenta como o método mais adequado as necessidades de compreensão desse fenômeno, já que a sua aplicabilidade não é limitada e permite inserir dentro do conceito a possibilidade de mudança nas relações sociais que caracterizam o conceito construído.

Desta feita, a primeira possibilidade para a construção de um conceito de soberania econômica é a adoção de um modelo teórico crítico na sua elaboração.

4.4 – A consideração das características da estrutura da ordem mundial

A análise dos modelos históricos estruturais feita por Cox (1986) compreende estes como um retrato da configuração de forças que agem em um determinado grupo de indivíduos estabelecendo pressões e restrições que levam este mesmo grupo de indivíduos a agir de uma ou outra forma. Como afirma Cox (1986, p.218): *“Individuals and group may move with the pressure or oppose them, but can not ignore them”*⁴⁷.

No primeiro modelo histórico-estrutural Cox (1986, p.218) apresenta três diferentes tipos de forças que atuam dentro de um determinado grupo de indivíduos, quais sejam as capacidades materiais; ideias e instituições. São estas três forças que, agindo em conjunto, ou seja, de forma que cada força exerce influência sobre as demais, que promovem as pressões ou restrições nas ações desenvolvidas por este grupo de indivíduos. As capacidades materiais são inerentes ao desenvolvimento tecnológico e recursos naturais. Interessante observação feita por Cox (1986) é o fato de que a força advinda das capacidades materiais possui um potencial tanto produtivo quanto destrutivo. Com efeito, o incremento do poder tecnológico e de seus recursos naturais podem criar pressões para o desenvolvimento de um poderio militar, que faz com que determinado grupo de indivíduos tenha maior capacidade de

⁴⁷ Indivíduos e grupos podem mover-se com a pressão ou se opor a ela, mas não pode ignorá-la. (Tradução Livre)

pressionar outros grupos de indivíduos e, ao mesmo tempo, de resistir a tais pressões e restrições.

No que tange às ideais, estas podem se apresentar de duas diferentes espécies. A primeira mais subjetiva, diz respeito a noções inseridas no próprio comportamento de um grupo de indivíduos, tais como estes estejam organizados em Estados com um território definido. São ideias de natureza mais duradoura e estão mais afetas a um parâmetro de comportamento esperado. De outro lado as ideais podem ser também representadas pela percepção coletiva da ordem social promovida por cada grupo de indivíduo. Estas percepções estão mais voltadas para as relações de poder, noções de justiça e bens públicos. Interessante observar aqui que cada grupo de indivíduos possui a sua própria percepção coletiva da ordem social, o que pode trazer um conflito com a percepção de outro grupo de indivíduos. Neste sentido Cox (1986, p. 219) afirma:

The clash of rival collective images provides evidence of the potential for alternative paths of development and rises questions as to the possible material and institutional basis for the emergence of an alternative structure.⁴⁸

Quando uma percepção coletiva entra em conflito com outra, caminhos alternativos surgem e, com isso, há a possibilidade de se vir a construir uma estrutura histórica alternativa. Com efeito, as pressões e restrições advindas do modelo histórico-estrutural em relação a um grupo de indivíduos pode fazer com que eles aceitem tais pressões e passem a incorporar tais percepções da ordem social, ou ainda resistir a essas pressões e trazer com essa oposição uma possibilidade alternativa para o modelo histórico-estrutural vigente.

Por fim, a terceira espécie de força que age dentro de um modelo histórico-estrutural são as instituições. Estas seriam instrumentos com o objetivo de estabilidade e perpetuação das relações de poder. As instituições refletem a forma com as quais as relações de poder ocorrer na ordem mundial e busca estimular que os grupos de indivíduos permaneçam nesta ordem de relações de poder. Desta feita, cabe aqui então tecer uma interessante

⁴⁸ O choque das imagens coletivas rivais fornece evidências do potencial de caminhos alternativos de desenvolvimento e sobre questões quanto à possível base material e institucional para o surgimento de uma estrutura alternativa. (Tradução Livre)

comparação com a política de manutenção do *status quo* de Morgenthau (2003, p.89): *A política do status quo visa à manutenção da distribuição do poder que existe em um momento particular na história.* Como se pode denotar, as instituições, tais quais apresentadas por Cox, são, em verdade, um meio de se estabelecer a política do *status quo*, com a qual as relações de poder devem permanecer da maneira que se apresenta.

Ainda no que tange às instituições e a concepção trazida por Cox, outra comparação se faz cabível. Desta vez, a noção de instituição de Douglass North (1990, p.3) que compreende as instituições como sendo a regra do jogo, ou seja, um sistema de permissões e proibições de determinam o comportamento dos indivíduos, isolada ou coletivamente. Com efeito, ao determinar como os indivíduos podem se comportar, a tendência é que as relações de poder permaneçam na forma com qual foi estabelecida em sua origem, estimulando a sua perpetuação e inibindo eventuais mudanças mais significativas.

Neste sentido, Cox (1986, p.219) sustenta que sua noção de instituições é muito próxima do que Gramsci conceitua como hegemonia. Com efeito, instituições promovem maneiras de lidar com potenciais conflitos e evitar ou minimizar o uso da força, esta mais ligada à ideia das capacidades materiais.

Feita esta digressão acerca do modelo histórico-estrutural, Cox então apresenta a sua concepção no sentido de que tais modelos não são capazes de abranger todas as dimensões envolvidas nas interações entre os grupos de indivíduos, portanto, o modelo histórico-estrutural, nas bases em que foi construído, deve ser aplicado em relação às esferas de atividades, nas quais se deixa de ter um modelo abstrato e passa a ter um modelo mais objetivo, envolvendo a interação em três níveis, ou seja, através de três esferas de atividades distintas. Tais esferas de atividades seriam a ordem mundial; forças sociais e, por fim, as formas de Estado.

Essas três esferas de atividades estão inter-relacionadas (1986, p.222) :

The three levels are interrelated. Changes in the organization of production generate new social forces which, in turn, bring about changes in structures of states; and the generalization of changes in the structure of states alters the problematic of world order. For instance as E. H. Carr (1945) argued, the incorporation of industrial workers (a new social force) as participants within western states from

the late nineteenth century, accentuated the, movement of the states toward to economic nationalism and imperialism (a new form of state) witch brought about a fragmentation of the world economy and a more conflictual phase of international relations (the new structure of world order)⁴⁹.

Esta passagem demonstra bem como as interações entre grupos de indivíduos são dinâmicas, uma alteração em uma esfera de atividade repercute significativamente na outra esfera de atividade e assim sucessivamente. Para construir um conceito que abrigue esta realidade não há como adotar o modelo teórico de solução de problemas, pois este se limitaria em um único momento em especial, uma descrição estática de um fato. Por outro lado, com o modelo teórico crítico, a construção do conceito de soberania e sua dimensão econômica teria por objeto todo este cenário de interações dinâmicas, refletindo com mais objetividade a realidade das relações econômicas internacionais em uma ordem mundial hegemônica, conforme será tratado a seguir.

4.4.1– Hegemonia e Ordem Mundial

Depois de estabelecer um paralelo entre seus modelos histórico-estruturais com Carr, que, como visto no primeiro capítulo, aborda a questão da soberania unicamente sob o aspecto político, Cox traça um novo paralelo, desta vez com Keohane. Com efeito, Cox (1986, p. 225) passa a analisar o conceito de hegemonia e assim argumenta:

One effort to broaden the realist perspective to include variations in the authority of international norms and institutions is the theory of hegemonic stability which, as stated by Robert Keohane (1980) 'holds the hegemonic structures of power, dominated by a single country, are most conducive to development of strong international regimes , whose rules are relatively precise and well-obeyed⁵⁰.

⁴⁹ Os tres níveis estão interligados. Mudanças na organização da produção podem gerar novas forças sociais que, por sua vez, provocam alterações na estrutura dos estados; e a generalização de mudanças na estrutura dos estados altera a problemática da ordem mundial. Por exemplo, como EH Carr (1945) argumentou, a incorporação de trabalhadores industriais (uma nova força social) como participantes nos estados ocidentais do final do século XIX, acentuou o movimento dos estados em direção ao nacionalismo econômico e o imperialismo (uma nova forma de estado) que provocou uma fragmentação da economia mundial e uma fase mais conflituosa das relações internacionais (a nova estrutura da ordem mundial) (Tradução Livre)

⁵⁰ Um esforço para ampliar a perspectiva realista para incluir variações na autoridade de normas e instituições internacionais é a teoria da estabilidade hegemônica que, como afirma Robert Keohane (1980) 'mantém as estruturas hegemônicas de poder, dominado por um único país, são mais condutor para o desenvolvimento de fortes regimes internacionais, cujas regras são relativamente precisas e bem obedecidas. (Tradução Livre)

Interessante observar que a ideia de estabilidade hegemônica traz consigo a noção de manutenção das estruturas de poder, assim como fazem as instituições dentro do modelo histórico-estrutural de Cox, o que, em realidade, nada mais é da conservação da distribuição da parcela de poder dentro das relações internacionais, ou seja, a política do *status quo*, assim definida Morgenthau (2003, p.89).

Contudo, no que tange a hegemonia e a econômica internacional Cox (1986, p. 223) afirma:

Since states had a legitimate and necessary over role in national economic management, it became necessary both to multilateralize the administrative management of the international economic and to give in an intergovernmental quality. (...) The notion hegemony as a fit between power, idea and institutions makes it possible to deal with some one of the problems in the theory of state dominance as the necessary condition for a stable international order; it's allowed for lags and leads in the hegemony⁵¹.

Desta feita, o poder hegemônico propiciado pela internacionalização da economia fez com que a gestão da economia deixasse de ser uma atividade unicamente do governo nacional e passasse a ser uma atividade intergovernamental, ou seja, a gestão econômica passou a ser objeto de mais de um governo em sua gestão. Essa questão resta ainda mais clara quando Cox (1986, p. 225) a aborda pelo aspecto da interação das forças sociais:

Social forces are not to be thought of as existing exclusively within states. Particular social forces may overflow states boundaries, and world structures can be described in terms of social forces just as they can be described as configurations of state power. The world can be represented as a pattern of interacting social forces which states play an intermediate thought autonomous role between the global structure of social forces and local configurations of social forces within particular countries. This may be called a political economy perspective of the world: power is seen as emerging from social process rather than taken as given in the form of accumulated material capabilities, that is as the result of these process. In reaching for a political economy perspective, we move from identifying the structural characteristics of the world orders as configurations of material capabilities, ideas and institutions to explain their origins,

⁵¹ Desde que os estados tiveram um legítimo e necessário papel na gestão da economia nacional, tornou-se necessário uma plurilateralização da gestão administrativa da economia internacional para dar uma qualidade intergovernamental. (...) A noção de hegemonia como um ajuste entre o poder, idéia e instituições torna possível lidar com algum dos problemas da teoria do domínio do Estado, como condição necessária para uma ordem internacional estável; sua permissão para lags e leva na hegemonia. (Tradução Livre)

growth and demise in terms of the interrelationships of the tree levels of structures⁵².

O Estado, portanto, não tem a gestão exclusiva da economia em razão de haver forças sociais que interagem nos níveis global e local, gerando um processo o qual se materializa o poder do Estado, em maior ou menor escala, que atua intermediando esses dois níveis de forças sociais. Neste sentido, Cox (1986, p. 232) segue sua análise:

As the national economies become more integrated in the world economy, it was the larger and more technologically advanced enterprises that adapted best to the new opportunities. A new axis of influence linked international policy networks with the key central agencies of governments and with big business. This new informal corporative structure overshadowed the old more formalized national corporatism and reflected the dominance of the sector oriented to the world economy over more nationally oriented sector of a country's economy⁵³.

Com efeito, a integração da economia nacional à economia mundial fez com essas corporações multinacionais se adaptassem melhor a esta nova configuração das relações econômicas internacionais, redirecionando a gestão da economia da orientação nacional para a orientação mundial. Essa internacionalização do Estado se dá fundamentalmente pelo processo de internacionalização da produção, processo este que se dá mediante a integração do processo produtivo em escala transnacional. Cabe então ressaltar que a configuração da distribuição do poder na escala internacional reflete a posição que cada Estado ocupa no cenário mundial, sua capacidade

⁵² As forças sociais não devem ser consideradas como existentes exclusivamente no interior dos Estados. Forças sociais particulares podem transbordar limites dos estados e estruturas do mundo podem ser descritas em termos de forças sociais assim como elas podem ser descritas como configurações de poder do Estado. O mundo pode ser representado como um padrão de interação das forças sociais estatais que desempenham um papel autônomo em um pensamento intermediário entre a estrutura global de forças sociais e configurações locais de forças sociais dentro dos países em particular. Isso pode ser chamado de uma perspectiva de economia política do mundo: o poder é visto como emergindo do processo social, e não tomado como dado sob a forma de recursos materiais acumulados, isto é, como o resultado destes processos. Ao chegar para uma perspectiva de economia política, passamos a identificar as características estruturais das ordens mundiais como configurações das capacidades materiais, idéias e instituições para explicar sua origem, crescimento e morte em termos de inter-relações dos níveis da rede de estruturas. (Tradução Livre)

⁵³ À medida que as economias nacionais se tornam mais integradas na economia mundial, foram as maiores empresas e mais tecnologicamente avançadas que se adaptaram melhor às novas oportunidades. Um novo eixo de influência ligando redes de políticas internacionais com os órgãos centrais chave dos governos e com as grandes empresas. Esta nova estrutura corporativa informal ofuscou o velho corporativismo nacional mais formalizado e refletiu o domínio do setor orientado para a economia mundial sobre o setor mais orientada nacional da economia de um país. (tradução livre)

de influência em outras economias e sua capacidade de resistência e estas influências.

Feita esta digressão, Cox (1986, p. 239) então propõe três perspectivas para o futuro da ordem mundial.

Primeiramente há uma tendência para o surgimento de uma nova hegemonia baseada na estrutura global do poder social gerada pela internacionalização do Estado. Para que tal tendência efetivamente se concretize é necessário que haja uma consolidação do domínio do capital no nível internacional sobre o nível local, bem como a continuidade do processo de internacionalização da produção. Consequência desta tendência seria a promoção da estabilidade da economia mundial como elemento mais importante a ser atingido, para só então buscar soluções para as necessidades político-sociais internas. As forças sociais que eventualmente se opuserem a ordem mundial e sua estrutura global terminam por ser neutralizadas ou mesmo aliadas das interações globais pelo poder hegemônico. Um Estado aliado da estrutura global pelo poder hegemônico, tem sua capacidade material de desenvolvimento significativamente comprometida, podendo gerar uma estagnação econômica e social. Dificilmente poderá impor uma nova ordem mundial sob uma nova estrutura global alternativa, pois lhe faltará meios tanto. Desta feita, a perspectiva de uma estabilidade hegemônica centrada na manutenção da estrutura global estabelecida é o cenário mais crível.

Uma segunda possibilidade trazida por Cox diz respeito ao estabelecimento de uma estrutura global não hegemônica, composta por alguns Estados com maior parcela de poder, sem, contudo, deter um poder hegemônico isolado, mas um poder hegemônico coletivo, com o qual esses Estados se organizarão de forma a promover o capital internacional e conduzir a economia mundial em suas respectivas áreas de influência através de políticas econômicas. Desta feita haveria uma interação não apenas entre as forças internas de um Estado para com as forças externas, mas uma interação advinda das forças de um grupo de Estados com maior parcela de poder sobre as forças internas dos Estados com menor parcela de poder. Um relação centro (Estados com maior poder) e periferia (Estados com menor parcela de poder) se estabelece e, uma eventual união dos países periféricos levaria ao conflito com os interesses estabelecidos pelos Estados centro. Esta relação

entre Estados de centro e Estados periféricos é a base da compreensão da ordem mundial empreendida pelo sistema-mundo, que será objeto de análise no tópico a seguir.

A terceira e última possibilidade prevista por Cox, é a mais remota. Trata-se, em verdade, do surgimento de uma união advinda dos Estados de menor parcela de poder, ou seja, dos Estados periféricos, promovendo uma ordem mundial contra hegemônica, em oposição ao domínio estabelecido pelos Estados do centro. Seria então a construção de uma ordem mundial alternativa, oriunda da aliança entre os Estados periféricos, concentrando poder suficiente para desafiar o poder dos Estados do centro. Entretanto, essa ordem contra hegemônica somente se mostraria viável com um desenvolvimento contínuo da estrutura estatal no âmbito periférico. Seria assim um rompimento com a política do status quo, alterando a divisão das parcelas de poder no cenário internacional, mas de acordo com o previsto por Mersheimer (2001), segundo o qual os Estados não procuram manter a sua parcela de poder, e sim aumentar cada vez mais essa parcela, e no caso previsto por Cox, os Estados periféricos não se conformam com esta posição e buscam redesenhar os arranjos políticos internacionais com o intuito de aumentarem o seu grau de participação e influencia no cenário internacional.

Com efeito, a compreensão de um modelo teórico crítico, que busque compreender a existência de um determinado fenômeno e o aspecto dinâmico de suas interações dentro de uma estrutura global imposta por uma ordem mundial hegemônica e as forças sociais e instituições que agem nesta seara são elementos de fundamental importância para a construção de um conceito de soberania que incorpore a sua dimensão econômica.

Aliado a estes elementos, outra questão de extrema relevância para compreender a soberania econômica é a noção de sistema-mundo e suas implicações.

A ordem mundial vigente é, em suma, o reflexo da organização com a qual as relações internacionais estão organizadas, determina suas características e seus respectivos membros e como estes se comportam dentro desta ordem. Compreender a ordem mundial é, sobretudo, compreender como o mundo funciona, como se dão as interações existentes. Não por outra razão o estudo da ordem mundial sempre se mostrou presente nos debates e

produções acadêmicos, pois, da sua compreensão outros fatores podem ser observados e analisados, e não é diferente com a dimensão econômica do conceito de soberania política.

Com efeito, de acordo com o pensamento crítico das relações internacionais, a ordem mundial estabelecida se consubstancia um sistema-mundo, caracterizado pela existência de uma relação descrita como centro-periferia, na qual no centro estão os Estados cujo poder é dominante, seja o poder político ou econômico, e na periferia estão os Estados que não dispõem deste poder ou que dispõem de um poder pouco relevante para influenciar no sistema. Essa relação caracteriza uma dominação do centro sobre a periferia, de modo que a condução do sistema é determinada pelo centro e a periferia deve se adequar a tais diretrizes, lutando como lhe for possível para preservar seus interesses nacionais. Trata-se de uma estrutura que promove ou incentiva a existência de conflitos, pois os interesses do centro não são necessariamente os interesses periféricos e esses conflitos terminam por ser resolvidos mediante a dominação política ou econômica (Wallerstein, 2005).

Cabe ressaltar que o sistema-mundo não é um sistema meramente dual, ou seja, não necessariamente um Estado em particular ou está no centro ou está na periferia, esta relação é formada mediante níveis de poder nos quais quanto mais perto do centro estiver um Estado mais poderoso ele será, e quanto mais afastado menos poder dentro do sistema ele terá. Portanto, entre o centro propriamente dito e a periferia propriamente dita há um longo espaço no quais os Estados estão situados de acordo com o seu nível de poder dentro do sistema (Dunn; Grimes, 1995).

Diante deste contexto, a construção de um conceito para a soberania econômica nacional deve considerar as características da ordem mundial vigente. Com efeito, a localização de um Estado dentro do sistema-mundo e sua interação entre centro-periferia deve ser um elemento de muita importância na compreensão da dimensão econômica da soberania.

Quão mais ao centro estiver um Estado maior será o seu poder e, por consequência, maior será a sua capacidade de influenciar na forma com que o sistema se desenvolve. Ressalte-se que outra característica do sistema-mundo é a existência de uma economia-mundo, na qual todos os Estados fazem parte. Essa economia-mundo é determinada pelas diretrizes estabelecidas pelos

Estados do centro, ou seja, aqueles com maior capacidade de influenciar na condução da economia-mundo, restando aos Estados periféricos resistirem na medida de suas forças (Dunn; Grimes, 1995).

Pode-se então concluir de tais características que a posição de um Estado dentro do sistema-mundo revela a intensidade da dimensão econômica do conceito de soberania política. Desta feita, quanto mais ao centro estiver um determinado Estado maior será a sua dimensão econômica.

Por esta razão, a construção de um conceito de soberania com dimensão econômica não pode deixar de considerar a existência de uma ordem mundial, bem como as suas características fundamentais, o modelo de interações existentes entre os membros desta ordem e a forma com a qual as relações internacionais ocorrem dentro desta ordem mundial.

Desta forma, a segunda possibilidade para a construção de um conceito de soberania econômica nacional é considerar os elementos que formam a ordem mundial vigente.

4.5 – Expressão da moeda: referência internacional

A economia internacional reflete as transações econômicas realizadas ao longo das fronteiras nacionais, promovendo uma circulação de capitais, bens e serviços. Entretanto, existem diversas moedas em circulação dentro da economia mundial e as transações internacionais terminam por ter a necessidade de estabelecer uma moeda que se torne referência para a realização destas transações, bem como o estabelecimento de reservas internacionais.

Desta feita, emerge uma moeda dentro da economia-mundo que vai assumir o papel de estabelecer o padrão a ser seguido pelas relações econômicas internacionais, as reservas internacionais serão constituídas utilizando os padrões monetários desta moda, que passa a ser a moeda de referência internacional.

Com o estabelecimento de uma moeda de referência internacional, o que se cria é, de fato, uma hierarquia monetária internacional na qual a moeda de referência ocupa o espaço reservado no topo desta hierarquia, enquanto

que as demais moedas se posicionam em um espaço abaixo desta. Esta hierarquia monetária reflete em sua essência o grau de poder econômico das economias nacionais dentro da economia-mundo. Há uma economia que domina as relações econômicas internacionais de forma a determinar qual o padrão estas devem seguir, enquanto outras moedas devem ter uma relação de conversibilidade entre o valor que a moeda possui dentro de sua própria economia e o valor que ela possui na economia-mundo, sendo este último expresso de acordo com o parâmetro determinado pela moeda de referência internacional. Além disso, quem tem a moeda de referência internacional é financiado pelos demais Estados, que constituem suas reservas internacionais nesta moeda. Com isto o Estado em questão passa a dispor de recursos para promover as mudanças e ajustes na sua economia necessários para sustentar sua hegemonia.

Esta hierarquia monetária materializa uma correlação de forças entre os Estados na economia-mundo. Com efeito, aquele que detém a moeda de referência internacional detém maior força econômica e certamente estará no centro do sistema. As demais moedas terminam por ter menor influência dentro da economia-mundo e, portanto, esses Estados detém menor força econômica dentro do sistema, estando assim posicionados entre o centro e a periferia, de acordo com o nível de influência de sua moeda no mercado internacional.

A moeda de referência internacional é um elemento importante na construção do conceito de soberania com uma dimensão econômica, pois, uma vez que um Estado consegue fazer com que a sua moeda seja o padrão de referência adotado pelas transações econômicas adotadas dentro da economia-mundo, ele se coloca no topo da hierarquia monetária e essa condição certamente lhe proporcionará um nível de soberania econômica maior que os demais.

Desta forma, o conceito de soberania com uma dimensão econômica deve considerar o nível de influência da moeda de um Estado na economia mundial, sendo certo que há uma relação lógica entre esta influência e o seu nível de soberania econômica. Essa decorrência advém do processo de que para um Estado transformar a sua moeda em referência internacional ele deve inicialmente dominar os mercados considerados relevantes para a economia

mundial, assim ele aumenta a sua capacidade de influência e, por consequência, passa a ter um nível de soberania econômica maior.

Contudo, há uma questão que intriga com relação a uma construção de um conceito para a dimensão da econômica soberania e a sua relação com a moeda de referência internacional. Com efeito, até aqui, foi visto que uma moeda nacional pode ocupar esse espaço de referência e assim se impor como parâmetro internacional das transações econômicas, entretanto, nesse caso, o quadro analisado aparece apenas com Estados nacionais e suas respectivas moedas e a posição de cada uma dentro da hierarquia monetária internacional.

Outro cenário também é possível e merece destaque, sendo este referente à integração monetária. Neste cenário, dois ou mais Estados fazem uma opção político-estratégica de estabelecer uma moeda em comum, formando um verdadeiro bloco econômico. Com este cenário de integração monetária, a análise da soberania pela sua dimensão econômica deverá ser feita sob dois aspectos. O primeiro, sem maiores problemas, se refere a posição que a moeda única terá dentro da economia-mundo com relação as demais moedas existentes, aplicando-se o mesmo raciocínio do cenário anterior.

Problema maior se apresenta quando se propõe a investigar como compreender a soberania em seu aspecto econômico dentro dos Estados que adotam a moeda em comum, entre os membros de um bloco econômico monetariamente integrado.

Segundo Dent (1997, p.77) os benefícios do mercado único podem ser estabelecidos através das reduções das despesas em função da geração de economias de escala, a melhoria da eficácia em função da criação de um ambiente mais competitivo, o surgimento de novos modelos de concorrência com novas práticas de mercado. Em paralelo a estes benefícios, destaca ainda a existência de custos, como a necessidade de readaptação de instituições públicas e privadas, um ambiente de mercado hostil, em função do nível cada vez mais forte de competitividade entre empresas, as estratégias para sobrevivência neste ambiente pode gerar sérias consequências danosas para o mercado único em si; a tendência de fortalecimento e desenvolvimento do mercado único através de um sistema de centro periferia, no qual, dentro do

próprio mercado único, determinadas regiões se beneficiariam muito mais que outras, provocando um desequilíbrio na harmonia da união econômico-monetária.

É preciso investigar em que grau de concretude e realização esses custos e benefícios ocorrem e estabelecer uma correlação direta entre ambas às grandezas para verificar qual delas prevalece e em que medida, tanto uma quanto outra, repercutem na dimensão econômica da soberania dos Estados inerentes a integração monetária.

Dent (1997, p.95) traz ainda a lição de que a união monetária pode ser vista através de quatro modelos, quais sejam a união monetária em sentido estrito, na qual a adoção de uma moeda comum; união de taxas de cambio, que consiste na criação de uma área na qual seus integrantes fixam uma taxa de cambio uniforme em suas respectivas operações econômicas; união de livre intercirculação, para estabelecer a livre circulação de moedas entre os participantes e, união de moedas paralelas, na qual moedas estrangeiras passam a disputar o mercado interno de outros Estados.

É notório que, qualquer que seja o modelo adotado, há uma nítida repercussão na compreensão da dimensão econômica da soberania.

Neste sentido, Dent (1997, p.102), analisando os custos da união econômico-monetária, argumenta que a perda de soberania se materializa em dois elementos fundamentais. O primeiro, na incapacidade de reação dos Estados nacionais diante de questões potencialmente prejudiciais, em função de uma “dissolução da autodeterminação” na condução de políticas econômicas, ou seja, como os Estados nacionais não mais detêm a atribuição para conduzir suas políticas econômicas, ficam vulneráveis a fatores externos que lhes sejam negativos. Em segundo lugar, a perda da soberania se reflete a supressão do uso das taxas de cambio como instrumento político macroeconômico. Isso em função das taxas cambiais serem elementos dotados de natureza extrafiscal, que pode ser usada para estimular ou controlar o crescimento da economia, diante de outras economias que atuam no mercado interno. Sem este instrumento, economias externas podem atuar livremente, estabelecendo um embate direto com a economia nacional, sem que os Estados nacionais tenham um controle imediato deste embate.

Portanto, a integração monetária repercute não apenas na capacidade da moeda em se inserir como referência internacional, como também na própria capacidade dos Estados em adotarem uma política macroeconômica de anti-estrangulamento, como meio de defesa e proteção de seus interesses econômicos nacionais, conforme será mais detalhadamente analisado adiante.

Com efeito, em um cenário de integração monetária, com diversos Estados e uma única moeda, a compreensão da soberania econômica deve partir da análise do comando político do bloco, pois, muito embora o bloco seja único, dentro dele existem Estados com maior poder, tanto político quanto econômico, que possuem maior capacidade de determinar quais as diretrizes políticas e econômicas que serão adotadas pelo bloco, assim, o quão maior for o poder político dentro do bloco, maior será a sua soberania econômica.

Em um cenário hipotético em que a moeda comum alcance a posição de referência internacional, a hierarquia monetária colocará o bloco no topo da escala da soberania econômica, entretanto, será possível analisar dentro do bloco, qual posição cada Estado-membro efetivamente está posicionado e, por consequência, a posição de sua soberania econômica. A moeda de referência internacional é a expressão da força econômica de um Estado dentro do sistema-mundo no qual se insere a economia-mundo.

Portanto, a terceira possibilidade para a construção de um conceito de soberania que incorpore uma dimensão econômica reside na análise dos fatores inerentes ao estabelecimento de uma moeda como referência internacional e a capacidade das demais moedas interferirem na economia mundial.

4.6 - Nível de vulnerabilidade externa

A economia internacional está inserida em uma ordem mundial que é caracterizada por um sistema no qual há uma relação entre Estados que dominam esse sistema, ocupando uma posição mais ao centro e Estados que são dominados e ocupam uma posição mais periférica no sistema.

Essa relação entre Estados mais ao centro e os Estados periféricos no sistema se dá de forma que os primeiros exercem pressões, políticas e

econômicas, sobre os demais, influenciando assim na maneira com o qual o sistema-mundo vai se desenvolvendo.

O nível de influência que um Estado sofre com pressões advindas de outros Estados é tido como a sua vulnerabilidade externa. Trata-se, em essência, do modo como a economia nacional se comporta diante das pressões que a própria economia-mundo exerce sobre esses Estados. Quão mais influenciável for uma economia nacional maior será o seu grau de vulnerabilidade externa. Com efeito, essa influência advinda das pressões externas na economia nacional pode ser analisada por duas óticas. A primeira, mais expressiva, diz respeito à intensidade com que as pressões externam atingem a economia nacional, ou seja, se a economia nacional fica totalmente exposta e cede integralmente aos objetivos das pressões advindas do contexto internacional ou se consegue ainda promover alguma espécie de resistência no sentido de ceder apenas em parte às pressões. Outra ótica a respeito da vulnerabilidade externa diz respeito ao aspecto temporal. Com efeito, as pressões econômicas internacionais podem necessitar de tempo para poder influenciar na economia nacional de um determinado Estado, desta feita, cabe analisar se a influência sofrida por uma economia nacional se materializa de forma mais imediata ou se encontra alguma resistência e leva mais tempo para alcançar integralmente seus objetivos.

Desta feita, a vulnerabilidade externa de uma determinada economia nacional é identificada a partir da intensidade sofrida por parte das pressões externas, bem como pela rapidez com que as pressões atingem a economia nacional. Com efeito, quão menor for a cessão às pressões internacionais e quanto mais tempo for necessário para que essas pressões de fato influenciem na economia nacional, menor será a sua vulnerabilidade externa. Já no que tange a sensibilidade de uma economia nacional, diante da pressão de fatores externo, diz respeito ao custo a ser suportado pelo Estado para implementar políticas anti-estrangulamento, ou seja, antes de optar por qual política econômica a ser implementada, deve avaliar os custos e os possíveis retornos que essa política pode trazer, assim, quanto mais opções políticas houver, menor será a chance de haver altos custos a serem suportados.

Com efeito, há uma relação intrínseca entre a vulnerabilidade externa e à dimensão econômica da soberania nacional. Pode se dizer que um é o efeito reverso do outro. Pois há uma relação inversa entre ambas, já que uma economia nacional com um grau de vulnerabilidade externa muito alto deverá ter uma soberania econômica muito baixa e, ao revés, um grau de vulnerabilidade externa baixo significa uma soberania econômica forte. A vulnerabilidade externa é a sombra da soberania econômica. São, de fato, os dois lados de uma mesma moeda.

Portanto, uma análise do contexto da vulnerabilidade externa de uma determinada economia nacional é fundamental para a compreensão e construção de um conceito teórico de soberania econômica. Através da análise da vulnerabilidade externa é possível então encontrar a intensidade da soberania econômica de um Estado, possibilitando assim posicionar determinado Estado dentro da ordem mundial de acordo com a força de sua soberania econômica. Considerando a ordem mundial vigente, os Estados com menor vulnerabilidade econômica estariam mais posicionados ao centro do sistema, já aqueles situados junto a periferia apresentariam maior grau de vulnerabilidade externa.

Desta feita, outra possibilidade para a construção teórica de um conceito de soberania econômica é tecer considerações e análises a partir da noção de vulnerabilidade externa da economia nacional.

4.8 – Capacidade de impor políticas anti-estrangulamento

Seguindo o raciocínio desenvolvido com relação à vulnerabilidade externa, outro ponto que sobrepõe em interesse para a construção de um conceito para a soberania econômica é a capacidade de imposição de políticas anti-estrangulamento por parte de uma economia nacional diante das pressões exercidas pela economia internacional.

Com efeito, a vulnerabilidade externa relaciona-se com o nível de exposição o qual a economia nacional está diante da economia internacional. Por outro lado, a imposição de políticas anti-estrangulamento refere-se justamente à capacidade de uma economia nacional resistir às pressões

externas, utilizando mecanismos para proteger seus interesses econômicos nacionais.

Estes mecanismos são as políticas anti-estrangulamento. Essas políticas são inerentes ao próprio desenvolvimento econômico nacional, com o intuito de deixar a economia nacional menos dependente ou menos suscetível às crises e conjunturas adversas da economia internacional. Tais mecanismos como o uso político da taxa de juros ou do câmbio monetário também são formas de se proceder as políticas anti-estrangulamento e opor resistências às pressões da economia internacional.

Quanto mais um Estado desafiar o sistema com políticas anti-estrangulamento maior será o seu custo e cabe então analisar se há uma compensação entre os benefícios trazidos pela adoção destes mecanismos e o custo por eles trazido.

Especificamente com relação ao custo inerente à capacidade de impor políticas anti-estrangulamento, Gonçalves (2005, p.19) afirma:

Há, também, os problemas referentes às opções e aos custos de se contrapor à influência das variáveis externas. (...) A resistência a fatores desestabilizadores externos é exercida, geralmente, com o uso de políticas macroeconômicas tradicionais – políticas monetárias, cambial e fiscal. Os governos, também, podem usar controles diretos sobre os fluxos de capital e sobre as operações subsidiárias de empresas transnacionais. Há, ainda, a opção do uso da política comercial para enfrentar os problemas criados pela dinâmica do sistema mundial do comércio. Assim, a vulnerabilidade externa é tão maior quanto menores forem os custos do processo de ajuste.

Com efeito, a adoção de políticas macroeconômicas como instrumentos de resistências as pressões econômicas externas traz para o Estado um custo político e também econômico, fazendo com que o Estado deve avaliar qual o impacto dessas políticas na economia mundial e repercussão que terá para ter um quadro em que seja possível avaliar os possíveis ganhos com os custos inerentes a estes.

Como visto, existem diversas políticas anti-estrangulamento que podem ser adotadas por um Estado como forma de resistir aos fatores de desestabilidade da economia mundial, contudo, nem sempre todas estas opções se mostram disponíveis ao Estado, muitas vezes é possível que haja viabilidade de impor uma determinada política macroeconômica para defender

seus interesses nacionais, mas não há viabilidade de se implementar outras políticas além dessa. Há de se indagar quais as opções de políticas anti-estrangulamento viáveis para um determinado Estado defender seus interesses econômicos, dentro das pressões da economia mundial. Com efeito, é certo que quanto maior forem as suas opções disponíveis, maior será a sua capacidade de opor resistência. Em um segundo momento há de se observar os custos inerentes à implementação dessas políticas. Do mesmo modo, quanto maior for o custo, político e econômico, para por em prática tais políticas macroeconômicas, menor será a sua capacidade de resistir às intempéries da economia mundial.

Desta feita, a capacidade de resistir às pressões externas e defender seus interesses econômicos mediante a adoção de políticas anti-estrangulamento deve ser medida a partir da relação entre as opções disponíveis e o custo destas, numa relação inversamente proporcional na qual quanto maior for as opções e menor for os custos para a implementação destas, maior será a capacidade do Estado em defender seus interesses econômicos nacionais e resistir às pressões advindas do contexto econômico internacional.

Com esta análise, é possível então estabelecer uma relação entre a capacidade de um Estado opor resistência às pressões econômicas externas mediante a adoção de políticas anti-estrangulamento e a construção de um conceito de soberania com uma dimensão econômica. Com efeito, essa capacidade de resistência pode ser concebida como um exercício de sua soberania com uma dimensão econômica, no sentido de que a intensidade da soberania estaria relacionada com o grau de capacidade de implementação de políticas macroeconômicas de anti-estrangulamento. Quanto maior for a capacidade de resistência, maior seria a dimensão econômica da soberania do Estado. Dentro da ordem mundial vigente e considerando esses aspectos, também seria possível estabelecer que os Estados que detivessem maior capacidade de adoção de políticas anti-estrangulamento estariam mais posicionados ao centro do sistema, com um nível de soberania na sua dimensão econômica maior, ao passo que, por outro lado, os Estados periféricos apresentariam uma capacidade de resistência muito reduzida, ou

mesmo inexistente, apresentando um nível de soberania na sua dimensão econômica muito baixo.

A capacidade de resistência de um Estado às pressões advindas da economia internacional e a sua vulnerabilidade externa são duas características que estão intimamente ligadas, porém, não se confundem. A vulnerabilidade externa está relacionada com o nível de exposição da economia nacional frente às pressões econômicas externas, já a capacidade de adotar políticas anti-estrangulamento está relacionada com o nível de resistência a estas mesmas pressões.

Ante essas considerações, outra possibilidade para a construção teórica de um conceito para a soberania econômica nacional está voltada para o estudo da capacidade de adoção de políticas anti-estrangulamento.

Conclusão

Introduzimos a presente tese com a apresentação da seguinte pergunta: quais são as possibilidades de análise da dimensão econômica da soberania e sua relação com a dimensão política, conforme foi sugerido por Carr?

A relação entre política e economia não é algo novo, ao revés, contudo, ao longo da evolução das relações sociais e internacionais, essa relação foi pouco a pouco mudando de características, promovendo uma inversão de valores no concernente à relevância de uma e de outra dentro daquelas relações. Em um primeiro momento, quando do estabelecimento do sistema de Westfália, a política era o elemento mais forte nas relações internacionais, o poder político detinha maior força, ao passo que a economia ficava em um segundo plano, compondo o poder o nacional com um papel mais secundário.

Contudo, a ordem mundial vigente foi se transformando ao longo do tempo e as relações econômicas passaram a ficar cada vez mais intensas, ao ponto de promover a globalização econômica, na qual fatores econômicos internacionais passaram a agir à revelia do controle nacional estatal e ignorando as fronteiras territoriais. Com essa nova ordem mundial moldada sob essas características, as relações sociais e internacionais passaram a ter na economia o seu elemento de maior relevância, relegando o poder político a um segundo plano, na composição do poder nacional. Tanto assim o é, que a economia passou a ser a referência do poder de um Estado, ou seja, quanto mais forte for a economia nacional, maior será o poder político nacional. A prioridade, portanto, passou a ser o desenvolvimento econômico nacional como forma de consolidação do poder político nacional e assim determinar a posição que o Estado ocupa dentro da ordem mundial vigente.

Há, portanto, uma inegável relação entre o aspecto político da soberania e o seu aspecto econômico. São, na verdade, dois lados da mesma moeda, a soberania se expressa tanto na sua forma política quanto na sua forma econômica. A soberania é a expressão do poder, e este, tanto é político quanto

econômico e, ambos, uma vez conjugados, consubstanciam o poder nacional de um Estado nas relações internacionais.

Por conseguinte, parece ser positiva a resposta para a primeira indagação: existiriam, de fato, ligações entre os aspectos político e econômico da soberania.

Contudo, um lado desta moeda é amplamente estudado. A soberania política é pauta de muitas análises, sob diversas perspectivas, porém, o outro lado desta moeda aparece com uma carência de análise teórica. A dimensão econômica da soberania, apesar de toda a relevância que a economia internacional dispõe sobre a ordem mundial e suas relações internacionais, não foi objeto de maior análise e isso se materializa com a ausência de uma análise teórica que possa definir o que exatamente deve ser entendido como a dimensão econômica da soberania.

É, precisamente neste ponto, que se adentra na segunda indagação proposta: quais as possibilidades e dificuldades para a análise da dimensão econômica da soberania?

As dificuldades já se iniciam com a própria ausência de um conceito prévio ou mesmo de uma base teórica que possa iniciar essa construção. Com efeito, uma vez que já existisse um conceito primitivo de dimensão econômica da soberania, que apenas não mais se aplicasse inteiramente as circunstâncias vigentes nas relações sociais e internacionais, a construção de um novo conceito que melhor atendesse as novas circunstâncias já teria um ponto de partida, seria, em verdade, a busca por uma adaptação dos conceitos à nova realidade histórica. Entretanto, quando não se tem nem um conceito inicial ou primitivo, é necessário construir não apenas o conceito, mas determinar sobre qual base teórica esse conceito será construído, quais elementos devem fazer parte desse conceito e como ele vai refletir precisamente as características do que ele se propõe a definir.

As possibilidades então para a construção de um conceito de soberania que apresente uma dimensão econômica residem inicialmente na escolha da base teórica a ser utilizada. Com efeito, a adoção da teoria crítica se mostrou mais adequada a este propósito, já que a dinâmica das relações econômicas internacionais é muito intensa e necessita que um conceito que reflita essa dinâmica seja um conceito aberto, permitindo assim que haja mudanças nas

características das relações econômicas internacionais sem que o conceito perca a sua validade ou capacidade de expressar a definição de soberania econômica, ao contrário do que ocorreria se adotássemos um modelo teórico tradicional, que busca solucionar um problema localizado em um determinado momento histórico, sendo estático, capaz apenas de expressar a definição de soberania econômica se consideradas determinadas circunstâncias então existentes. Uma vez que essas circunstâncias se modifiquem, o conceito assim construído perderia a sua validade.

Com a opção por uma teoria crítica, a possibilidade para a construção do conceito da dimensão econômica da soberania se volta então para a consideração do elemento referente à ordem mundial vigente. O sistema-mundo atualmente é a forma com a qual a ordem mundial está estabelecida e significa uma relação entre Estados que estão em uma posição central dentro deste sistema de um lado e Estados que estão em uma posição mais periférica de outro, de modo semelhante com que trata a teoria das elites. A posição central do sistema é mais vantajosa, todos os Estados desejam uma posição ao centro e quanto mais ao centro melhor já que, a proximidade com o centro determina a intensidade de seu poder no sistema e, por consequência, essa estrutura da ordem mundial deve ser considerada na construção do conceito de soberania econômica.

Considera-se, portanto, o modelo teórico crítico e a ordem mundial vigem como dois elementos fundamentais para a compreensão da dimensão econômica da soberania. Entretanto, tendo como base estes dois elementos, foi possível identificar outras possibilidades a serem incorporadas em um conceito teórico para a dimensão econômica, tal qual visto no quarto capítulo desta tese.

A moeda, por exemplo, pode ser um elemento a ser incorporado, pois, dentro da ordem mundial estabelecida, uma moeda acaba por assumir um papel de referência internacional, que determina os parâmetros das transações econômicas internacionais e é adotada como moeda para o estabelecimento de reservas internacionais. O fato é que o Estado que consegue fazer de sua moeda a referência internacional, se posiciona em uma situação de domínio dentro da economia mundial e ocupa o posto de maior grau de soberania do ponto de vista econômico.

Do mesmo modo pode ser considerada as possibilidades de se construir um conceito de soberania econômica a partir da capacidade de impor políticas anti-estrangulamento.

Com efeito, deste elemento base se pode analisar quais instrumentos macroeconômicos estão a disposição do Estado para serem utilizados de forma a proteger os seus interesses econômicos nacionais e fazer valer, o quanto possível, a sua própria economia em detrimento das pressões advindas da economia mundial. Com esta base, uma primeira análise restaria sob o aspecto quantitativo, que a soberania do ponto de vista econômico dependeria do número de opções políticas anti-estrangulamento de que um Estado dispõe: quanto maior o número de políticas a disposição, maior a sua soberania do ponto de vista econômico. Uma segunda análise seria concernente à eficácia destas políticas anti-estrangulamento já que, muito embora um determinado Estado tivesse apenas um único instrumento macroeconômico ao seu dispor, este pode ser mais eficiente, proteger melhor os interesses econômicos nacionais do que outros dois ou três instrumentos juntos e, há de se considerar ainda, não apenas a intensidade das pressões oriundas dos agentes econômicos internacionais, mas também a forma com que essa pressão é exercida, pois é possível que um Estado seja mais capaz de impor uma política anti-estrangulamento para uma determinada pressão que outra.

O outro lado da capacidade de resistir aos elementos externos da economia mundial mediante a adoção de instrumentos macroeconômicos é, justamente, analisar a noção de vulnerabilidade externa de um Estado. Esta significa o quão exposto está um Estado mediante a existência de elementos oriundos do exterior, qual o impacto produzido dentro do Estado por questões internacionais. Importante frisar que a vulnerabilidade externa não se confunde com a capacidade de impor políticas anti-estrangulamento. Na vulnerabilidade externa o objeto de análise é uma relação “de fora para dentro”, ou seja, o quanto os fatores externos influenciam a economia nacional. Já a capacidade de impor políticas anti-estrangulamento é inerente a uma relação “de dentro para fora”, ou seja, o quanto um Estado é capaz de defender e resistir em nome de seus interesses econômicos diante de fatores de pressão externos.

Portanto, é possível incorporar ao conceito de soberania do ponto de vista econômico a análise da vulnerabilidade externa de uma economia

nacional. Quanto mais baixo for o índice de vulnerabilidade externa mais soberano economicamente será o Estado.

Portanto, a construção de um conceito de soberania que incorpore efetivamente a dimensão econômica deve advir de uma análise sistêmica que considere: a) um modelo teórico crítico; b) a ordem mundial vigente; c) a expressão da moeda e a sua referência internacional; d) a capacidade de impor políticas macroeconômicas; e e) o nível de vulnerabilidade externa do Estado e sua economia nacional.

Esta análise, obviamente, não se pretende exaustiva. A construção de um conceito de soberania que incorpore a dimensão econômica exige elaboração coletiva e tempo. Mas a natureza dos elementos aqui considerados sugere fortemente que sua presença na análise da dimensão econômica é essencial.

Bibliografia

Albuquerque, J. **Relações Internacionais Contemporâneas**. Ed. Vozes, 1ª edição, 2005.

Arcy, F. **União Européia: instituições, políticas e desafios**. Ed. Konrad Adenauer, 1ª edição, 2005.

Arrighi, G., Silver, B., and Brewer, B. Industrial Convergence, Globalization, and the Persistence of the North-South Divide, **Studies in Comparative International Development**, Spring 2003, Vol. 38, No. 1, pp. 3-31.

_____. **O longo século XX**. Editora Contraponto/Unesp, São Paulo, 1ª edição, 1996.

_____. **Caos e Governabilidade no moderno sistema mundial**. Editora Contraponto/UFRJ, Rio de Janeiro, 1ª edição, 2001.

_____. The Stratification of the World Economy: an exploration of the semiperipheral zone. **Review**, volume X, nº 1, 1986.

Babones, S. The country level income structure of the world economy. **Journal of world economy research**, XI, I, July, 2005, pp. 29-55.

Bair, J. Global Capitalism and Commodity Chains: Looking Back, Going Forward. **Competition & Change**, Vol. 9, No. 2, June 2005 153–180.

Belluzzo, L. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In TAVARES, M; FIORI, J.L; (Org.) **Poder e dinheiro**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1997.

Boatca, M. Semiperipheries in the World-System: Reflecting Eastern European and Latin American Experiences, **Journal of world economy research**, XII, II, December, 2006, pp. 321-346.

Bobbio, N. **Dicionário de política**, vol 1. Editora UNB, Brasília, 11ª edição, 2001.

Bull, H. **A sociedade Anárquica**. Ed. UNB, 1ª ed., 2002.

Carr, E. **Vinte anos de crise**, Ed. UNB, 1ª ed., 2002.

Castells, E. **A Sociedade em Rede**, Ed. Paz e Terra, 2006.

_____. **Para o Estado Rede: Globalização Econômica e Instituições Públicas na era da informação**, Ed. Paz e Terra, 1999.

Cox, R. Social Forces, States and world orders: beyond international relations theory. In **Neorealism and its critics** by Keohane, R. Columbia University Press, pp. 204-254, 1986.

Dantas, A. Comportamento macroeconômico e ajuste estrutural, *in* Sobreira, R. & Ruediger, M.(org) **Desenvolvimento e construção nacional: política econômica**, 165-180, FGV editora, 2005.

Dent, C. M. **A economia europeia: o contexto global**. Instituto Piaget: Lisboa, 1997.

Dunn, C. & Grimes, P. World-systems analysis. **Annual Revue of Sociology**, 1995, pp. 387-417 .

Edwards, S. The relationship between exchange rates and inflation targeting revisited: **NBER Working Paper** No. 12163 April 2006.

Eichengreen, B. Global imbalances and the lessons of Bretton Woods: **NBER Working Paper** No. 10497 May 2004 JEL No. F0, F3, N0.

Ferrari Filho, F. Comércio internacional e abertura econômica *in* Sobreira, R. & Ruediger, M.(org) **Desenvolvimento e construção nacional: política econômica**, 129-144, FGV editora, 2005.

Fiori, J. Estado, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, J. L. (Orgs.) **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.

Garcia, M & Didier, T. Taxa de juros, risco cambial e risco Brasil. **Pesquisa e planejamento econômico** | ppe | v.33 | n.2 | ago 2003.

Gereffi, G. International trade and industrial upgrading in the apparel commodity chain. **Journal of International Economics** 48 (1999) 37–70.

_____ A Commodity Chains Framework for Analyzing Global Industries: Duke University, 1999.

_____ Introduction: Globalisation, Value Chains and Development: **IDS Bulletin** Vol 32 No 3 2001.

_____ Local clusters in global chains: the causes and consequences of export dynamism in Torreon's blue jeans industry. **World Development** , Vol 29, N 11, pp 1885 – 1903, 2001 Elsevier Science Ltd.

_____ The governance of global value chains. **Review of International Political Economy** 12:1 February 2005: 78–104.

_____ The Global Apparel Value Chain: What Prospects for Upgrading by Developing Countries? **United Nations Industrial Development Organization**, Vienna, 2003.

_____ Commodity Chains and Global Capitalism, **Competition & Change**, Vol. 9, No. 2, June 2005 153–180 1994.

Gilpin, R. **Economia Política das relações Internacionais**, Ed. UNB, 2002.

Gonçalves, R. **Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1ª edição, 2005.

_____ . **Globalização econômica e vulnerabilidade externa**. Trabalho apresentado no Seminário “Economia Global, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável”, Colégio do Brasil e Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1998.

Gonçalves, W. **Relações Internacionais**. Editora Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1ª Edição, 2002.

Held, D et All; **Global transformations: Politics, Economics and Culture**, Stanford University Press, 1999.

Hicks, J. **Uma teoria da História Econômica**, Editora Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1ª Edição, 1972.

Hirst, P. & Thompson, G. **A globalização em questão**. Ed. Vozes, 1ª edição, 2002.

Hopkins, T. & Wallerstein, I. Commodity chains in world economy in prior 1800. **Review** 10 (1) : 157-170, 1986.

Horkheimer, M. **Traditional and Critical theory**. Continuum Press, 1972.

Hunt, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Ed. Campus, 2005.

Kees, T. The regional reography of the world-system: external arena, periphery, semi-periphery, core. (**Utrecht: KNAG**), 1992, pp. 36-45.

Keohane, R. **Power and Governance in partially globalized world**, Ed, Routledge, 2002.

_____ **After Hegemony, Cooperation and Discord in the World Political Economy**, Ed. Princeton University Press, 1984.

_____ International Economics and International Politics: A Framework for Analysis. **International Organization**, Vol. 29, No. 1, World Politics and International Economics (Winter, 1975), pp. 3-36.

_____. International institutions: Can interdependence work? **Foreign Policy Review**; Spring 1998; 110; ProQuest Central pg. 82.

Kindleberger, C. **World Economic Primacy: 1500 to 1990**. Oxford University Press, New York, 1ª edição, 1996.

_____. **The world in depression 1929 – 1939**, University of California Press, 1ª edição, 1986.

Kupfer, D. Política industrial, infra-estrutura e inovação, *in* Sobreira, R. & Ruediger, M.(org) **Desenvolvimento e construção nacional: política econômica**, 129-144, FGV editora, 2005.

Lee, R. The modern world-system: its structures, its geoculture, its crisis and transformation, in Wallerstein, I. **The problem of the world: system, scale and culture**. Duke University Press, 1ª edição, 2011.

Lima, G. Comércio internacional e abertura econômica, *in* Sobreira, R. & Ruediger, M.(org) **Desenvolvimento e construção nacional: política econômica**, 39-62, FGV editora, 2005.

Maldonado Filho, E. Notas sobre a Teoria Monetária e do Juro em Marx. **Revista ANPEC**, n. 3, ago. 1997, p. 55-69.

Marx, K. **O capital**. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Mersheimer, J. **The Tragedy of Great Powers**. Ed W. W. Norton & Company, 2001.

_____. The false of international institutions. **International Security Review**, winter 1994/95 (vol. 19, nº 3) pp 5-49.

_____. Imperial by Desing. **The National Interest**, nº 111, Jan/fev 2011.

Medeiros, c. & Serrano, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: Fiori, J. L. (Orgs.) **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.

Metcalf, J.S., Foundations of Technology Policy - Equilibrium and Evolutionary Perspectives, in P. Stoneman, P. Dasgupta and R. Nelson (eds.), **Handbook in the Economics of Innovation**, Blackwell. 1994.

Metri, M. poder, moeda e riqueza na europa medieval. **Tese de doutorado IE/UFRJ**, disponível em:

http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/teses/2007/poder_moeda_e_riquez_n_a_europa_medieval.pdf Acessado em 11/05/2013.

Moretti, F. World-systes analysis, evolutionary theory, in Wallerstein, I. **The problem of the world: system, scale and culture**. Duke University Press, 1ª edição, 2011.

Morgenthau, H. **A política entre as nações**. Ed. UNB, 6ª ed., 2003.

Mosca, G. Elementos de ciência política, 1896, in Cruz, M. **Teorias Sociológicas: os fundadores e os clássicos**. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª edição, 2004.

Nye, J. **The Future of Power**. Public Affairs edition, 2001.

_____. American and Chinese power after the financial crisis. **The Washington Quarterly**, 33:4, pp. 143-153.

_____. Independence and Interdependence. **Foreign Policy Review**, No. 22 (Spring, 1976), pp. 130-161.

Paretto, V. Curso de Economia Política, 1897, in Cruz, M. **Teorias Sociológicas: os fundadores e os clássicos**. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª edição, 2004.

Penna Filho, P. Segurança seletiva no pós-Guerra Fria: uma análise da política e dos instrumentos de segurança das Nações Unidas para os países periféricos - o caso africano. **Revista Brasileira de Política Internacional**, volume 47, nº 1, Brasília, 2004.

Rocha, M., Curado, & M. Damiani, D. Taxa de câmbio real e crescimento econômico: uma comparação entre economias emergentes e desenvolvidas: **Revista de Economia Política** 31 (4), 2011.

Singer, P. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

Terlouw, C. P. The Elusive Semiperiphery: A critical examination of the concept semiperiphery. Research Communications, **International Journal of comparative sociology**, XXXIV, 1-2, 1993.

Therborn, G. Dimensões da globalização e dinâmica das (des)igualdades, in *Gentili, P. Globalização excludente*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

Tschumi, A. O princípio da segurança coletiva e a manutenção da paz internacional. **Repositório de Conteúdo Digital da Universidade de Santa Catarina**, 2005, disponível em <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101942>, acesso em 13/08/2014.

Val, V. & Linhares, L. O Papel da Moeda em Marx e Keynes: **Leituras de Economia Política**, Campinas, (14): 81-107, ago.-dez. 2008.

Vigevani, T. Ciclos longos e cenários contemporâneos da sociedade internacional. **Revista Lua Nova**, Editora Scielo Brasil, 1999.

Villa, R.D. **Da crise do realismo à segurança global multidimensional**. Editora Annablume: São Paulo, 1ª Edição, 1999.

Wallerstein, I. **El analisis del sistema-mundo: una introducción**. Ed. Siglo XXI, 2005.